



“O chão vivo da Caatinga”  
Foto: Wellington A. da Silva



A **GeoSertões** é uma revista acadêmica com publicação semestral em meio eletrônico da Unidade Acadêmica de Geografia do Centro de Formação de Professores, campus Cajazeiras, da Universidade Federal de Campina Grande. Seu objetivo principal é oportunizar a divulgação de múltiplos conhecimentos da Ciência Geográfica e áreas afins.

## EXPEDIENTE

### EDITOR-GERENTE E EDITOR

**Dr. Santiago Andrade Vasconcelos**, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

### EDITORES DE SEÇÕES

**Dr. Santiago Andrade Vasconcelos**, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

**Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias**, Universidade Federal de Campina Grande (UAEd-CH-UFCG), Brasil.

### CONSELHO EDITORIAL

**Dr. Aloysio Rodrigues de Sousa**, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

**Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo**, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

**Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves**, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

**Dr. Marcelo Brandão**, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

**Dra. Jacqueline Pires Gonçalves Lustosa**, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

**Dr. Santiago Andrade Vasconcelos**, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

## **CONSELHO CIENTÍFICO**

**Dr. Caio Augusto Amorim Maciel**, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil

**Dr. Ivan Silva Queiroz**, Universidade Regional do Cariri – (URCA), Brasil

**Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias**, Universidade Federal de Campina Grande – (UAEd-CH-UFCG), Brasil

**Dr. Gleydson Pinheiro Albano**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

**Dra. Firmiana Fonseca Siebra**, Universidade Regional do Cariri – (URCA, Dep.de Geociências), Brasil

**Dra. Emilia de Rodat Fernandes Moreira**, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

**Dr. Marco Antonio Mitidiero Jr.**, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

**Dr. Wagner Costa Ribeiro**, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

## **APOIO TÉCNICO OPERACIONAL**

**Antônio Lourenço Filho**



## FICHA CATALOGRÁFICA

Revista GeoSertões – Unidade Acadêmica de Geografia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande. – v. 2, n. 4 (2017).  
Cajazeiras: Universidade Federal de Campina Grande, 2016 -  
Semestral: 2016 –

**ISSN: 2525-5703**

I Ensino superior – Periódicos. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Título

### Revista GeoSertões

Unidade Acadêmica de Geografia (Unageo)

Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG)

Rua Sérgio Moreira de Figueiredo s/n - Casas Populares - CEP 58900-000 - Cajazeiras - PB

Tel.: (83) 3532-2000 (ramal 2101)



**Revista GeoSertões (Unageo/CFP-UFCG). Vol. 3, n. 6, jul./Dez. 2018**

<http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoos/index>

E-mail: [geosertoos@gmail.com](mailto:geosertoos@gmail.com)





## SUMÁRIO

**Editorial/Apresentação** [05-06]

### ARTIGOS

**AMAPÁ: ENTRE DESENVOLVIMENTO E CONSERVACIONISMO** [08-31]  
José Reinaldo Alves Picanço

**POR ESPAÇOS PÚBLICOS INCLUSIVOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL** [32-57]  
Gorete Ribeiro Barrosa da Silva; Paulo Sérgio Cunha Farias

**A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS** [58-75]  
José Enes Alves Braga Júnior; Wellington Amancio da Silva

**TERRITORIALIZAÇÃO PRECÁRIA E CIDADE INFORMAL: UM OLHAR SOBRE A CIDADE DE MOSSORÓ (RN)** [76-98]  
Rodrigo José de Góis Queiroz

**ELUCUBRAÇÕES LUNARES SOBRE MEIOS DE COMUNICAÇÃO — AS EXTENSÕES E A QUESTÃO DA VONTADE INERENTE** [99-114]  
Cícero Mayk Oliveira; Wellington Amâncio da Silva



## EDITORIAL/APRESENTAÇÃO

Comemoramos com satisfação o lançamento do sexto número da nossa Revista GeoSertões. Apesar de todas as dificuldades seguimos em frente graças a colaboração de muitos que acreditam que é possível manter nossa Revista enraizada no Sertão, nos Sertões, na “periferia” dos grandes centros, mas aberta para o mundo e para o livre pensar.

Somos contemporâneo de um período e de uma crise, numa escala nunca testemunhada, mas, apesar de tudo, seguimos com esperança em dias melhores, afinal a crise tem intrínseca a ela o potencial latente de várias possibilidades de rupturas e mudanças, inclusive para a construção de um “novo tempo” em que possa prevalecer um sistema de justiça universal tendo o Homem como fim central, mas sem negligenciar com o sistema da natureza, base essencial para prosseguirmos adiante, com todos e todas.

Neste número contamos com a colaboração inicial de José Reinaldo Alves Picanço, nos oferecendo o estudo “Amapá: entre desenvolvimento e conservacionismo”. Neste ele aborda o processo de criação das áreas protegidas em território amapaense, a partir da análise das políticas de desenvolvimento definidas para a Amazônia adotadas pela União e pelo Estado federado. Para complementar o autor não deixa de analisar a atuação das organizações não governamentais ambientalistas, buscando compreender a ação desses diferentes atores e sua repercussão na configuração espacial e na economia do amapaense.

No artigo “Por espaços públicos inclusivos das pessoas com deficiência visual” é problematizando a inclusão espacial das pessoas com deficiência visual nos espaços públicos das cidades brasileiras, a partir de alguns exemplos concretos, Gorete Ribeiro Barrosa da Silva e de Paulo Sérgio Cunha Farias, expõe a situação da falta de adaptação da maioria desses espaços, considerando que isso corrobora para a exclusão e, conseqüentemente, a marginalização espacial desses sujeitos. Os autores também abordam os princípios normativos instituídos no mundo e no país que visam a adaptação

desses arranjos espaciais no sentido de possibilitar a acessibilidade e a mobilidade das pessoas com cegueira aos espaços públicos.

José Enes Alves Braga Júnior e Wellington Amancio da Silva nos brinda com um estudo que trata “A banalização da violência no estado de Alagoas” partindo das abordagens filosóficas sobre a violência de Theodor W. Adorno e Hannah Arendt bem como lançando mão das ideias de Immanuel Kant para ajudar no entendimento da problemática. A base empírica de análise da violência é focada no contexto nacional e alagoano durante o período de 2005-2015.

Aspectos típicos da urbanização “informal” brasileira são trazidos para o conhecimento do nosso leitor por Rodrigo José de Góis Queiroz ao nos oferecer a pesquisa “Territorialização precária e cidade informal: um olhar sobre a cidade de Mossoró (RN)”. No caso específico da cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte, o pesquisador enfoca especificamente as ocupações irregulares e o processo de favelização, compreendendo o processo histórico de produção da cidade através da migração de retirantes sertanejos em períodos de seca.

“Elucubrações lunares sobre meios de comunicação — as extensões e a questão da vontade inerente” de Cícero Mayk Oliveira<sup>1</sup> e Wellington Amancio da Silva tem por objetivo compreender nuances do contexto do ser social, no tempo presente e relativamente às interações midiáticas cotidianas. As ideias provocativas dos autores nos fazem refletir sobre o contexto atual e as intermediações e manipulações midiáticas de toda sorte, onde se duvida o que de fato é verdade.

A Revista GeoSertões segue sendo Sertão, Sertões... mundo.

Boa leitura!

*Revista GeoSertões*

**Revista GeoSertões (Unageo/CFP-UFCG). vol. 3, n. 6, jul./dez. 2018**

**<http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/index>**

**ISSN: 2525-5703**



# ARTIGOS

Revista GeoSertões (Unageo/CFP-UFCG). vol. 3, n. 6, jul./dez. 2018  
<http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/index>

ISSN: 2525-5703



## AMAPÁ: ENTRE DESENVOLVIMENTO E CONSERVACIONISMO

*AMAPÁ: BETWEEN DEVELOPMENT AND CONSERVATIONISM*

*AMAPÁ: ENTRE DESARROLLO Y CONSERVACIONISMO*

**José Reinaldo Alves Picanço<sup>1</sup>**

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN*

---

<sup>1</sup> Professor da Unidade Acadêmica Especializada em Ciências Agrárias/Escola Agrícola de Jundiá da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, campus Macaíba – RN. Doutor em Ciências Sociais. E-mail: [jreinaldo\\_picanco@hotmail.com](mailto:jreinaldo_picanco@hotmail.com)

### Resumo

O Amapá tem sua história intimamente ligada à criação de áreas protegidas, somando em torno de 70% de sua superfície em regime especial de uso, que impõe critérios de sustentabilidade. Esse processo tem fomentado calorosas discussões na sociedade amapaense, acerca das oportunidades e limitações que esses territórios têm para viabilizar desenvolvimento e melhorar as condições de vida da população local. Neste artigo, faz-se uma abordagem do processo de criação das áreas protegidas em território amapaense, a partir da análise das políticas de desenvolvimento definidas para a Amazônia adotadas pela União e pela administração estadual, bem como da atuação das organizações não governamentais ambientalistas, buscando compreender a repercussão na configuração espacial e na economia do Estado.

**Palavras-chave:** Amapá, desenvolvimento da Amazônia, áreas protegidas.

### Abstract

Amapá has its history closely linked to the creation of protected areas, accounting for around 70% of its surface under a special regime of use, which imposes sustainability criteria. This process has fostered warm discussions in the amapaense society about the opportunities and limitations that these territories have to make development feasible and improve the living conditions of the local population. In this article, the process of creation of protected areas in the Amapá region is analyzed, based on the analysis of the development policies defined for the Amazon adopted by the Union and the state administration, as well as the activities of non-governmental environmental organizations, seeking understand the repercussion on the spatial configuration and economy of the State.

**Keywords:** Amapá, Amazonian development, protected areas.

### Resumen

Amapá tiene su historia íntimamente ligada a la creación de áreas protegidas, sumando alrededor del 70% de su superficie en régimen especial de uso, que impone criterios de sustentabilidad. Este proceso ha fomentado calurosas discusiones en la sociedad amapaense, acerca de las oportunidades y limitaciones que esos territorios tienen para viabilizar desarrollo y mejorar las condiciones de vida de la población local. En este artículo, se hace un abordaje del proceso de creación de las áreas protegidas en territorio amapaense, a partir del análisis de las políticas de desarrollo definidas para la Amazonia adoptadas por la Unión y la administración estadual, así como de la actuación de las organizaciones no gubernamentales ambientalistas, buscando comprender la repercusión en la configuración espacial y en la economía del Estado.

**Palabras claves:** Amapá, desarrollo de la Amazonia, áreas protegidas

## 1. Introdução

O Amapá é um dos estados mais novos do país. Sua criação, enquanto unidade federada, ocorreu em 1943 como Território Federal através de desmembramento do estado do Pará. Na promulgação da Constituição de 1988, foi transformado em Estado e passou a ter autonomia administrativa e financeira.

Desde os primórdios de sua história, o território amapaense vem sendo destinado a criação de áreas protegidas de diferentes modalidades, somando em torno de 70% de sua superfície nesse regime especial de uso, que impõe critérios de sustentabilidade. Esse processo tem fomentado calorosas discussões na sociedade amapaense, acerca das oportunidades e limitações que as áreas protegidas tem para viabilizar desenvolvimento e melhorar as condições de vida da população local.

No presente trabalho, faz-se uma abordagem do processo de criação das áreas protegidas em território amapaense, a partir das políticas de desenvolvimento regional definidas para a Amazônia adotadas pela União e pela administração estadual.

## 2. Gênese da ocupação espacial

As reminiscências históricas sobre a ocupação da porção setentrional do Brasil datam do século XVI. Os primeiros registros sobre a presença de europeus no extremo norte brasileiro são do espanhol Vicente Pinzón, sendo as terras disputadas por holandeses, ingleses, franceses e portugueses.

A ocupação portuguesa inicia em 1637 com a concessão da Capitania do Cabo Norte ao português Bento Maciel Parente, governador do Maranhão e Grão-Pará. A estratégia de ocupação adotada incluía a construção de fortes, a penetração de religiosos para a fixação dos índios nas missões e a colonização (SARNEY e COSTA, 1999). É com essa perspectiva que foi construída a Fortaleza de São José (1764 a 1782), que viria dar origem a Macapá, capital do Amapá.

Essas estratégias objetivavam garantir o controle territorial pelos portugueses contra as incursões de ingleses e holandeses na região. No entanto, a dominação lusitana passou a ser questionada pelos franceses, que penetraram a partir das Guianas e reivindicaram a posse desse espaço. As disputas pela região foram parcialmente resolvidas em 1713, pelo Tratado de Utrecht, quando os limites entre Brasil e Guiana Francesa foram estabelecidos.

Apesar do acordo, um Contestado sobre qual o local exato que estabelecia a fronteira duraria por quase duzentos anos. A descoberta de ouro ao final do século XVIII em Oiapoque, Caciporé e Araguari, acirrou a disputa dando origem a um fato histórico singular: com apoio francês, foi declarada a criação da República do Cunani (République Du Counani), que chegou ter bandeiras, leis, selos e moeda, mas a reação portuguesa sufoca a independência dessa república. O Contestado só foi resolvido em 1901, quando a Comissão de Arbitragem de Genebra reconhece o direito do Brasil sobre a região, que passa a fazer parte do Estado do Pará.

O processo de formação histórico-social do Amapá, como de toda a Amazônia é marcado por diferentes ciclos, com seus fluxos e refluxos, em que a característica mais comum é a contradição entre a riqueza de sua natureza e a pobreza do povo (DRUMMOND, 2002). A apropriação da terra e dos recursos foi forjada à custa da expropriação das populações locais e pelo uso da violência, que tem sido uma constante nessa terra de fronteira.

O ciclo da borracha (1890 a 1920) foi responsável por importante período de dinamismo econômico da Amazônia, baseado no extrativismo do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*). Nessa fase ocorreu o primeiro grande fluxo migratório para a região, principalmente de nordestinos oriundos do sertão, atraídos para trabalhar nos seringais. Esse processo foi estruturado através do sistema de aviamento que garantiu o controle da produção pelos seringalistas, sustentando uma elite local marcada pelo luxo na vida em Manaus e Belém. No entanto, a expansão dos cultivos da *Hevea spp* na Ásia, fez cair o preço do látex natural nos mercados internacionais e a economia regional entrou em crise e se desarticulou. Na 2ª Grande Guerra Mundial, a produção da borracha é incentivada e nova leva de migrantes foram atraídos aos seringais como parte do esforço de guerra dos aliados. Com o fim da Guerra a economia regional retorna aos padrões tradicionais de isolamento e estagnação.

### **3. As políticas de desenvolvimento regional**

No Brasil do pós-Guerra e com a promulgação da Constituição de 1946, são estabelecidos critérios que visavam à inserção da Amazônia na agenda de desenvolvimento nacional. Com o objetivo de planejar e executar políticas públicas de desenvolvimento regional, foi constituído um arcabouço institucional para criar instrumentos capazes de dinamizar a economia. Em todos os casos, a base da política de desenvolvimento diferenciada apoiou-se no sistema de incentivos fiscais, a custa de renúncia total ou parcial do imposto de renda, para subsidiar os investimentos privados.

Os grandes desníveis de desenvolvimento entre as diferentes regiões do país, ficaram ainda mais evidentes com a divulgação das Contas Regionais do Brasil, no início dos anos 1950 (CANO, 1998). Houve um relativo consenso entre os estudiosos do assunto, de que as intervenções das políticas públicas seriam necessárias para diminuir os efeitos das disparidades inter-regionais, sendo necessário um novo arcabouço institucional.

É nesse contexto que, em 1953, no segundo Governo Vargas, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA e instituída a Amazônia Legal. A SPVEA foi responsável pela elaboração do primeiro Plano de Desenvolvimento da Amazônia – PDA, em 1955. O PDA priorizou, basicamente, a realização de grandes obras de infra-estrutura pública, com destaque para a construção da rodovia Belém-Brasília.

Esse processo estrutura as bases para o período modernizador da história do desenvolvimento amazônico que chega ao auge a partir de 1964, quando os governos militares assumiram o poder. A partir de então, as políticas de Estado promoveram a redefinição estrutural do espaço regional moldado pelas estratégias de modernização. Sob a égide do Estado promotor do desenvolvimento, este modelo tomou formas específicas na Amazônia, em decorrência da convergência da geopolítica com a doutrina de segurança nacional.

Para viabilizar o desenvolvimento econômico regional, os militares estabeleceram estratégias para romper com o modelo institucional estabelecido, com objetivo de mudar o estigma de região problema para uma fronteira modernizada de recursos naturais, de modo a reafirmar a soberania nacional e acelerar o crescimento econômico do país.

Nessa perspectiva, era fundamental a ocupação do “vazio” amazônico, recorrendo-se a políticas que articulassem interesses econômicos de forte cunho monopolista e dependente (IANNI, 1986), sob o controle do grande capital. Foi nesse período que proliferaram os grandes projetos agroindustriais e minerais, bem como a expansão da pecuária e da extração madeireira.

A abertura da Transamazônica e de outras rodovias formadoras de eixos rodoviários estruturantes incentivou a transferência de “homens sem terra para terras sem homens” (MARTINS, 1991). Nesse sentido, a região experimentou uma nova onda migratória, agora formada de grandes massas de sulistas (gaúchos, catarinenses e paranaenses) que se deslocaram para várias áreas da Amazônia, e se tornaram os precursores do formato de agronegócio implantado na região.

Para viabilizar tais políticas, o Governo Federal organizou a “Operação Amazônia”<sup>2</sup>, em 1966, criando a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e o Banco da Amazônia – BASA. O quadro institucional foi completado em 1967, com a criação da Zona Franca de Manaus, da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA e a regulamentação dos incentivos fiscais.

Aliado a esse arcabouço institucional, segundo Becker (1998) e Gonçalves (2001), o Estado lançou mão de três estratégias principais com o objetivo de aumentar o controle social e espacial: (i) implantação de redes de integração espacial (rede rodoviária, rede de telecomunicações, rede urbana, rede hidrelétrica); (ii) superposição de territórios federais sobre os estaduais (criação dos Territórios Federais, instituição da Amazônia Legal, instituição de uma faixa de 100 km das estradas federais que passam a pertencer à União, criação do Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas – GEBAM e Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins – GETAT) e, (iii) subsídios ao fluxo de capital e indução dos fluxos migratórios (mecanismos creditícios e fiscais, além de incentivo à migração para criar mão-de-obra de reserva).

Entre as ações de desenvolvimento implantadas, merecem destaque o Programa de Integração Nacional – PIN (1974) e o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais – POLAMAZÔNIA (1975-87). O primeiro mobilizou recursos para infraestrutura de integração viária e o segundo visou aproveitar os potenciais agropecuários, agrominerais, florestais e minerais definidos como polos de desenvolvimento a partir dos estudos do Projeto RADAMBRASIL.

Estruturou-se um modelo de desenvolvimento regional em que o Estado exerceu o papel de indutor e/ou promotor do crescimento econômico, promovendo a industrialização concentrada em alguns poucos “polos” ou “ilhas” de dinamismo e induzindo a desestruturação/reestruturação espacial, que desencadearam profundas alterações nas dinâmicas econômica, social e ambiental da região.

A Amazônia passou por grandes mudanças estruturais, estando na base deste processo uma maior conectividade e articulação com outros espaços regionais. A abertura de vias de acesso (Belém-Brasília, Transamazônica, Acre-Brasília, entre outras) favoreceu o florescimento de cidades e a implantação de assentamentos rurais, madeireiras, fazendas e

---

<sup>2</sup> Viabilizada com o lançamento da Lei Nº 5.173 de 27.10.1966, extinguiu-se a SPVEA e o Banco de Crédito da Borracha, criado em 1942, como esforço de guerra para garantir suprimento de látex para os aliados na Segunda Guerra. No lugar da primeira foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); em substituição ao segundo, criou-se o Banco da Amazônia (BASA).

grandes empreendimentos minero-metalúrgicos, bem como facilitou o fluxo migratório e a mobilidade dos trabalhadores.

Entre as mudanças mais significativas que transformaram a configuração do espaço regional, destacam-se a urbanização e a industrialização. A primeira reflete as ações introduzidas pelo Estado brasileiro com o propósito de “ocupar” a Amazônia, que pode ser medido, em parte, pelo rápido ritmo de crescimento populacional desta região, decorrente de intensos fluxos migratórios oriundos das regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

Desde a década de cinquenta do século passado, a região teve significativo aumento na participação da população nacional, passando de 3,9% para 8,64%, fazendo a população saltar de 3,6 milhões de habitantes para quase 18 milhões (IBGE, Estimativa 2017). O impacto imediato do intenso aumento populacional da região expressou-se em uma rápida urbanização regional, fazendo a taxa de urbanização saltar de 31,5% em 1950 para 73,5% em 2010.

A urbanização da Amazônia inclui o crescimento de antigas cidades e o surgimento de novas, com a crescente influência dos valores urbanos sobre os rurais, conformando especificidades de uma floresta urbanizada (BECKER, 2003). Uma característica marcante dessa urbanização, não é determinada unicamente pela dinâmica econômica, tampouco pela industrialização e nem mesmo pela agropecuária, à exceção, talvez, de Manaus, do Estado de Rondônia, sul do Pará e Tocantins. Uma das razões principais desse crescimento foi determinada pela proliferação da criação de municípios e distritos, instituindo-se uma urbanização artificializada para atender interesses político-eleitorais das elites locais.

Nesse cenário, proliferaram espaços “urbanos” que generalizaram núcleos de favelização com graves problemas sociais e ambientais a serem resolvidos. Alguns desses núcleos populacionais surgiram como efeito direto da implantação de enclaves agroindustriais e/ou minerais (FILOCREÃO, 2002; PICANÇO, 2005), e no entorno das *company towns* desses empreendimentos. É o caso do Projeto Jari, que ocupa terras do Pará e sul do Amapá.

Outra mudança marcante foi em relação aos resultados econômicos da estratégia de desenvolvimento regional, evidenciado pelo ritmo de crescimento da economia amazônica, com expansão da industrialização da região, notadamente nas décadas de setenta e oitenta. O destaque é a produção de eletroeletrônicos na Zona Franca de Manaus e da industrialização paraense, que se assentou na indústria minero-metalúrgica, principalmente de Carajás.

Buarque, Lopes e Rosa (1995) destacam que um dos efeitos da mudança da estrutura produtiva da economia da Amazônia, pode ser observado através do aumento da produção de manufaturados e semimanufaturados. Observa-se também maior participação regional nas exportações brasileiras, passando de 2,6% em 1975 para 5,77% em 1990. Na década de 1990,

as Contas Regionais do IBGE (1999) mostraram que a economia regional cresceu 55%, sendo o melhor desempenho do País. Segundo dados do IBGE (2015), a participação da economia da região no PIB Nacional é de 5,5%.

Apesar de todo o esforço empreendido, e em que pesem os resultados econômicos decorrentes do modelo adotado pelo Estado Brasileiro, a repercussão do desempenho econômico contrastou com o agravamento das condições ambientais e sociais da região. O papel do Estado era de intervencionismo no espaço, ao mesmo tempo homogeneizando-o e fragmentando-o, de modo a fazer frente às novas necessidades impostas pelo tipo de capitalismo dependente (IANNI, 1986), e atuando como mediador dos interesses que levaram a região à integração nacional.

O fim dos governos militares converge com a consolidação da questão ambiental na agenda internacional, e mudanças importantes foram introduzidas nas políticas públicas visando conciliar desenvolvimento e proteção do meio ambiente. Com isso, a Amazônia se inseriu no curso de uma transição de área de fronteira para espaço privilegiado do desenvolvimento sustentável, sobretudo, após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), realizada em 1992 no Rio de Janeiro.

Para Becker (1997), essa nova estratégia para a Amazônia não é apenas uma dimensão global do capital, mas resulta da ação de múltiplos atores, em que as organizações da sociedade civil e as experiências alternativas de cunho ambientalista, influenciaram na mudança de rumo da política governamental. Noutra perspectiva, a inserção atual da Amazônia na economia-mundo também converge com diferentes interesses, na forma de um espaço de apropriação facilitada dos recursos naturais “*in natura*”, pela ameaça do narcotráfico, da biopirataria e pela manutenção dos estoques de biodiversidade na forma de áreas protegidas.

De maneira marcante, diferentes representações da sociedade civil, nacionais e estrangeiras, inclusive agências supranacionais, têm influenciado fortemente as políticas governamentais para a Amazônia. De um lado, proliferam projetos e experiências que buscam incluir as comunidades para viabilizar o desenvolvimento sustentável. De outro, emergem tensões territoriais em torno de áreas requeridas para a conservação da natureza e a luta pela terra pelas populações tradicionais locais.



#### **4. Nuances do conservacionismo na Amazônia: proteção da biodiversidade e conflitos territoriais**

No Brasil pós Rio-92, fortemente influenciado pelas políticas ambientais globais, as repercussões da devastação das florestas e sua rica biodiversidade, foram determinantes para a inserção do país no paradigma emergente. Foi então atribuído um novo papel à Amazônia, o de ‘espaço privilegiado para a proteção da natureza’.

Com base nos compromissos assumidos na assinatura da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) instituiu o Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO). Esse programa, juntamente com instituições de pesquisa e organizações ambientalistas nacionais e internacionais, realizou vários estudos e eventos para planejar e definir os espaços prioritários para a expansão das áreas protegidas no país.

As áreas prioritárias para os interesses de conservação na Amazônia foram sacramentadas nos workshops promovidos pelo PRONABIO e seus parceiros. O Workshop de Áreas Prioritárias para Conservação da Amazônia, ocorrido em 1990 em Manaus, foi um marco no esforço para estabelecer prioridades de conservação para a região.

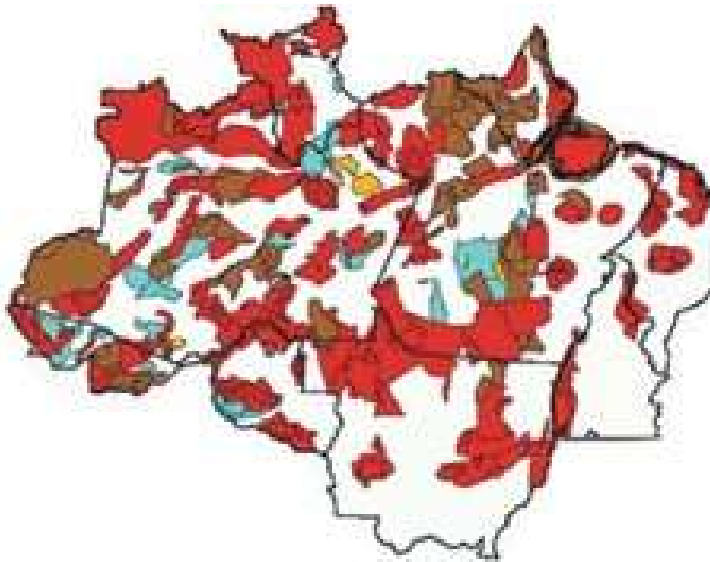
Com o sucesso daquela iniciativa, outros workshops foram realizados, dos quais se destacaram dois: o primeiro, Ações Prioritárias para a Conservação do Cerrado e Pantanal, realizado em Brasília, em 1998; o segundo, Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade na Amazônia Brasileira, em Macapá-Amapá, em 1999. Ambos contribuíram decisivamente para a estratégia da ação conservacionista/preservacionista da região, com indicação de espaços passíveis de serem transformados em áreas protegidas (Figura 01).

A ação das grandes organizações não governamentais (ong's) ambientalistas internacionais foi decisiva nesse processo, apoiando financeira e metodologicamente. Publicações oficiais de algumas dessas instituições se auto intitulam como responsáveis pela criação de Unidades de Conservação em território nacional. É notória a disputa pela liderança desse movimento.

A Figura 01 pode ser considerada como uma síntese da estratégia das organizações ambientalistas (nacionais e internacionais) e seus colaboradores, com a anuência e contribuição do Estado. Esse mapeamento inicial orientou a criação de Unidades de Conservação (UC's) na

Amazônia Legal, servindo de base para a definição das áreas a serem apoiadas pelo Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)<sup>3</sup>.

**Figura 1 - Áreas prioritárias para uso sustentável e conservação da biodiversidade na Amazônia legal**



Legenda:

- A - Área de extrema importância
- B - Área de muita importância
- C - Área de alta importância
- D - Áreas insuficientemente conhecidas mas de provável importância

Nota: Figura elaborada durante o workshop 'Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade na Amazônia Brasileira', realizado em Macapá, em setembro de 1999.

Em grande medida, a ação dessas instituições é facilitada pelo Estado brasileiro, que tem pouco controle sobre a atuação e as reais intencionalidades das mesmas. No geral, as grandes ong's ambientalistas representam interesses supostamente de toda a humanidade e acabam defendendo a criação de grandes áreas, preferencialmente sem população, destinadas à preservação da biodiversidade.

A observação atenta dos fatos mostra que grandes organizações ambientalistas internacionais têm apoiado movimentos sociais que reivindicam seus territórios como unidades de conservação de uso sustentável. Porém, depois da instituição desses territórios, boa parte do

<sup>3</sup> O Programa Áreas Protegidas na Amazônia – ARPA, é um programa do Governo Federal, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), gerenciado financeiramente pelo FUNBIO (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade) e financiado com recursos do Global Environment Facility (GEF) – por meio do Banco Mundial, do governo da Alemanha – por meio do Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW), da Rede WWF – por meio do WWF-Brasil, e do Fundo Amazônia, por meio do BNDES.

apoio técnico e financeiro tem sido redirecionados para as unidades de conservação de proteção integral. Isso é evidenciado pelo próprio ARPA, que num primeiro momento destinava-se exclusivamente para a proteção integral, sendo que algumas UCs de uso sustentável foram incluídas após questionamento das representações sociais aliadas dos agroextrativistas.

O ARPA iniciou fase I em 2003, numa parceria entre o MMA, o IBAMA, governos estaduais e municipais da Amazônia, o Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), o Banco Mundial, o KFW (banco de cooperação do governo da Alemanha), a GTZ (Agência de Cooperação Técnica da Alemanha), o WWF-Brasil, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) e organizações da sociedade civil. Juntos, esses parceiros comprometeram-se a investir em torno de US\$ 400 milhões ao longo de 10 anos na criação, na consolidação e manutenção de 50 milhões de ha de áreas protegidas na Amazônia. Atualmente está na fase 4.

Becker e Miranda (2001) vêm esses processos como uma ameaça aos interesses nacionais, onde diferentes agentes atuam na defesa dos interesses de seus países sede e/ou de seus financiadores. Nessa perspectiva, a estratégia de criação de áreas protegidas é percebida como carregada de inseguranças de ordem política, social e ambiental, representando uma ameaça à autonomia e soberania nacionais, principalmente na Amazônia. Com isso, em boa medida, o Estado brasileiro não mais define os destinos da região sem a ingerência de organismos internacionais, que passam a fazer uma gestão compartilhada desses espaços, sob a justificativa de viabilizar uma governança global da biodiversidade.

Em outra vertente desse processo, o movimento de luta pela reforma agrária na região passou a reivindicar suas terras em forma de áreas protegidas. Explodiram diversos conflitos, através dos quais diferentes atores passaram a disputar a definição de seu território, procurando impor sua territorialidade. A questão da terra se configurou como central no processo de redesenho do uso e ocupação da região.

## **5. Conservação e territórios de resistência na Amazônia**

Populações tradicionais como índios, quilombolas, castanheiros e seringueiros organizaram-se para defender seu modo de vida e conquistar seu território. Em que pesem as diferenciações internas, esses grupos mobilizam-se pela manutenção de seu modo de vida. O caso do movimento dos seringueiros é emblemático e segue esse padrão, visto que ao lutar para manter seu território e estilo de vida, que pressupõe manter a floresta em pé, acabou criando um elemento diferenciador em relação aos demais movimentos sociais da Amazônia (Allegretti, 2002). Isso acabou sendo determinante no apoio recebido do movimento ambientalista.

A solução encontrada foi inspirada no formato das terras indígenas. Propôs-se que as áreas em conflito fossem transformadas em propriedade da União em forma de Unidades de Conservação (as Reservas Extrativistas), sendo destinadas ao uso sustentável pelas populações tradicionais. Essa estratégia serviu de inspiração para outros segmentos do movimento social em luta pela terra, fazendo com que diferentes grupos também reivindicassem seus territórios na condição de áreas protegidas.

Esse processo caracterizou uma redefinição dos objetivos da reforma agrária e da proteção ambiental na Amazônia, abrindo caminho para compatibilizar duas tradições teóricas que têm estado em conflito: o desenvolvimento social e a proteção ambiental (ALLEGRETTI, 2002). Nessa perspectiva, a luta pela terra associada à defesa da floresta contribuiu decisivamente para a configuração do atual quadro socioambiental regional, caracterizado por um significativo quantitativo de áreas protegidas de uso sustentável. O caso do Amapá é emblemático, pela expressão do conjunto das políticas adotadas na região.

## **6. As políticas de desenvolvimento regional no Amapá**

No Amapá, como nos demais Territórios Federais, criados em 1943, o processo de formação histórica e econômica guardam características específicas, visto que fazem parte de uma série de diretrizes estabelecidas para ocupar áreas de fronteira da Amazônia fracamente povoadas. Essa estratégia permitia a gestão territorial centralizada pela União e viabilizava o desenvolvimento de atividades econômicas sem dar satisfação aos entes federados.

Segundo Porto (2003), as causas da criação dos Territórios Federais devem-se: as questões geopolíticas, para viabilizar a extração mineral, pela proposta da Comissão Nacional de Redivisão Territorial na década de 1930, pela estratégia militar de defesa nacional e por interpretação jurídica (Constitucional).

No Amapá, tratava-se de levantar a potencialidade mineral da área e garantir sua exploração, sobretudo de manganês descoberto em Serra do Navio. O processo foi conduzido pela Indústria e Comércio de Minérios S.A (ICOMI) entre 1947 e 1997. Esta fase de desenvolvimento dinamizou a economia local com a instalação de infraestrutura de apoio à mineração, como a construção da hidroelétrica Coaracy Nunes (1ª hidrelétrica da Amazônia, inaugurada em 1976, quase três décadas depois de iniciada), a construção do Porto de Santana e da Estrada de Ferro do Amapá (EFA), ligando esse porto à mina para escoamento do minério.

O empreendimento resultou num forte incremento populacional por conta de migrantes atraídos pelas oportunidades de trabalho, o que foi determinante na formação da mais

importante concentração urbana local, Macapá e Santana. Na condição de Território Federal do Amapá, a ação e o planejamento estatal viabilizaram a dinamização das atividades econômicas, tendo como parceiro preferencial o Grupo CAEMI - Companhia Auxiliadora de Empresas de Mineração, com empreendimentos importantes em diferentes setores:

**(i) Mineral:** além do manganês, o ouro pela Mineração Novo Astro; decassiterita, pela Mineração Cassiatam; tantalita, pela Mineradora Vila Nova; caulim, por Caulim da Amazônia S.A – CADAM, e cromita pela Ferro Ligas do Amapá – CFA.

**(ii) Agroindustrial e Silvicultura:** pinus e eucalipto, pela Amapá Celulose - AMCEL; dendê, pela Companhia Dendê e Palma do Amapá – CODEPA e madeira/compensado pela Bruynzeel Madeira S.A – BRUMASA;

**(iii) Industrial:** criação do Distrito Industrial de Santana; peletização do manganês pela Ferro Ligas do Amapá – CFA e Complexo Agromineroindustrial do Projeto Jari (CADAM e Jari Celulose – JARCEL e bauxita refratária pela Mineradora Santa Lucrécia - MSL).

Além de apoiar esses setores produtivos, o Estado Nacional procurou organizar a ocupação e o povoamento do território, através da implantação de núcleos de colonização. Grande parte desse processo resultou nas atividades de cultivos de agricultura de subsistência, associada à criação de gado e animais de pequeno porte e da exploração dos bens florestais. Essas iniciativas públicas fundiárias e agrícolas não conseguiram consolidar o desenvolvimento baseado na exploração da terra e dos recursos naturais renováveis.

Com a Constituição de 1988, o então Território muda à condição de Estado da Federação e assume sua autonomia política e econômica. Até então com cinco municípios, a organização político-administrativa vai modificando com a criação gradativa de vários municípios: Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Santana e Tartarugalzinho, em 1987; Cutias, Itaubal, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Pracuúba e Serra do Navio, em 1992 e Vitória do Jari, em 1994. Atualmente são 16 municípios com forte concentração urbana (Quadro 01).

Segundo dados do IBGE (2018), entre os Censos de 1940 e 2010, a população amapaense cresceu quinze vezes. O Amapá deixou de ser rural, saindo de 7,06% para 89,77% de taxa de urbanização. No período em foco, agricultura, pecuária e silvicultura, que em 1940 representava 21,56% da população ocupada, declinou para 5,35% em 2010. A administração pública em 1940 detinha cerca de 0,34% da população ocupada, e em 2017 esse índice era de 9,11%.

### Quadro 01- População do Estado do Amapá por município

Município	ÁREA Km <sup>2</sup>	2017	
		POP.	Densidade Demográfica. Hab/Km <sup>2</sup>
Amapá	9.203,50	8.757	0,88
Calçoene	14.333,00	10.525	0,63
Cutias	2.127,60	5.637	2,22
Ferreira Gomes	5.072,20	7.270	1,15
Itaubal	1.569,80	5.172	2,5
Laranjal do Jari	31.170,30	47.554	1,29
Macapá	6.562,40	474.706	62,14
Mazagão	13.189,60	20.387	1,3
Oiapoque	22.725,70	25.514	0,91
PedraBranca do Amapari	9.537,90	15.125	1,13
Porto Grande	4.421,60	20.611	3,82
Pracuuba	4.979,10	4.779	0,77
Santana	1.599,70	115.471	64,11
Serra do Navio	7.791,30	5.111	0,56
Tartarugalzinho	6.742,00	16.112	1,87
Vitória do Jari	2.428,00	14.991	5,01
AMAPÁ (16)	143.453,71	797.722	4,69

Fonte: IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/panorama>), 2017.

Com a autonomia proporcionada pela estadualização, o Amapá passa a elaborar seus próprios planos de desenvolvimento. Em 1990, houve a primeira eleição geral da história amapaense quando foram eleitos o governador do Estado, deputados estaduais constituintes, deputados federais e senadores. Desde então, foram cinco programas de governo implantados:

(i) De 1991 a 1994 (Plano de Ação Governamental), o governo de Aníbal Barcelos (PFL) foi responsável pela instalação de todo o aparato legal para o funcionamento do Estado, sendo instituídas as infraestruturas dos poderes judiciário e executivo estadual. Instalou-se a Assembleia Legislativa e foi elaborada a Constituição Estadual. Do ponto de vista econômico o período foi marcado pela criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, que trouxe grande dinamismo ao setor comercial local.

(ii) De 1995 a 2002 (Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá – PDSA), os dois mandatos de governo de João Alberto Capiberibe (PSB) foram fortemente influenciados pelos desdobramentos da Rio 92, e tinham na sustentabilidade sua matriz de desenvolvimento: preocupação com as questões ambientais; inclusão dos movimentos sociais na proposição e gestão de projetos; fomento aos produtos potenciais regionais no mercado interno e externo; retomada do planejamento e ação estatal; incentivo à pesquisa, com apoio de agências internacionais; estudos para o Zoneamento Ecológico Econômico do Sul do Amapá e gerenciamento costeiro; normatização da legislação ambiental; criação da Secretaria Estadual de Meio

Ambiente. Destaca-se a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru com 8.061,84 Km<sup>2</sup>, ocupando 5,61% da superfície do Estado.

(iii) De 2003 até 2010 (Desenvolvimento com Justiça Social), também por dois períodos, o governo de Antônio Waldez Góes (PDT), assumiu um discurso desenvolvimentista de incentivo aos grandes empreendimentos. Com o aumento da demanda de ferro no mercado internacional, houve uma retomada da atividade de mineração concentrada nos municípios de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari. Destaca-se a implantação da Mineração MMX, para exploração de ferro, usando a mesma infraestrutura de escoamento usada na extração do manganês, gerando conflitos socioambientais como invasão de terras, aumento da prostituição, favelização e impactos ambientais. A implantação de hidrelétricas e a chegada dos primeiros plantadores de soja ao Estado potencializam os problemas socioambientais, sobretudo, a concentração de terras e conflitos fundiários. Destaca-se a criação da Floresta Estadual do Amapá (FLOTA), em 2006, com área total de 2,4 milhões de ha, a partir do processo de negociação da transferência das terras da União para o Estado do Amapá, que estaria condicionada à destinação desse território para atividades de desenvolvimento econômico, social e sustentável do Estado. Daí porque optou-se pelo aproveitamento florestal para ordenamento do setor madeireiro. O Decreto Presidencial nº 6.291/2007, viria a confirmar essa premissa.

(iv) De 2011 a 2014 (Tempo novo, tempo de todos), na gestão do governador Camilo Capiberibe priorizou-se o investimento público em infraestrutura produtiva e social, com empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiar estradas, escolas e rede de saúde. Com um perfil desenvolvimentista, o governo estadual investiu na implementação de políticas públicas de apoio à agricultura familiar, nos produtos da sociobiodiversidade e na atração de investimentos. O período foi fortemente influenciado por empreendimentos de geração de energia elétrica, no comércio com a implantação de shoppings, bem como a intensificação da atividade do agronegócio. No conjunto, essas ações repercutiram positivamente na geração de empregos nesse período. A mineração de ouro e ferro ocupou lugar de destaque na geração de empregos e renda até 2013. A diminuição do preço da commodity de ferro no mercado internacional e, sobretudo, um acidente que destruiu o terminal portuário de embarque de minérios, foi determinante na paralisação da atividade.

(v) 2015 a 2018 – com o slogan *Cuidando das pessoas*, novamente Antônio Waldez Góes (PDT) voltou a governar o estado. Com o país enfrentando grave crise política, institucional e econômica, o governo estadual paralisou obras e diminuiu a abrangência de programas sociais. Há a institucionalização da Zona Franca Verde, com ampliação da atuação da SUFRAMA, o que potencializa a indução da industrialização, mas registra-se forte diminuição da atividade produtiva, com o fechamento de lojas comerciais e perda de empregos no setor privado. O agronegócio avança com a soja e ocorre a primeira concessão de exploração florestal na FLOTA, enquanto observa-se aumento dos conflitos no campo.

O resultado do processo de ocupação do Amapá, em que pesem melhorias dos indicadores sociais e econômicos, não estruturou uma base sólida e dinâmica que garanta a sustentabilidade dos setores de infraestrutura econômica e social, agropecuário e minerador. Segundo Drummond e Pereira (2007), é um caso típico de “subfronteira de investimento

concentrado”, com investimento de grande escala em recursos naturais, intensivos de capital, que cumprem as seguintes etapas: (1) exploração em grande escala do recurso natural visado, (2) crescimento rápido da população, com manutenção de baixa densidade, (3) existência de uma única concentração urbana dominante, e (4) existência de grandes extensões de terra, relativamente ociosas.

É fato ainda, que a infraestrutura para além dos setores e atividades alvos de investimento intensivo, continua deficiente e focalizada na extração extensiva de outros recursos naturais. Em que pese a importância dos empreendimentos minerários para a ocupação e economia amapaense, produziu somente bens primários exportáveis, sem beneficiamento que agregasse valor local e fixasse capital, o que não propiciou a diversificação produtiva.

Como perspectiva futura, a posição estratégica do Amapá no extremo norte propicia que o Estado se articule através do comércio internacional. A localização na foz do Amazonas e a existência do porto de Santana com profundidade suficiente para atracar navios de grande calado, o potencializa para se transformar em importante área de exportação e importação da Amazônia brasileira. Na última década vem sendo estruturada uma nova rota de escoamento de grãos por portos do Arco Norte, sendo que empresas de logística estão implantando silos e terminais de escoamento de grãos no Porto de Santana.

Merecem nota duas iniciativas de cooperação internacional, voltadas para a integração regional e à economia de mercado: a primeira trata do acordo bilateral entre os governos do Brasil e França, que resultou na construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque ligando Amapá e a Guiana Francesa. O Acordo prevê o asfaltamento de rodovias, a criação de uma instituição binacional para pesquisa da biodiversidade e regras para trânsito de pessoas e comércio na fronteira, interligando física e economicamente com os países do platô das Guianas e Caribe.

A segunda iniciativa refere-se ao Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que tem o ambicioso objetivo de ampliar e modernizar a infraestrutura da América do Sul, especialmente nas áreas de energia, transporte e comunicações, com a finalidade de configurar eixos de integração e desenvolvimento econômico e social, para um futuro espaço econômico ampliado (Silvia Quintanar; Rodolfo Lopez, 2003).

A configuração da realidade nos próximos anos estará à mercê de diferentes interesses locais, nacionais e transnacionais, que tanto podem promover as atividades econômicas e sociais do Estado do Amapá, como podem gerar impactos em escala ainda desconhecidos. O



encaminhamento de políticas consequentes é que dará uma real dimensão sobre o futuro do desenvolvimento local.

Os efeitos dos estilos de desenvolvimento do Estado ao longo da história geraram impactos sociais, políticos, econômicos e ecológicos ainda não totalmente contabilizáveis em termos de um balanço definitivo. Contudo, no que se refere à conservação dos recursos naturais, o Amapá apresenta uma situação privilegiada, em função do pequeno nível de antropismo decorrente de seu isolamento, da baixa densidade demográfica, da concentração produtiva e da criação de áreas protegidas, no âmbito das políticas de gestão e proteção ambientais.

## **7. Gestão territorial e áreas protegidas no Amapá**

As primeiras intervenções do poder público com relação à gestão dos recursos naturais no espaço amapaense ocorreram logo após a criação do Território Federal do Amapá e foram relacionadas à exploração de manganês: as jazidas foram identificadas como Reserva Nacional pelo Decreto Lei nº 9.858/1946 (PORTO, 2005), com objetivo inicial de viabilizar a operação empresarial.

O aparato institucional estatal para administrar as questões ambientais, são instrumentos de regulamentação estruturados através de programas de apoio aos estados e municípios para fortalecer a gestão ambiental. Esse processo foi inicialmente fomentado no âmbito do Subprograma de Recursos Naturais – SPRN, do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7, de iniciativa do Ministério do Meio Ambiente - MMA. Foi lançado em 1994 com o desafio de apoiar o fortalecimento dos órgãos estaduais de meio ambiente, sobretudo para fortalecer ações de comando e controle, através de zoneamento ecológico-econômico, monitoramento e fiscalização (CHAGAS, 2003). Num processo contínuo, ocorreram normatizações da legislação estadual e municipais, bem como da criação de instituições nas diferentes esferas, inclusive no judiciário e na sociedade civil, para dar conta da problemática ambiental.

Atualmente o Amapá possui em torno 70% de sua superfície ocupada 27 áreas protegidas, com nomenclaturas reconhecidas pelo Programa Nacional de Áreas Protegidas (PNAP). Esses espaços são formados pelo conjunto das Unidades de Conservação (UC's) reguladas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) com 87.980,40 km<sup>2</sup> (61,6%); pelas cinco Terras Indígenas (TIs) já demarcadas com 11.834,98km<sup>2</sup> (8,29%); e três Terras Quilombolas (TQs) com 110,65 km<sup>2</sup> (0,08%), como mostra o Quadro 02.

**Quadro 02 – Superfície das áreas protegidas e relação % ao Estado do Amapá, por jurisdição e categoria.**

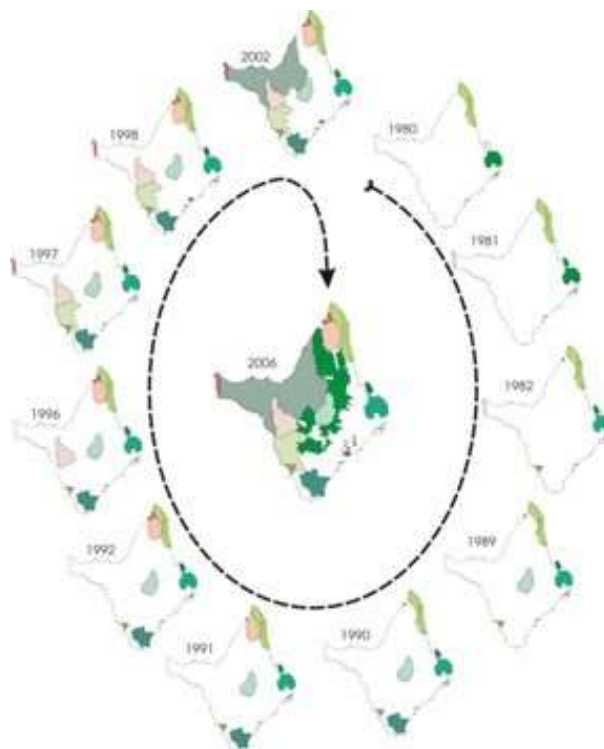
Qtd.	Jurisdição	Área ocupada (ha)	Categoria de Área Protegida			
			Proteção Integral	Uso Sustentável	Terra Indígena	Terra Quilombola
5	Federal (ICMBio)	4.725.372,42	4.725.372,42			
2	Federal (ICMBio)	913.771,00		913.771,00		
5	Federal (ICMBio) e privado (Rppn)	10.113,97		10.113,97		
1	Estadual (SEMA)	111,32	111,32			
4	Estadual (SEMA)	3.079.777,14		3.079.777,14		
1	Municipal (Prefeitura Serra do Navio)	370,26	370,26			
1	Municipal (Pedra Branca do Amapari)	68.524,20		68.524,20		
5	Federal (FUNAI)	1.183.498,31			1.183.498,31	
3	Federal (INCRA)	11.065,47				11.065,47
27	<b>Superfície total (ha)</b>	<b>9.992.604,09</b>	<b>4.725.854,00</b>	<b>4.072.186,31</b>	<b>1.183.498,31</b>	<b>11.065,47</b>
	<b>Superfície ocupada em relação ao Estado (%)</b>	<b>69,96 %</b>	<b>33,0908</b>	<b>28,5138</b>	<b>8,2870</b>	<b>0,0775</b>

Fonte: Schmidt, 2009.

De modo geral, a criação da maioria das áreas protegidas tem ocorrido com pouca ou nenhuma discussão com a sociedade amapaense, sendo determinadas com base em decisão “de cima para baixo”. Em muitos casos, o desconhecimento gera surpresa e indignação de setores da população local, como ocorreu na criação do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque, com mais de 3,8 milhões de hectares, que ocupa em torno de 1/3 do território estadual. A instituição da UC foi anunciada com pompa pelo governo federal na Conferência Rio+10 (2002) em Johannesburgo (África do Sul), como uma meta cumprida pelo país para a proteção das florestas tropicais. Na época, foi anunciado que o Amapá receberia compensações por sua contribuição à proteção da natureza, o que hoje não aconteceu.

A figura 02 ilustra a evolução histórica da institucionalização das áreas protegidas no Amapá, que se inicia em 1980 e se consolida em 2007. Três destas áreas se estendem ao Estado do Pará, sendo uma Terra Indígena e duas Unidades de Conservação.

**Figura 02 - Evolução da criação de áreas protegidas no Amapá.**



Fonte: Picanço, 2009.

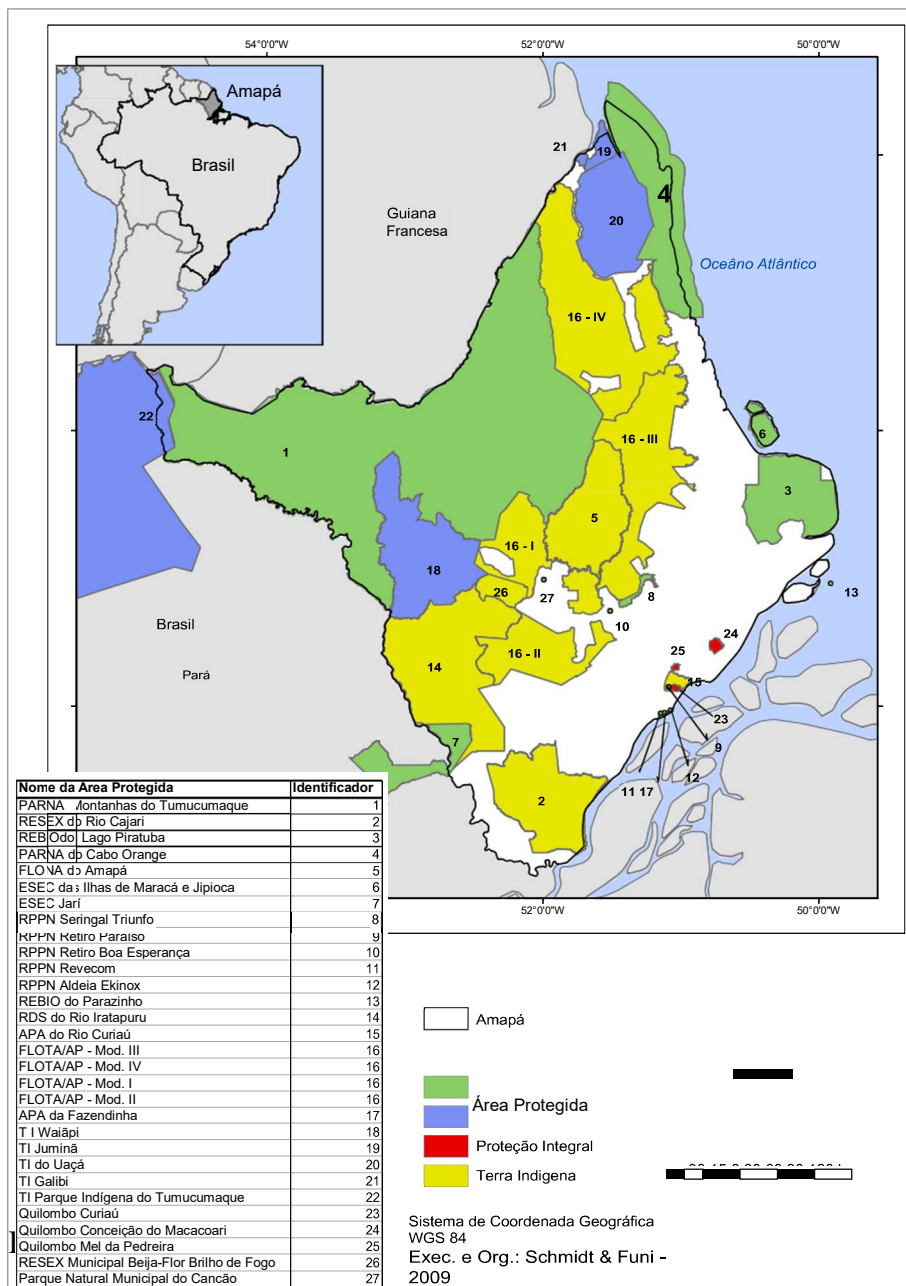
De modo geral, a maioria das áreas protegidas tem funcionado como fatores de restrição ao uso do espaço para desenvolvimento de atividades econômicas não sustentáveis. De um lado a criação de áreas protegidas retiram terras do mercado, evitando sua ocupação ou estimulando seu esvaziamento, sobretudo, nas áreas de proteção integral, impondo restrições para atrair investimentos econômicos. De outro, a destinação de área para a conservação da natureza, oportuniza a realização de pesquisas e a geração de serviços ambientais, oriundos da sociobiodiversidade, que pode gerar uma economia em bases sustentáveis, mas faltam iniciativas que efetivem esse potencial.

A Figura 03 apresenta todas as áreas protegidas do Estado do Amapá, identificando-as por categorias, permitindo uma visão geral sobre suas possibilidades e modalidades de uso.

O contexto da gestão territorial da superfície do Estado envolve vários agentes em diferentes esferas governamentais, conferindo uma complexidade de territórios institucionais em forma de mosaico, sendo que o governo estadual instituiu o Corredor da Biodiversidade no Amapá como estratégia de conservação em uma escala espacial superior ao espaço ocupado por essas áreas. A criação do Corredor de Biodiversidade do Amapá foi anunciada publicamente pelo Governador Waldez Góes, durante o VII Congresso Mundial de Parques, em Durban,

África do Sul, em setembro de 2003. A iniciativa atraiu grande interesse internacional e foi amplamente divulgada, recebendo apoio de várias instituições governamentais e de ong's atuantes na região, sobretudo, de grandes organizações ambientalistas internacionais, como Conservação Internacional e WWF.

**Figura 03 – Mapa das Áreas Protegidas do Amapá**



O Corredor de Biodiversidade do Amapá engloba mais de 10 milhões de hectares, que representam em torno 70% da área do Estado, com 12 unidades de conservação e cinco terras indígenas (Figura 04). Foi anunciado como uma das propostas mais inovadoras de conservação

da biodiversidade no mundo, como um projeto de longa duração que visa conciliar a conservação da natureza com o desenvolvimento social e econômico (CI-BRASIL, 2007). Apesar de todo o discurso sobre o tema e das intenções manifestas pelos diferentes protagonistas do processo, poucas ações práticas foram viabilizadas.

**Figura 04 - Corredor de Biodiversidade do Amapá**



Fonte: CI-Brasil, 2007.

Grandes organizações ambientalistas internacionais como a Conservação Internacional e WWF, apostam em Corredor de Biodiversidade como uma estratégia para integrar diferentes sistemas supranacionais de proteção ambiental. O objetivo é criar um sistema global de áreas protegidas que garanta a manutenção da biodiversidade, pretensamente para toda a humanidade.

No que se refere ao Amapá, a intenção é que o Corredor da Biodiversidade seja integrado a outras áreas protegidas da Amazônia brasileira e da Pan-Amazônia. Nesse sentido, a proposta é partilhar a gestão do espaço com os países vizinhos e grandes organizações ambientalistas internacionais, na perspectiva de garantir uma maior governança global da gestão da biodiversidade.

Processos dessa natureza têm sido vistos com desconfiança, pois podem gerar conflitos territoriais pela ingerência de agentes internacionais em assuntos internos, uma vez que o uso dos recursos não pode mais ser definido sem passar por concordância dos diferentes parceiros. Na prática, isso representa limitar a autonomia do Estado Nacional sobre a destinação e uso de parte de seu território, que estiver sob esse modelo de gestão.

Nesse caso em particular, note-se que a esmagadora maioria das áreas protegidas se encontram em território brasileiro, sem que haja uma contraparte equivalente dos países vizinhos no que concerne à destinação de espaços para a gestão compartilhada da biodiversidade e o exercício da governança supranacional.

A configuração que esse processo tomará no futuro próximo está na dependência de diferentes interesses, que tanto podem promover a gestão responsável e sustentável da biodiversidade, gerando benefícios econômicos para as populações locais, como podem gerar conflitos territoriais e impactos em grandeza desconhecida. A adoção de políticas consequentes e transparentes, é que dará uma real dimensão sobre o futuro da proteção dos recursos nesses territórios e sua compatibilização com atividades econômicas e sociais.

## **8. Considerações finais**

O processo de desenvolvimento do Amapá baseado na extração de commodities minerais, em que pese a melhoria dos indicadores sociais e econômicos, não estruturou uma base sólida e dinâmica que permitisse garantir os ganhos conquistados. De outro lado, as políticas de desenvolvimento regional e os investimentos públicos em infraestrutura produtiva e social, não foram suficientes para diversificar as atividades produtivas, nem criaram condições de vida adequada ao conjunto da população local.

O sucesso das políticas de conservação e proteção da natureza, em certa medida, pode ser constatado pela quantidade de áreas protegidas, ao passo que não há garantia de sua sustentabilidade. Isso porque faltam iniciativas produtivas efetivas que aproveitem o potencial econômico em bases sustentáveis, bem como a manutenção dessas áreas está muito mais relacionado com dificuldades de acesso, do que com efetivos instrumentos de controle e fiscalização.

Em relação ao papel das grandes ong's ambientalistas, em que pesem as desconfianças, a pouca clareza sobre seus reais objetivos e falta de controle governamental, elas têm desenvolvido um papel importante na definição de áreas e políticas de proteção ambiental, que garantem a manutenção da biodiversidade para as gerações futuras.

## 9. Referências

ALLEGRETTI, Mary. **A Construção Social de Políticas Ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável: Universidade de Brasília, 2002.

BECKER, Bertha e MIRANDA, Mariana. **Amazônia: Inserção Internacional e Soberania Nacional**. Belém: SUDAM/OEA, 2001.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

BRASIL.Arpa. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://arpa.mma.gov.br/>>, Acesso em: 18.05.2018, as 9:09h.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970, 1970-1995)**. 2ª Ed. ver. ampl. Campinas, SP:UNICAMP; IE, 1998.

CHAGAS, Marco A. A. **Gestão Ambiental no Amapá**. Macapá, 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília - CDS.

CONSERVATION International do Brasil – CI-Brasil. **Corredor de Biodiversidade do Amapá** (Amapá biodiversitycorridor/ConservationInternational do Brasil). São Paulo: Iphis, 2007. 54p.:il

DRUMMOND, José A.; PEREIRA, Mariângela A.P. **O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico - 1943-2000**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

DRUMMOND, José Augusto. Natureza rica, povos pobres? Questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea. **Ambiente & Sociedade**. Ano V, nº 10, 2002.

FILOCREÃO, Antônio S. M. **Extrativismo e capitalismo na Amazônia: a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá**. Macapá: SEMA, 2002.

GONÇALVES, Carlos. W. P. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

IANNI, Octávio. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964–1978)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

PALMARES, Fundação. Disponível em: <[www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs](http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs)> . Acesso em: 14.05.2018, as 22:05h.

PICANÇO, José Reinaldo A. **Reserva Extrativista do Rio Cajari: verso e reverso da territorialização no sul do Amapá**. Dissertação. Natal: UFRN / CCHLA – PPGGe, 2005.

PORTO, J. L. R. **Amapá: Principais Transformações Econômicas e Institucionais (1943-2000)**. Macapá: SETEC. 2003.

QUINTANAR, Silvia; LÓPEZ, Rodolfo. O Plano de Ação para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul Americana (Iirsa): oportunidades e riscos. Seu significado para o Brasil e Argentina. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol. 46. nº 01. Brasília. Jan-Jun, 2003.

SARNEY, José; COSTA, Pedro. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. Brasília: Senado Federal, 1999.



**POR ESPAÇOS PÚBLICOS INCLUSIVOS DAS PESSOAS COM  
DEFICIÊNCIA VISUAL**

*FOR INCLUSIVE PUBLIC SPACES TO THE PEOPLE WITH VISUAL DEFICIENCY*

*POR ESPACIOS PÚBLICOS INCLUSIVOS DE LAS PERSONAS COM  
DEFICIENCIA VISUAL*

**Gorete Ribeiro Barrosa da Silva<sup>1</sup>**

*Universidade Federal de Campina Grande – UFCG*

**Paulo Sérgio Cunha Farias<sup>2</sup>**

*Universidade Federal de Campina Grande - UFCG*

---

<sup>1</sup> Graduada em Geografia, especialista em Análise Regional e Ensino de Geografia, pela UFCG. E-mail: [goretedomanso@hotmail.com](mailto:goretedomanso@hotmail.com)

<sup>2</sup> Graduado em Geografia (UEPB), mestre e doutor em Geografia (UFPE) e Professor Adjunto IV da Unidade Acadêmica de Educação do Campus I da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: [pscfarias@bol.com.br](mailto:pscfarias@bol.com.br)

## Resumo

O artigo problematiza a inclusão espacial das pessoas com deficiência visual nos espaços públicos das cidades brasileiras, a partir de alguns exemplos concretos. Assim, expõe, primeiramente, a situação da falta de adaptação da maioria desses espaços, considerando que isso corrobora para a exclusão e, conseqüentemente, a marginalização espacial desses sujeitos. Em seguida, propõe, partindo dos princípios normativos instituídos no mundo e no país, a adaptação desses arranjos espaciais no sentido de possibilitar a acessibilidade e a mobilidade das pessoas com cegueira aos espaços públicos. Conclui que a ação efetiva para a conquista da cidadania das pessoas com deficiência visual passa pela sua presença nas arenas do discurso político, representadas pelos espaços públicos, os quais devem seguir padrões normativos de adaptabilidade para que esses sujeitos tenham os seus direitos de acessibilidade e mobilidade espaciais respeitados.

**Palavras-chave:** pessoa com deficiência visual; espaço público; exclusão espacial; inclusão espacial; cidadania.

## Abstract

The article problematizes the spatial inclusion of people with visual deficiency in the Brazilians cities' public spaces, from some concrete examples. Therefore, exposes, firstly, the situation of lack of adaptation from the majority of these spaces, considering this corroborates to exclusion and, consequently, spatial marginalization these subjects. Then, proposes, starting from the normative principles instituted in the world and country, the adaptation of this spatial arrangements in the sense of enable the accessibility and mobility for the people with blindness to the public spaces. Concludes that effective action to the conquer of citizenship from the people with visual deficiency goes by your presence in the arenas of political speech, represented by public spaces, which must follow the normative standards of adaptability so what these subjects have your rights to accessibility and mobility spatial respected.

**Keywords:** Person with visual deficiency; Public space; Spatial exclusion; Spatial inclusion; Citizenship.

## Resumen

El artículo problematiza la inclusión espacial de las personas con deficiencia visual en los espacios públicos de las ciudades brasileñas, desde algunos ejemplos concretos. Así, primeramente, expone la situación de la falta de adaptación de la mayoría de esos espacios, considerando que eso corrobora para la exclusión y, conseqüentemente, la marginalización espacial de esos sujetos. En seguida, propone, partiendo de los principios normativos instituidos en el mundo y en el país, la adaptación de esas disposiciones espaciales en el sentido de possibilitar la accesibilidad y la movilidad de las personas con ceguera a los espacios públicos. Concluye que la acción efectiva para la conquista de la ciudadanía de las personas con deficiencia visual pasa por su presencia en las arenas del discurso político, los cuales deben seguir patrones normativos de adaptabilidad para que estos sujetos tengan sus derechos de accesibilidad y movilidad espaciales respetados.

**Palabras claves:** persona con deficiencia visual; espacio público; exclusión espacial; inclusión espacial; ciudadanía.

## 1. Introdução

Este artigo objetiva discutir a inclusão espacial das pessoas com deficiência visual, especialmente no que se refere aos espaços públicos das cidades brasileiras. Parte-se do pressuposto segundo o qual a adaptação desses espaços, através da implantação de sinalizadores táteis e sonoros, da eliminação de barreiras arquitetônicas, da padronização das calçadas e da eliminação de obstáculos físicos que elas apresentam etc., facilitando a mobilidade e a acessibilidade, constitui-se, seguindo os princípios instituídos pelo sistema de normas nacional e internacional, como condição necessária à inclusão geográfica dessas pessoas.

Para alcançar esse objetivo, primeiramente, discute-se como, no Brasil, apesar da existência de um conjunto de normas legalmente instituído, a organização espacial das nossas cidades, notadamente dos seus espaços públicos e não-públicos, mas de uso comum, não se apresenta adaptada para permitir a acessibilidade e a mobilidade da pessoa com cegueira, inibindo a sua presença e atuação na esfera pública, corroborando para a sua exclusão espacial e, conseqüentemente, atrofiando a sua cidadania. Em síntese, parte-se do pressuposto segundo o qual a produção do espaço, em geral, e do público, em particular, é realizada, muitas vezes, sem atentar para a necessidade de acesso e mobilidade desses sujeitos. Nesse sentido, ela reflete a sua exclusão, medeia precariamente as suas interações sociais e, por tudo isso, reproduz a sua condição de marginalização espacial.

Em seguida, esboçam-se, nos planos teórico e empírico, os aparatos adaptativos que, segundo as densidades normativas oriundas das legislações específicas, devem preencher tais espaços e, assim, permitir a inclusão das pessoas com cegueira, assegurando a sua presença e atuação nessas arenas públicas, condição para a sua efetiva cidadania.

## 2. A marginalização espacial das pessoas com deficiência visual

A Geografia se notabiliza no conjunto das Ciências Humanas por estudar a sociedade em sua espacialidade. Portanto, pensar a inclusão das pessoas com deficiência visual sob o enfoque desse campo do saber impõe a análise de como o espaço geográfico pode ser organizado visando à acessibilidade e à mobilidade, bem como a sua utilização autônoma por esses sujeitos de direito.

Por sua vez, o espaço geográfico pode ser definido, de acordo com Santos (1999), como um conjunto indissociável, indissolúvel e contraditório de objetos e ações, um composto de

formas e conteúdos resultantes de cada momento da história da produção. Nessa mesma direção, o espaço geográfico se constitui como produto, reflexo, meio e condição de reprodução social (CORRÊA, 2007). Nesses termos, ele é produto, porque é produzido pela sociedade através do trabalho; é reflexo, porque reflete a sociedade que o produz; é meio, porque é mediador das relações sociais; e é condição de reprodução social porque as formas espaciais participam ativamente da reprodução das condições de produção e das relações de produção. Em síntese, o espaço geográfico é um fator social.

Levando-se isso em consideração, o primeiro objetivo dessa reflexão é discutir se as estruturas do espaço geográfico contemporâneo estão preparadas para a inclusão da pessoa com deficiência visual. Parte-se especialmente do espaço citadino e, nele, notadamente, dos seus espaços públicos.

Os espaços públicos podem ser classificados em espaços públicos livres e espaços que, ainda que possuam certa restrição ao acesso e à circulação, pertencem à esfera pública. Quanto aos primeiros, não apresentam obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa. Podem ser de circulação (a exemplo da rua ou da praça), de lazer e recreação (praça ou parque urbano), de contemplação (jardim público) ou de preservação ou conservação (grande parque ou reserva ecológica). Nesses locais, o direito de ir e vir deve se exercer em toda a sua plenitude, ser total. Quanto aos segundos, a presença do privado deve ser teoricamente controlada e até mesmo evitada. São espaços públicos nessa categoria os edifícios e equipamentos públicos, como instituições de ensino, hospitais, centros de cultura etc. Além deles, podem-se destacar os espaços privados de utilização pública, a exemplo dos Shopping centers.

Dessa forma, o olhar geográfico sobre o espaço público deve considerar, por um lado, a sua configuração material (o arranjo dos objetos) e, por outro, o tipo de práticas e dinâmicas sociais (ações) que nele se realizam. Portanto, o espaço público passa a ser visto como um conjunto indissociável e indissolúvel de objetos (formas) com as ações/relações/práticas sociais. Da mesma maneira, o espaço público também deve ser considerado como produto, reflexo, meio e condição de reprodução social.

Nesse contexto, o arranjo dos espaços públicos deve estar atrelado aos processos de formação política, social e econômica próprios da vida urbana. Convertem-se, portanto, na arena onde as ações/relações sociais, o subsistema de ações políticas se realiza. De acordo com Coulanges (1975 *apud* CALDEIRA, 2007, p. 3), sabe-se que desde a Antiguidade as cidades se organizavam a partir dos seus espaços de convivência. Pertencer à cidade, ser cidadão, era habitar os lugares de reunião, era compartilhar o culto, participar das assembleias, assistir às

festas, acompanhar as procissões, vivenciar os espaços, participando da vida política. A praça simbolizava a própria cidade, pois era nesse espaço que as atividades cotidianas se desenvolviam.

No entanto, no Brasil, apesar da existência de um conjunto de normas legalmente instituído, as quais serão expostas mais adiante, a organização espacial das nossas cidades parece ignorar a existência da pessoa com deficiência visual. Assim sendo, o uso dos espaços públicos nessas cidades é dificultado para as pessoas com essa deficiência. Isso inibe a sua acessibilidade e a sua mobilidade na esfera pública, corroborando para a sua exclusão espacial e, conseqüentemente, atrofiando a sua cidadania.

Em outras palavras, o arranjo dos subsistemas de objetos públicos, tanto nas suas estruturas internas quanto nas externas, por falta de adaptação (definida por normas estabelecidas nas esferas nacional e internacional), dificulta as ações/relações/práticas sociais das pessoas com deficiência visual. Isso significa dizer que a produção do espaço, em geral, e do público, em particular, é realizada, muitas vezes, sem atentar para a necessidade de acesso e mobilidade desses sujeitos. Nesse sentido, ela reflete a sua exclusão, medeia precariamente as suas interações sociais e, por tudo isso, reproduz a sua condição de marginalização espacial.

Segundo Corrêa (1995, p. 40), a prática espacial da marginalização se refere a fatores de ordem econômica, política ou cultural que podem alterar a importância de um lugar e, no limite, marginalizá-lo, deixando-o à margem da rede de lugares a que se vinculava. Toma-se essa categoria analítica para se refletir, aqui, sobre a relação da pessoa com deficiência visual com o espaço. Considera-se que, além de marginalização dos lugares, essa se constitui como uma prática espacial que exclui, nos lugares, a partir de fatores de ordem econômica, política, cultural ou social, as pessoas, especialmente segmentos amplos das diversidades que compõem as sociedades humanas. Assim, tomamos a marginalização espacial como uma prática que aleija pessoas de determinados espaços, notadamente os públicos, no contexto das cidades contemporâneas, especialmente nos países subdesenvolvidos como o Brasil, nos quais a cidadania é uma conquista ainda a ser alcançada. Dessa forma, a categoria marginalização espacial pode mediar a compreensão das estruturas sociais excludentes e que interdita os espaços de uso coletivo ao acesso de determinados segmentos sociais, nesse caso, as pessoas com deficiência visual.

Assim sendo, no que toca aos espaços públicos livres, a exemplo da rua e da praça, é possível notar o quanto, em todas as categorias de cidades do nosso país, os seus arranjos impedem o acesso e a mobilidade da pessoa com cegueira.

Sobre as ruas, constituem-se como os espaços onde se deve exercitar o mais elementar da vida pública: a circulação livre. No entanto, essas artérias, especialmente os espaços dedicados ao passeio público, como as calçadas das vias centrais, configuram-se de maneira a inviabilizar as ações/fluxos dos cidadãos, em geral, e das pessoas com deficiência visual, em especial. Isso acontece pela apropriação privada desses espaços comuns, através da sua ocupação, o que pode ocorrer por meio de imposição de estruturas físicas fixas. A implantação de estruturas fixas se impõe pela montagem de pequenos negócios (barracas de camelôs), pela sua utilização como estacionamento de veículos ou pela presença de barreiras arquitetônicas (quando as calçadas não seguem os padrões estabelecidos pelas normas para viabilizar a circulação dos pedestres), especialmente para aqueles que apresentam limites físicos para circular por essas vias centrais. Além disso, a falta de conservação das estruturas das ruas e calçadas nessas áreas das nossas cidades se constitui como um obstáculo ou perigo para a circulação e a mobilidade da pessoa com deficiência visual, provocando, muitas vezes, acidentes com sequelas físicas e psíquicas à mesma. Para complicar a situação, essas artérias apresentam pouca adaptação tátil nas calçadas. As imagens a seguir exemplificam essa situação presente em algumas cidades brasileiras.



**Foto 01- Comércio informal cobre piso tátil para cegos em Salvador-BA.**

Autor: Angelo Pontes. Disponível em:

<http://www.tribunadabahia.com.br/2014/03/21/prefeitura-permite-que-barracas-de-ambulantes-cubram-piso-para-cegos>. Acesso em: 23 nov. 2016.



**Foto 02 – Calçadas construídas fora do padrão recomendado pelas normas da ABNT obstaculizando a circulação da pessoa com deficiência em Ponta Grossa-PR.**

Foto: Paulo Meynarczurk. Disponível em: [http://professoralucianekawa.blogspot.com.br/2013/12/acessibilidade-em-vias-publicas-tcc-2013\\_31.html](http://professoralucianekawa.blogspot.com.br/2013/12/acessibilidade-em-vias-publicas-tcc-2013_31.html). Acesso em: 23 nov. 2016.



**Foto 03 - Via pública sem conservação e que representa um risco à pessoa com deficiência visual em São Paulo.**

Foto: Leticia Leda Sabino, Meli Malatesta, Ramiro Levy, Silvia Stuchi Cruz. Disponível em: <https://cidadeape.org/category/codigo-de-transito-brasileiro/>. Acesso em: 23 nov. 2016.



**Foto 04 - Vários obstáculos são encontrados para as pessoas com deficiência visual pelas ruas e calçadas de Cuiabá.**

Foto: Tony Ribeiro/Mídia News. Disponível em:  
<http://www.midianews.com.br/conteudo.php?sid=3&cid=216504>.  
Acesso em: 23 nov. 2016.

Outra questão problemática para a circulação e a mobilidade da pessoa com deficiência visual nas artérias centrais da maioria das cidades brasileiras é a falta de sinalização sonora nos semáforos para orientar sobre o fluxo de automóveis nos cruzamentos das vias principais. Como se sabe, as áreas centrais dessas cidades do nosso país são bastante motorizadas e, em virtude disso, o tráfego é sempre muito denso e intenso, dadas as funções comerciais e de serviços instalados nesses espaços. Essas funções atraem prestadores e usuários desses serviços, inclusive as pessoas com deficiência visual. No entanto, a ausência da sonorização nos semáforos dos cruzamentos das ruas, orientando os momentos de atenção, parada e seguida dos motoristas e pedestres, obstaculiza a circulação segura desses usuários. O uso autônomo e seguro desses espaços ainda é prejudicado pela ausência da sinalização universal, que identifica a presença da pessoa com deficiência visual nesses ambientes, e de redutores de velocidade tipo ondulação com sinalização tátil direcional, especialmente nos cruzamentos das ruas nas proximidades dos equipamentos mais usados por ela. Além disso, faltam sinalizadores que identifiquem as paradas e os itinerários das linhas de ônibus, o que prejudica o uso dos transportes coletivos por esses sujeitos de direito. Para denotar ainda toda a limitação e a exclusão do uso das vias públicas pelas pessoas com cegueira, as ruas e logradouros não são identificados com placas em Braille, o que, caso existisse, ajudaria na orientação do fluxo e no uso desses objetos geográficos urbanos pelos portadores dessa deficiência. A imagem abaixo ilustra a dificuldade de uma pessoa com cegueira para cruzar uma rua sem semáforo em São José dos Campos-SP.





**Foto 05- Transeunte com deficiência visual atravessando rua sem semáforo e sem segurança, para ela, em São José dos Campos-SP.**

Foto de Flávio Pereira/Meon. Disponível em: <http://www.meon.com.br/noticias/regiao/deficientes-visuais-reprovam-sinal-sonoro-nas-ruas-de-sao-jose>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

As dificuldades inerentes ao movimento, à mobilidade, inibem a acessibilidade a outros equipamentos públicos livres, a exemplo das praças. Chegar nessas arenas da vida comum e pública não é um exercício fácil para as pessoas com cegueira, dadas as dificuldades já salientadas anteriormente. Além disso, esses subsistemas de objetos públicos raramente apresentam condições para as ações públicas efetivas dessas pessoas. Geralmente se apresentam sem a adaptação tátil no piso, tanto direcional quanto de mudança de direção, e na identificação tátil de alerta dos objetos que compõem a sua configuração espacial, conforme regem as leis.

Quando apresentam essa adaptação, muitas vezes ela é feita de maneira inadequada e insuficiente, a exemplo da Praça da Bandeira, localizada no centro de Campina Grande-PB, uma das mais movimentadas dessa cidade, que apresenta o piso tátil de direção, de mudança de direção e de alerta da presença de alguns objetos, visando a orientar a mobilidade das pessoas com cegueira no seu interior. Segundo Silva (2017), pode-se observar que a norma técnica que estabelece a obrigatoriedade da faixa de piso liso complementar de 60 centímetros não foi cumprida, pois não foi colocada nas laterais do piso tátil direcional. Esta faixa deve ser colocada sempre que este tipo de piso direcional for posto em calçadas que tenham pisos ásperos. Além disso, nota-se que próximas aos pisos táteis existem barreiras, como placas de sinalização, que podem ocasionar acidentes às pessoas com cegueira. Sobre os locais de travessia da faixa de pedestres, encontra-se, ainda, outra irregularidade na referida praça, pois as rampas de acesso às calçadas não obedecem às normas técnicas, de acordo com as quais (ABNT/ NBR 16537, 2016, p. 16), “Os locais de travessia devem ter sinalização tátil de alerta no piso, posicionada paralelamente

à faixa de travessia ou perpendicularmente à linha de caminhamento, para orientar o deslocamento das pessoas com deficiência visual”. Além disso, constata-se a existência de placa de sinalização de trânsito próxima à rampa e que a linha guia não foi colocada. Seguindo os problemas encontrados na Praça da Bandeira, pode-se destacar a localização de vasos de plantas próximos ao piso tátil. Tal posicionamento é errado, conforme as normas técnicas (ABNT NBR 16537, 2016, p. 33), as quais definem que “deve haver pelo menos 1,00 m de distância entre a sinalização tátil de direcionamento e as paredes, os pilares ou outros objetos, contando-se 1,00 m desde a borda da sinalização tátil”.

Além de todos esses problemas internos à praça, faltam sinalizadores nos semáforos e também redutores de velocidade com sinalização tátil nos cruzamentos das ruas e da avenida que lhes dão acesso e que poderiam ser utilizados, pelas pessoas com deficiência visual, para facilitar a acessibilidade ao seu interior. Porém, esse espaço público livre, mesmo com esses limites, constituiu-se em uma “ilha de acessibilidade” cercada por vias e equipamentos que não apresentam nenhuma adaptação para o uso e o movimento da pessoa com deficiência visual no centro dessa cidade. Isso dificulta a sua vivência em co-presença com os demais sujeitos que participam e discutem a política nessa arena pública, ou seja, inibe sua participação no subsistema de ações públicas, sua prática de lazer e contemplação sensorial nesse espaço. Alguns desses problemas na adaptação da Praça da Bandeira podem ser visualizados na sequência de imagens que se segue.



**Fotos 06 e 07 – Placas de sinalização próximas ao piso tátil na Praça da Bandeira - Campina Grande-PB. Desrespeito às normas técnicas da adaptação para o acesso aos espaços públicos pela pessoa com deficiência visual.**

Fonte: SILVA, 2017.



**Foto 08 – Vasos na Praça da Bandeira - Campina Grande-PB, representando barreiras arquitetônicas para o ir e vir da pessoa com deficiência visual.**

Fonte: SILVA, 2017.

Segundo pondera Gomes (2010), “a função do espaço público é eminentemente política”. Portanto, é o lugar de realização do subsistema de ações públicas. Por isso, ainda segundo esse geógrafo (op. cit.), o espaço público é o lugar do discurso político, onde os problemas se apresentam, tomam forma, ganham uma dimensão pública e são resolvidos; é o lugar das indiferenças, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças devem se submeter às regras da civilidade; é um lugar onde se processa a mistura social - diferentes segmentos sociais, com diferentes expectativas e interesses, nutrem-se da co-presença, ultrapassando suas diversidades concretas e transcendendo o particularismo, em uma prática recorrente da civilidade e do diálogo; é o lugar também de conflitos, de problematizações da vida social, mas, sobretudo, é o terreno onde esses problemas são assinalados e significados. Por isso, é uma arena onde há debate e diálogo; é um lugar das inscrições e do reconhecimento do interesse público sobre determinadas dinâmicas e transformações da vida social.

Nesse sentido, os espaços públicos das nossas cidades carecem de uma densidade normativa, obrigatória na letra da lei, que raramente é respeitada pelos seus gestores, especialmente nos espaços públicos livres, a exemplo das ruas e praças centrais, para que a pessoa com deficiência visual possa participar da apresentação, formatação e resolução dos problemas comuns às sociedades urbanas de países subdesenvolvidos como o nosso e das quais ela faz parte. A presença dessa pessoa nas arenas do debate político é uma condição para a construção de sociedades políticas submetidas às regras da civilidade, nas quais a sua diferença se torne indiferença, possibilitando-lhe dialogar com as demais

peças, ultrapassando, assim, a sua diversidade concreta e o seu particularismo. Portanto, a construção de uma sociedade urbana que se defina pela unidade na diversidade passa pelo respeito às regras da civilidade e isso ocorre nas arenas públicas. Para isso, a presença e a participação das pessoas com deficiência visual devem ser asseguradas. Além disso, é preciso garantir a elas o acesso ao lazer e à recreação que esses espaços oferecem aos cidadãos em geral. Por outro lado, a sua cidadania efetiva passa, também, pela exposição e significação dos seus problemas, que são da sociedade em geral, especialmente a sua exclusão socioespacial.

A condição de marginalização espacial do sujeito com cegueira ocorre, também, em outros espaços públicos livres do Brasil, a exemplo dos destinados ao lazer e à contemplação (jardins públicos) ou de preservação ou contemplação (grandes parques ou reservas ecológicas), os quais, em uma grande quantidade de casos, não se apresentam adaptados para possibilitar sua acessibilidade e mobilidade. A adaptação deveria seguir o modelo adotado pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro (Foto 09), no qual existe um jardim sensorial para o contato da pessoa com cegueira com a “natureza”, fato que não ocorre na maioria das cidades que dispõem de jardins, parques ou reservas ecológicas em seu interior ou entorno.



**Foto 09 – Jardim Sensorial no interior do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.**

Foto: Bruno Itan. Disponível em: <<http://www.riosolidario.org/instituto-masan-reabre-jardim-sensorial-para-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 28 de setembro de 2016.

As condições de acessibilidade e mobilidade também são restringidas a pessoas com deficiência visual no que se refere aos espaços que, ainda que possuam certa restrição ao acesso e à circulação, pertencem à esfera pública, a exemplo dos edifícios e equipamentos públicos no quais se

exercem as funções educativas, de saúde e culturais. O entorno desses equipamentos carece das mesmas estruturas de acesso que foram destacadas em relação às praças. O interior desses equipamentos também raramente apresenta os dispositivos táteis e sonoros que permitam o acesso e uso seguro por parte desses usuários especiais. No geral, apenas os elevadores em edifícios públicos verticalizados mais modernos apresentam a identificação dos andares em Braille. Afora isso, não há orientação para a circulação da pessoa com cegueira no interior desses edifícios. Por outro lado, hospitais, teatros e escolas raramente apresentam a adaptação necessária para o uso seguro por esses sujeitos.

No caso das escolas públicas, o problema se torna mais agudo em virtude das exigências da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, como parte da inserção social desse sujeito de direito em espaços escolares comuns. Sabe-se que essa inclusão se refere à organização de propostas curriculares que contemplem conteúdos, materiais curriculares, metodologias e práticas pedagógicas inclusivos da pessoa com deficiência visual. No entanto, a primeira condição para essa inclusão é a possibilidade de acesso e mobilidade dada pela adaptação do entorno e do interior desses equipamentos educacionais, algo ainda muito raro na realidade atual das nossas cidades.

A situação de marginalização espacial da pessoa com deficiência visual se reproduz, por falta de adaptação tátil e sonora, nos espaços privados de uso público, a exemplo de clínicas, consultórios, clubes, bancos, casas de espetáculos, shopping centers etc.

Por fim, não é nenhum exagero afirmar que a produção dos espaços públicos nas cidades do Brasil se realiza ao arpejo da lei, por isso, configura-se de maneira a marginalizar ou excluir a presença e a atuação da pessoa com deficiência visual. Isso reforça o ponto de vista colocado em páginas anteriores dessa reflexão, segundo o qual a produção do espaço das nossas cidades, notadamente os seus subespaços públicos, é realizada, muitas vezes, sem atentar para a necessidade de acesso e mobilidade dessas pessoas. Nesse sentido, reflete a sua exclusão, medeia precariamente as suas interações sociais e reproduz a sua condição de marginalização espacial. Assim sendo, como deveriam se estruturar os espaços públicos para serem inclusivos para essas pessoas? É para essa questão que, a seguir, direcionaremos o foco dessa reflexão. Mas, antes de tecermos nossas considerações sobre ela, vejamos como as pessoas com deficiência visual estabelecem experiências e interações com o espaço geográfico.

### **3. As interações espaciais das pessoas com deficiência visual**

Para a pessoa com deficiência visual se movimentar de um ponto para outro é preciso não apenas "ler" ou seguir rotas, mas estar alerta, orientada em relação ao seu destino, construindo, mesmo involuntariamente, um mapa mental da mudança (SILVA, 2014 e 2017).

De acordo com Silva (2014 e 2017), a mobilidade se torna mais difícil para quem apresenta algum tipo de deficiência; para as pessoas com deficiência visual é necessário que tenham aulas de locomoção e orientação para, assim, familiarizarem-se e terem domínio dos espaços. Essas aulas consistem na assimilação e na interpretação de referências ou sinais não visuais, como fontes sonoras, pistas táteis, olfativas, entre outras. Por essa razão, um trabalho de mobilidade e orientação é fundamental para a autonomia, independência e autoconfiança dessas pessoas.

Segundo Argenta e Sá (2010, p. 36), "O sentido de orientação liga-se com a capacidade de percepção e de localização em relação ao ambiente, enquanto a mobilidade refere-se à capacidade de locomoção ou de deslocamento entre um ponto e outro".

De acordo com BRASIL (2003, p. 17 *apud* MAZARRO, 2003, p. 17), a habilidade de compreender o ambiente é conquistada pelas pessoas com deficiência visual desde seu nascimento e vai evoluindo no decorrer de sua vida. A conquista dessa habilidade se torna uma condição fundamental porque a pessoa com cegueira apreende o espaço usando outros sentidos que não a visão. Elas interpretam, portanto, as pistas do ambiente utilizando o tato, a audição, o olfato e o paladar.

Em conformidade com Tuan (2013, p. 21), todos os seres humanos, por terem órgãos similares, dividem percepções comuns em um mundo comum. Mas cada pessoa tem sua realidade e jeito próprio de compreender o ambiente que a circunda. Dessa forma, as maneiras como cada um percebe e avalia as cenas são variadas, daí duas pessoas nunca verem uma imagem de uma mesma forma, pois cada uma tem sua cultura e forma própria de observação. Nesse caso, os cinco sentidos apresentados pelo homem são quem facilita suas percepções do mundo.

No caso da visão, ela se destaca por ser um dos sentidos mais importantes do ser humano, que depende dela para alcançar diversos objetivos e progredir no mundo em diferentes atividades. Para Tuan (2013, p. 22), "Um mundo mais amplo se lhe abre e muito mais

informação, que é especialmente detalhada e específica, chega até ele através dos olhos, do que através dos sistemas sensoriais da audição, olfato, paladar e tato”.

Porém, as pessoas com deficiência visual, por não apresentarem o sentido da visão, utilizam-se dos demais sentidos para “ver” o mundo.

Com a ajuda do tato, elas encontram informações importantes para sua vida, como a percepção dos lugares e objetos. Desse modo, o tato é fundamental para sua locomoção e sobrevivência. Sobre essa importância, Tuan (2013, p. 24) afirma que

A natureza fundamental do sentido do tato nos é demonstrada quando refletimos que uma pessoa sem visão pode ainda atuar no mundo, com bastante eficiência, mas sem o sentido do tato é duvidoso que possa sobreviver. [...] O tato é a experiência direta da resistência, a experiência direta do mundo como um sistema de resistências e de pressões que nos persuadem da existência de uma realidade independente de nossa imaginação.

Assim, ainda segundo Silva (2014, p. 49), o principal sentido na vida das pessoas com cegueira é o tato, pois é através dele que são capazes de aprender o sistema Braille de escrita, o qual pode lhes ajudar a localizar os logradouros e edifícios das cidades, e pegar nos objetos para reconhecê-los. O tato é, pois, fundamental quando essas pessoas visitam lugares desconhecidos, porque as ajuda a se familiarizarem com o ambiente, bem como apropriar-se dele e usá-lo de maneira mais efetiva e autônoma.

Como sabemos, os olhos conseguem informações muito mais precisas sobre o mundo que nos circunda do que os ouvidos, mas como isso pode ser feito por uma pessoa que não vê? Nesse caso, a audição passa a ser um sentido muito importante para a pessoa com deficiência visual, já que através dela a mesma tem a possibilidade de gravar sons que serão familiarizados com os locais e as pessoas da convivência. Para Tuan (2013, p. 25), “Os olhos obtêm informações muito mais precisas e detalhadas sobre o meio ambiente, do que os ouvidos, mas geralmente somos mais sensibilizados pelo que ouvimos de que pelo vemos”.

Conforme afirma Silva (2014 e 2017), o som é essencial para as pessoas com deficiência visual reconhecerem locais e pessoas. Nesse sentido, a audição funciona como uma antena porque dá acesso à distância das coisas e ajuda no reconhecimento das pessoas, pois mesmo que tentem esconder, todas as pessoas têm um registro pessoal da voz, cada um tem uma voz diferente, inimitável.

Sentir o cheiro e ouvir os sons das paisagens e dos lugares permite, às pessoas cegas, o domínio espacial. Degustar uma comida também as ajuda a dominar a diversidade dos lugares e das regiões. Por isso, as pistas do ambiente são sentidas utilizando também esses sentidos.

Desse modo, conforme Silva (2014, p. 49), o “olfato é outro sentido que [se] configura um dos mais importantes para a pessoa com deficiência visual, pois, através dele, ela tem a oportunidade de reconhecer locais pelo cheiro ou odores. Como o nariz é um órgão extremamente eficiente, capaz de farejar informações, uma pessoa consegue, através apenas do odor, relembrar momentos e emoções vividas, e com o uso do cheiro trazer todo um conjunto de sensações”. Sobre isso, Tuan (2013, p. 27) nos diz que:

O odor tem o poder de evocar lembranças vividas, carregadas emocionalmente, de eventos e cenas passadas. O cheiro de salva pode trazer à memória todo um complexo de sensações: a imagem de grandes planícies onduladas cobertas por grama e pontilhadas por moitas de salva, a luminosidade do sol, o calor, a irregularidade da estrada.

Assim, os sentidos são de grande importância para a vida da pessoa com deficiência visual, que os utiliza para ler as pistas ambientais e, assim, locomover-se e usar os espaços.

Ainda segundo Silva (2014, p. 49), os sentidos da audição, olfato e tato são importantes para a pessoa com cegueira se movimentar no espaço e funcionam como um instrumento que ajuda a encontrar a direção que deseja seguir. Desse modo, por não ter a visão, esses sentidos se tornam mais importantes para perceber os lugares, objetos, pessoas e situações do cotidiano.

Dessa forma, a vivência espacial de uma pessoa com deficiência visual depende muito de seus sentidos aguçados, que lhe possibilitam se locomover utilizando táticas espaciais desenvolvidas ao longo de sua vida. De acordo com Silva (2014, p. 27),

Uma pessoa com deficiência visual, quando se desloca em diferentes espaços, estimula sua memória, conseguindo, desta forma, organizar uma orientação do mundo exterior, assim, consegue maior familiaridade com os objetos e as pessoas que os circulam, facilitando a identificação do local posteriormente. No espaço, consegue realizar seu deslocamento gravando as noções de direção e distância, percepção do mundo e percepção espacial com referência em seu corpo, ocasionando assim uma maior interação com a sociedade, evitando, deste modo, seu isolamento e oferecendo oportunidade de movimentos do corpo, melhorando suas ações motoras e atingindo dimensões sociais como o direito de se locomover indo e vindo aos lugares.

Porém, percebemos que os locais públicos, apesar de alguns aportes que procuram atender ao definido nas leis para facilitar a acessibilidade e a mobilidade desse público, ainda se apresentam com adaptação insuficiente, por isso, de difícil acesso e sem as condições de mobilidade adequadas para as pessoas com deficiência, em especial as com deficiência visual.

Para isso, no caso específico das pessoas com cegueira, deve-se preencher os subsistemas de objetos públicos de dispositivos táteis e sonoros que facilitem a sua mobilidade, acessibilidade e participação no subsistema de ações políticas. Em outras palavras, para possibilitar um melhor domínio espacial pelas pessoas com deficiência visual, especialmente



dos espaços públicos, é necessário estruturá-los com pistas ambientais sonoras e táteis artificiais, conforme rezam os sistemas de normas vigentes.

#### **4. Espaços públicos inclusivos das pessoas com deficiência visual**

Sabemos que as lutas travadas pelas pessoas com deficiência visual, por organizações não-governamentais, impuseram às instituições governamentais, ao longo do tempo, a necessidade de se realizarem diversas ações no sentido de adaptar os espaços públicos a esse segmento. Isso se deu através de mudanças normativas (das legislações), mas que não atingem todos os países de forma igual.

A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, outorgada pela ONU, em 13 de dezembro de 2006, foi um acontecimento histórico que ajudou na garantia e promoção dos direitos humanos de todos os cidadãos e, em particular, das pessoas com deficiência. Essa Convenção define pessoas com deficiências como aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, de longo prazo, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Seus princípios gerais estão no artigo 3º e são:

- a) O respeito pela dignidade inerente à autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e à independência das pessoas;
- b) A não-discriminação;
- c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;
- d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;
- e) A igualdade de oportunidades;
- f) A acessibilidade;
- g) A igualdade entre o homem e a mulher;
- h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade. (ONU, 2006)

Ainda de acordo com essa Convenção, os Estados participantes deverão tomar as medidas que garantam o acesso dos portadores de deficiência a todos os locais, assegurando, assim, a acessibilidade a esses indivíduos. Assim sendo, no art. 9º do documento, assume-se o seguinte compromisso:

A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e

tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros, a:

- a) Edifícios, rodovias, meios de transporte e outras instalações internas e externas, inclusive escolas, residências, instalações médicas e local de trabalho;
- b) Informações, comunicações e outros serviços, inclusive serviços eletrônicos e serviços de emergência. (ONU, 2006)

Fica claro, pelo exposto, que a Convenção enfatiza que os Estados Partes tomarão medidas efetivas para assegurar às pessoas com deficiência sua mobilidade pessoal com a máxima independência possível.

A acessibilidade é um direito do cidadão, assegurado por lei, pois, com ela, pessoas com deficiências têm a possibilidade de transitar nos espaços sem que existam barreiras arquitetônicas que impeçam a sua locomoção. Além disso, é assegurado, por lei, que os espaços devem ser adaptados para assegurar esse acesso e, conseqüentemente, o uso dos bens e serviços públicos por essas pessoas.

Portanto, a referida Convenção trata de questões espaciais importantes a respeito da necessidade do deslocamento e acessibilidade desses sujeitos aos mais diversos espaços, exigindo comprometimento dos setores estatais com a proposição de ações públicas que possibilitem que esse direito seja respeitado.

O Brasil decidiu ratificar essa Convenção com equivalência de emenda constitucional, por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008 e do Decreto Executivo nº 6949/2009, nos termos previstos no Artigo 5º, § 3º da Constituição Brasileira e, quando o fez, reconheceu-a como um instrumento que gera maior respeito aos direitos humanos.

Por outro lado, essa Convenção serviu de base para a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que em seu Artigo 1º tem como objetivo “assegurar e promover, em igualdade de condições, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. Já no Artigo 3º das suas disposições gerais, define, entre outros temas, a acessibilidade como um dos aspectos importantes para a prática espacial mais autônoma dessas pessoas. Desse modo, segundo essa Lei, a acessibilidade é considerada como possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público com restrição de acesso e privado de uso público, tanto na

zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Ela dispõe ainda, no Artigo 57, que “As edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes”. O Artigo 60 dessa Lei, por sua vez, trata da orientação, no que couber, sobre as regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas, observando o disposto nas leis nº 10.098/2000<sup>3</sup>, nº 10.257/2001<sup>4</sup>e nº 12.587/2012<sup>5</sup>, servindo, assim, para orientar “os Planos diretores municipais, os planos diretores de transporte e trânsito, planos de mobilidade urbana e os planos de preservação de sítios históricos elaborados ou atualizados a partir da publicação desta Lei” (BRASIL, 2015).

Dessa forma, o Estado brasileiro assume que esses aspectos são essenciais para as pessoas com deficiências. Mas, apesar dos avanços legais, ainda existem grandes dificuldades para esse público. De acordo com Corrêa (2007), a organização espacial é produto, reflexo, meio e condição de reprodução social. No entanto, segundo Silva (2014, p. 34), “No tocante às pessoas com deficiência visual, essa organização espacial, como vem sendo produzida, parece ignorar as suas existências e suas necessidades de uso e, conseqüentemente, de acessibilidade e mobilidade”.

Assim, as pessoas com deficiência visual, com perda total<sup>6</sup> ou com baixa visão<sup>7</sup> enfrentam dificuldades por não terem seus direitos assegurados de acordo com a Lei. Nesse sentido, apesar da lei, muitas adaptações precisam ser feitas em nossas cidades, especialmente nos espaços de uso comum, para que elas se tornem incluídas das pessoas com deficiência visual.

Partindo dessa constatação, listaremos a seguir como os espaços públicos devem se adequar para serem utilizados pelas pessoas com deficiência visual. Essas adequações visam a facilitar a orientação e o uso dos sentidos na apropriação do espaço por elas. Desse modo, os

3 Lei nº 10.098/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

4 Lei nº 10.257/2000. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

5 Lei nº 12.587/2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

6 É entendida como cegueira total a completa perda de visão, na qual a pessoa nem sequer percebe a luminosidade. Segundo o Instituto Benjamim Constant, “A cegueira total, ou simplesmente AMAUROSE, pressupõe completa perda de visão. A visão é nula, isto é, nem a percepção luminosa está presente. No jargão oftalmológico, usa-se a expressão 'visão zero’”. Neste caso, de cegueira total, é necessário que se use o sistema Braille, a bengala, os treinamentos de orientação e de mobilidade, os quais se tornam fundamentais para locomoção e desenvolvimento destas pessoas (SILVA, 2014, p. 23).

7 A baixa visão é uma deficiência que precisa de estratégias e de recursos específicos, consistindo um fator importante à compreensão pedagógica para se abranger esta deficiência e se conseguir aplicar os recursos pedagógicos necessários em salas de aulas, favorecendo, assim, as condições legais de aprendizagem nas escolas. As principais enfermidades causadoras desta baixa visão são: retinopatia da prematuridade, a retinocoroidite macular por toxoplasmose, o albinismo oculocutâneo, a catarata congênita, a retinose pigmentar, a atrofia óptica e o glaucoma (SILVA, 2014, p. 21-23).

sistemas de objetos públicos devem receber uma camada normativa que os torne capazes de permitir a participação dessas pessoas nos sistemas de ações políticas.

Em todos os espaços públicos devem existir placas de sinalização com o símbolo internacional de pessoas com deficiência visual, que indica a existência de equipamentos, mobiliário e serviços para elas. De acordo com a ABNT NBR/9050 (2004), “a representação do símbolo internacional de pessoas com deficiência visual (cegueira) consiste em um pictograma branco sobre fundo azul”, como podemos observar na Figura 01.



**Figura 01 – Símbolo internacional de pessoas com deficiência visual.**

Fonte: <<http://simbology.blogspot.com.br>> . Acesso em: 01 nov. 2016.

Além disso, essa figura deve estar sempre voltada para a direita e nenhuma modificação, estilização ou adição deve ser feita ao símbolo.

Os sistemas de normas vigentes estabelecem também as especificações técnicas de substancial importância para a mobilidade das pessoas com cegueira nos espaços públicos. Tais especificações são as que tratam da comunicação e sinalização dos acessos e circulação e do mobiliário, pois regulamentam o uso dos pisos táteis e especificam as condições e sinalização sonora nos semáforos (NBR 9050, 2004).

De acordo com a NBR 9050 (2004, p. 30 *apud* MONTEIRO, 2012, p. 8),

A sinalização tátil no piso pode ser do tipo de alerta ou direcional. Ambas devem ter cor contrastante com a do piso adjacente, e podem ser sobrepostas ou integradas ao piso existente atendendo às seguintes condições: quando sobrepostas, o desnível entre a superfície do piso existente e a superfície do piso implantado deve ser chanfrado<sup>8</sup> e não exceder 2 mm. Quando integradas, não deve haver desnível.

8 Corte em diagonal, ou enviesado, de uma parede ou superfície. Enciclopédia e-civil. Disponível em: <https://www.google.com.br/>. Acesso em: 10 nov. 2017.

Ainda sobre os pisos táteis, ilustrados nas imagens 10 e 11, Monteiro (2012, p. 8) afirma que:

São faixas em alto relevo fixadas ao chão para auxiliar na locomoção das pessoas cegas em espaços públicos, tanto internos quanto externos. Eles se apresentam sob duas formas - piso direcional ou guia e piso alerta – e possuem especificidades em diversos aspectos.



**Fotos 10 e 11 – Piso tátil do tipo alerta e direcional e piso tátil do tipo guia, respectivamente.**

Fonte: <<https://guiaimovel.wordpress.com>>; <<https://www.oreidaborracha.com.br>> . Acesso em: 10 nov.

Nas ruas, deve haver identificação dos nomes dos logradouros públicos através de placas rebaixadas em Braille, bem como nos elevadores de edifícios de uso público. Quanto ao sistema de tráfego, deve haver a implantação de transportes coletivos preparados. Um projeto de adaptação desses meios de transportes deve colocar dispositivos de sinais sonoros, tanto no ônibus quanto no ponto, para emitir um sinal de sonorização na hora da chegada e saída do ônibus, informando, também, o destino do veículo. De acordo com Silva (2014, p. 36), deve-se ainda estabelecer a aplicação de normas contra a construção de barreiras arquitetônicas nas calçadas.

Essas seriam algumas mudanças que deveriam ser feitas nas vias e equipamentos urbanos, de acordo com as normas de acessibilidade da pessoa com deficiência visual. No entanto, além de todas essas modificações, é necessária uma maior conscientização da população para evitar trafegar em alta velocidade em vias e locais utilizados por pessoas com deficiência visual. Uma medida de redução de velocidade que pode ser tomada para sinalização nessas áreas é a implantação de ondulações, como ilustrado na foto 12, que consistem em

porções elevadas da via, com perfil circular, implantadas em ângulo reto em relação à direção do tráfego. São construídas de meio-fio a meio-fio ou afiladas nas pontas, junto ao meio-fio, por questões de drenagem (BHTRANS, 2000, p. 47). Dessa forma, elas permitem às pessoas com deficiência visual circular com mais segurança e uma maior mobilidade na hora de atravessar as ruas, pois fica mais fácil identificar a sinalização. Com tais ondulações, os veículos passam a ser obrigados a reduzir a velocidade, assim amenizando um pouco os problemas que essas pessoas enfrentam para cruzar as vias públicas.



**Foto 12 – Sinalização do tipo ondulação.**

Fonte: <<http://www.agencia.ac.gov.br/detran>> . Acesso em: 01 nov. 2017.

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 8331/15 que estabelece as normas para padronizar as calçadas e facilitar a circulação, em vias públicas, de pessoas com deficiência e mobilidade reduzidas. Assim, ele altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências para dispor sobre acessibilidade nos passeios públicos.

Em 21 de janeiro de 2016, a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 8.331/15. De acordo com suas propostas, os materiais utilizados para adaptação dos espaços deverão ter superfície regular, firme e antiderrapante; as obras deverão prever a existência de faixas de piso tátil e observar requisitos de permeabilidade para drenagem urbana; a parte das calçadas destinada à circulação de pessoas possuirá largura mínima de 1,20 metros; a porção usada para instalação de placas e equipamentos terá largura mínima de 70 centímetros e trará rebaixamentos para acesso de veículos; nos trechos do passeio público formados pela junção de duas vias, serão asseguradas condições para passagem de pessoas com deficiência, bem como boa visibilidade e livre

passagem para as faixas de travessia de pedestres. (<http://www2.camara.leg.br>) Porém, a Lei está aguardando parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e o prazo para emendas ao projeto, que era até 12 de junho de 2017, foi encerrado sem que tenham sido apresentadas emendas. ([www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br). Acesso em 02 nov. 2017).

Em suma, para ser acessível e seguro para os sujeitos com deficiência visual, os espaços públicos citadinos devem conter, em seus arranjos, a sinalização sonora nos semáforos; placas de sinalização que indiquem aos motoristas a existência de equipamentos, mobiliários e serviços de seu uso; piso tátil do tipo alerta e direcional para sua acessibilidade e mobilidade com segurança; sinalização do tipo ondulação, especialmente como redutores de velocidade dos automóveis; padronização e liberação das calçadas, evitando a presença de barreiras arquitetônicas que inibam o seu direito de ir e vir etc. Assim, um espaço público citadino que contemple a inclusão dessas pessoas deve apresentar uma estrutura que lhes possibilite ir e vir com segurança, permitindo-lhes o exercício do direito à cidade e à cidadania política. Por isso, os subsistemas de objetos públicos devem ser preenchidos por dispositivos táteis e sonoros que facilitem a inserção dessas pessoas nos sistemas de ações públicas, permitindo-lhes participar do debate das questões gerais da sociedade, inclusive sobre as questões que lhes dizem respeito diretamente.

## **5. Considerações finais**

A sociedade deve promover a acessibilidade e mobilidade espaciais, garantindo à pessoa com deficiência visual o direito de transitar e participar de atividades do cotidiano e de exercer plenamente os seus direitos políticos. Assim, deve assegurar-lhe a participação nas arenas públicas onde as questões da cidade, entre elas as que lhe dizem respeito, são debatidas.

Apesar da existência de um sistema normativo internacional e nacional que estipula a criação de pistas sonoras e táteis artificiais e que busca estabelecer os parâmetros para uma melhor interação espacial das pessoas com deficiência visual com o meio ambiente construído, especialmente no que toca aos espaços públicos, a maioria dos gestores das cidades brasileiras tem desconsiderado o direito de mobilidade e acessibilidade espaciais desses sujeitos, o que inibe o seu direito à cidade e à cidadania política.

Assim, qualquer política de ordenamento dos espaços urbanos, seja ela expressa nos planos diretores ou de mobilidade urbana, deve atentar para o que está escrito na letra da lei. Apesar da busca por cumprir as leis, as adaptações que as políticas de ordenamento espacial

sugerem ainda são tímidas ou inexistentes. Por outro lado, quando existem, muitas vezes não atendem a todos os requisitos das legislações gerais e específicas.

Enfim, estas breves compilações, que se constituem como parte dos resultados de pesquisas já realizadas, expressam nossas preocupações em enxergar a condição das pessoas com deficiência visual à luz da Geografia. Elas reafirmam o pressuposto de que a condição para a inclusão social desses sujeitos passa necessariamente pela questão espacial. Dessa forma, são um manifesto, um grito, em voz alta, aos nossos gestores e à sociedade em geral, por espaços públicos inclusivos das pessoas com deficiência visual em nossas cidades!

## 6. Referências

ARGENTA, A.; SÁ, E. D. de. Atendimento educacional especializado de alunos cegos e com baixa visão. In: **Inclusão - Revista de Educação Especial**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília - DF, v. 5, n. 1, p. 17, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamento Urbano. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16537/2016**: Acessibilidade - Sinalização tátil no piso - Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br>>. Acesso em 28/05/2017.

BRASIL. Lei Nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/842349.pdf>> Acesso em: 15/06/2017.

BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001.

BRASIL, **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)> . Acesso em 25/05/2014.

BRASIL. Câmara Federal. Decreto Legislativo N. 186, de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em 2007. Disponível em: <[www2.camara.leg.br](http://www2.camara.leg.br)> . Acesso em 25/05/2014.

BRASIL. Governo Federal. Decreto n. 6949. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo de 30 de março de 2007. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em 25/05/2014.



BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência**. Brasília, 2007. Disponível em <<http://www.un.org/disabilities/default.asp?id=150>> . Acesso em 13/05/ 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília - DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao)> . Acesso em: 25 /06/. 2017.

BRASIL, Lei Nº. 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/112587.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112587.htm)>. Acesso em: 15/05/2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão aprova padronização de calçadas para circulação de deficientes. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 02/09/2017.

BRASIL. **Decreto número 5.296/2004. Art. 8. Parágrafo: IX**. Brasília- DF, 2004. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 15/06/ 2014.

BRASIL. Estatuto da Pessoa com Deficiência: Lei 13. 146, de 06 de julho de 2015. Brasília: 2015.

BHTRANS. Manual de Medidas Moderadoras de Tráfego. Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A. Belo Horizonte, 2000. Disponível em: <<http://www.bhtrans.pbh.gov.br/pdf>>. Acesso em: 15/06/ 2014.

CALDEIRA, Júnia Marques. A praça brasileira. Trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade. 2007. 423 f. **Tese** (Doutorado). Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP, Campinas-SP, 2007.

CORRÊA, R. L. Organização espacial. In: \_\_\_\_\_. **Região e organização espacial**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

GOMES, P. C. da C. Cidadania e espaço público: O que a geografia tem a dizer? In: \_\_\_\_\_. **A condição urbana: ensaios de Geopolítica da cidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MACHADO, Edileine Vieira. *et al.* **Orientação e Mobilidade: conhecimentos básicos para a inclusão do deficiente visual**. Brasília: MEC, SEESP, 2003.p.32. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ori\\_mobi.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ori_mobi.pdf)>. Acesso em 25/07/ 2017.

MAZZARO, J. L. Mas, afinal, o que é orientação e mobilidade? In: **Orientação e mobilidade: Conhecimentos básicos para a inclusão da pessoa com deficiência visual**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília - DF: MEC, 2003.

MONTEIRO, J. L. Os desafios dos cegos nos espaços sociais: um olhar sobre a acessibilidade. **IX ANPED. SUL**. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 2012. Disponível em: <<http://www.uces.br>>. Acesso em: 12/06/2014.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**, 13 de dezembro de 2006. Disponível em:

<<http://www.acessibilidadebrasil.org.br/joomla/destaques-acessibilidade/124-convencao-da-onu-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em 25/06/2014.

SILVA, Gorete Ribeiro Barbosa da. **Acessibilidade e mobilidade em espaços usados por portadores de deficiência visual: o caso do entorno do Instituto dos Cegos – Campina Grande – PB. 2014. 64f. Monografia.** Licenciatura Plena em Geografia. Unidade Acadêmica de Geografia. Centro de Humanidades. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

\_\_\_\_\_. **Inclusão espacial das pessoas com deficiência visual: uma análise dos espaços públicos centrais de Campina Grande-PB. 2017. 71 f. Monografia.** Especialização em Análise Regional e Ensino de Geografia. Unidade Acadêmica de Geografia. Centro de Humanidades. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

TUAN, Y.F. **Traços comuns em percepção: os sentidos.** In: \_\_\_\_\_. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Tradução de Lívia de Oliveira. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2013.

# A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS

*THE BANALIZATION OF VIOLENCE IN ALAGOAS STATE*

*LA BANALIZACIÓN DE LA VIOLENCIA EN EL ESTADO DE ALAGOAS*

**José Enes Alves Braga Júnior<sup>1</sup>**

*Universidade Federal de Alagoas – UFAL*

**Wellington Amancio da Silva<sup>2</sup>**

*Universidade Federal de Alagoas – UFAL*

---

<sup>1</sup> Graduando em História, Universidade Federal de Alagoas, membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Sociedade e Cultura. E-mail: [juniorfenrir@hotmail.com](mailto:juniorfenrir@hotmail.com)

<sup>2</sup> Mestre pela PPGecoH-UNEB – Professor Auxiliar da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: [wellington.silva@cedu.ufal.br](mailto:wellington.silva@cedu.ufal.br)

## Resumo

Neste artigo é discutida a violência a partir de dois filósofos alemães Theodor W. Adorno e Hannah Arendt, aquele define a violência como um meio de manifestar à desumanidade e criar uma resistência ao outro; esta, que destruirá a sociedade, e se for “legalizada” pelo Estado se tornara comum; as ideias de esclarecimento, moral, política e “paz eterna” do filósofo prussiano Immanuel Kant refletem a respeito da submissão ou libertação das pessoas. As análises das violências são focadas nos contextos nacional e alagoano durante o período de 2005-2015, o embasamento é a partir dos dados do Mapa da Violência de 2017 e da Secretária de Estado da Segurança Pública de Alagoas. As estatísticas apresentadas demonstram o quanto a desumanização banalizou-se no estado nordestino, essa cresceu e não cessou entre 2005 e 2015, os métodos empregados são as análises conceitual e historiográfica ao mesmo tempo em que refletimos sobre dados estatísticos. Conclui-se que o investimento no social pode servir de antídoto à crueldade crescente em Alagoas, entretanto, o descaso faz com que esse sirva de exemplo de como banalizá-la.

**Palavras-chave:** Violência. História da Violência. Violência no Brasil. Violência em Alagoas.

## Abstract

In this article violence is discussed from two German philosophers Theodor W. Adorno and Hannah Arendt, who defines violence as a means of manifesting inhumanity and creating resistance to the other; this, which will destroy society, and if it has been "legalized" by the state it has become common; the ideas of enlightenment, moral, political and "eternal peace" of the Prussian philosopher Immanuel Kant reflect on the submission or liberation of the people. The analyzes of violence are focused on the national and Alagoan contexts during the period 2005-2015, based on data from the Map of Violence of 2017 and the Secretary of State for Public Security of Alagoas. The statistics presented demonstrate how much dehumanization has become commonplace in the Northeastern state, it has grown and did not cease between 2005 and 2015, the methods used are the conceptual and historiographic analyzes while reflecting on statistical data. It is concluded that investment in the social can serve as an antidote to the growing cruelty in Alagoas, however, neglect makes it serve as an example of how to trivialize it.

**Keywords:** Violence. History of Violence. Violence in Brazil. Violence in Alagoas.

## Resumen

En este artículo se discute la violencia a partir de dos filósofos alemanes Theodor W. Adorno y Hannah Arendt, aquel define la violencia como un medio de manifestar a la inhumanidad y crear una resistencia al otro; ésta, que destruirá la sociedad, y si es "legalizada" por el Estado se ha vuelto común; las ideas de esclarecimiento, moral, política y "paz eterna" del filósofo prusiano Immanuel Kant reflejan acerca de la sumisión o liberación de las personas. Los análisis de las violencias se enfocan en los contextos nacional y alagoano durante el período 2005-2015, el fundamento es a partir de los datos del Mapa de la Violencia de 2017 y de la Secretaria de Estado de la Seguridad Pública de Alagoas. Las estadísticas presentadas demuestran cuánto la deshumanización se banalizó en el estado nordestino, esa creció y no cesó entre 2005 y 2015, los métodos empleados son los análisis conceptuales e historiográficos al mismo tiempo que reflexionamos sobre datos estadísticos. Se concluye que la inversión en el social puede servir de antídoto a la crueldad creciente en Alagoas, sin embargo, el descuido hace que éste sirva de ejemplo de cómo banalizarla.

**Palabras claves:** Violencia. Historia de la Violencia. Violencia en Brasil. Violencia en Alagoas.

## 1. Introdução

Adorno apresenta a violência em Auschwitz como a expressão de uma atitude pessoal em determinados momentos (autoritarismo e genocídio deste período são referências para ações violentas atuais), contudo, a educação básica (principalmente a infantil) é uma solução contra a barbárie; Arendt discute a conjuntura do século XX e a violência política unida ao avanço tecnológico bélico, essa serve duas coisas: intimidar e é um fenômeno do poder pois pode destruir a sociedade. O esclarecimento kantiano através da razão fará com que as pessoas questionem e libertem-se ao invés de se prenderem por causa de ideologias proibitivas de pensar; a moral são as regras que dizem como se comportar em coletivo, essa pode servir, segundo Kant, aos interesses individuais ou coletivos; a política é o conjunto de normas de uma coletividade, porém, quem as cria é o “homem da lei” de acordo com suas intenções. As análises das violências institucionais a níveis Brasil e Alagoas são feitas de acordo com crimes violentos letais e intencionais do Mapa da Violência que são expressadas em gráficos, contribuem para a vulgarização dos atos violentos.

## 2. A violência em Adorno: conceito de violência como revelação da barbárie e de resistência ao outro

Adorno (1995, p. 117) diz que “a exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação [...] ela precede quaisquer outras que creio não ser possível nem necessário justificá-la”. Uma das formas de se entender a violência como a ação de uma pessoa, a característica é a curta duração, é a análise de Adorno (1995) sobre o limite social provocado pelos nazistas no contexto do Holocausto. Logo, o comportamento autoritário e genocida daquela época serve de base na análise dos diversos modos da violência atual.

Auschwitz é o nome dado aos campos de concentrações nazistas localizados ao sul da Polônia, estes foram as maiores estruturas do Terceiro Reich durante a Segunda Grande Guerra Mundial. Segundo o Museu Estadunidense Memorial do Holocausto, as construções começaram em maio de 1940, e até 1945 foram expulsos aproximadamente 1,3 milhão de pessoas para aqueles campos, 1,1 milhão de prisioneiros foram assassinados; Auschwitz II – Birkenau foi construído em 1941 e tinha o maior número de encarcerados, o extermínio de judeus se dava por intermédio de câmaras de gás mascaradas/sala de desinfecção com vários chuveiros, o gás jogado nos prisioneiros de guerra era o Zyklon B; Auschwitz III – Monowitz foi arquitetado em 1942, esses eram utilizados em trabalho escravo em uma fábrica de borracha. Portanto, nesses campos morreram em torno de quatro milhões daqueles.

O texto *Educação após Auschwitz* reflete sobre como evitar a repetição de Auschwitz investindo na educação, este tema é complexo e a discussão é elementar à educação nas diversas sociedades. Para o autor, um diagnóstico social é possível graças à relação de representação, seus fundamentos e suas consequências em torno do Holocausto. Existe a falta de consciência da população a respeito do genocídio nos campos de concentrações, isto fica claro ao se menosprezá-lo e interpretá-lo como algo inútil, além da minimização com números e a simplificação de uma série de violências: xenofobia e anulação dos outros são dois exemplos. O filósofo acredita que a explicação está em quem pratica a violência, não em quem é atacado, pois estes morreram por causa daqueles, deste modo é necessário analisar os meios pelos quais os algozes praticaram-nas e mostrá-las como formas de conscientização objetivando impedir os atos violentos.

A educação após Auschwitz traz duas questões à tona: primeira, a educação básica, principalmente a infantil, é o espaço em que há a construção de toda a formação moral do indivíduo, inclusive a do criminoso, por isto o investimento naquela pode ser a chave para evitar outro genocídio; segunda, deixar claro os métodos fascistas com o objetivo de esclarecer, evitar a volta da crueldade e desconstruir os sentimentos discriminatórios:

Quando falo de educação após Auschwitz, refiro-me a duas questões: primeiro, à educação infantil, sobretudo na primeira infância; e, além disto, ao esclarecimento geral, que produz um clima intelectual, cultural e social que não permite tal repetição; portanto, um clima em que os motivos que conduziram ao horror tornem-se de algum modo consciente (ADORNO, 1995, p. 122).

Os “vínculos/ausências de compromissos” são citados por pessoas que têm posicionamentos contrários à repetição de eventos passados. Aqueles convertem-se no que o autor chama de passaporte moral, ou seja, alguém que objetiva ser confiável e passa a obedecer e perde sua liberdade, além de se tornar carrasco por ficar ao lado do poder. Assim, segundo o filósofo, a autonomia, e não “os compromissos”, é um meio que pode gerar uma solução contra o autoritarismo:

É plausível para o entendimento humano sadio evocar compromissos que detenham o que é sádico, destrutivo, desagregador, mediante um enfático “não debes”. Ainda assim considero ser uma ilusão imaginar alguma utilidade no apelo a vínculos de compromisso ou até mesmo na exigência de que se restabeleçam vinculações de compromisso para que o mundo e as pessoas sejam melhores (Ibid., p. 123).

Adorno finaliza destacando a volta do nacionalismo e uma mudança na conjuntura para o ressurgimento de outro massacre. Os nacionalistas atuais são coléricos e sentem-se no dever de se convencerem, e aos outros também, de que o nacionalismo ainda é forte e vigoroso. Então, isso é violento, exclusivista, manifesta à barbárie e, por causa da globalização que os conectou ao mundo, espalhou-se fácil.

### **3. A violência em Hannah Arendt: violência como ruína da sociedade**

O livro *Da Violência* discute a conjuntura e a violência no século XX. Baseada em Lênin, afirma que o século XX é o período de guerras e revoluções. A autora destaca o progresso tecnológico bélico como elemento essencial das superpotências, a guerra passou de juiz das lutas armadas entre países para um jogo de xadrez entre as superpotências. O objetivo da corrida armamentista não é vencer, e intimidar.

Arendt (1969) questiona a ação violenta na política ao problematizar a expressão do poder e afirma que a violência é uma revelação desse, ela cita alguns teóricos políticos e os divide em: os que acreditam na política e na ordem e os que, tão-só como instrumentos opressivos. Debate a natureza da autoridade como característica do controle, cita um trecho do livro *La Nozione Delto*, de Alessandro Passerin d’Entreves, em que este afirma que o cano de uma arma detém poder superior e não há diferença entre a ordem dada por um policial e um ladrão:

Se a essência do poder é a efetividade do domínio, não existe então nenhum

poder maior do que aquele que provém do cano de uma arma, e seria difícil dizer “de que maneira a ordem dada por um policial é diferente daquela dada por um bandido armado. (ARENDDT, 1969, p. 23).

Para d’Entreves, o controle é um elemento indispensável para os dominadores.

A filósofa caracteriza a violência dele como moderada, os outros escritores têm-na como uma amostra do poder, entretanto, no final não há diferença entre as descrições das opressões: “[...] ao passo que os autores citados [...] definem a violência como a mais flagrante manifestação de poder, Passerin d’Entreves define o poder como um tipo de violência mitigada. Na análise final, o resultado é o mesmo” (Ibid., p. 23).

Poder, força, autoridade e violência são palavras com significados diferentes, expressam-se de formas diferentes e ligam-se. Estas são usadas como sinônimas, entretanto não são. Hannah Arendt (1969) defende que os diferentes contextos em que são introduzidas podem gerar novas conceituações, porém, o que está em jogo não são significações pois isto não tem importância e sim o destaque da característica dos meios nos quais o homem domina o homem: “[...] Poder, força, autoridade, violência – nada mais são do que palavras a indicar os meios pelos quais o homem governa o homem; são [...] consideradas sinônimos por terem a mesma função” (Ibid., p. 27).

O poder está relacionado à capacidade humana de fazer alguma coisa em conjunto, ou seja, está ligado a um grupo. Quando alguém está no poder, por exemplo, em uma democracia representativa como a brasileira, os governantes instituídos de poder pelo povo governam-nos com “seus consentimentos”, porém, se a população/coletivo se recusar a votar, então não servirão aos representantes políticos e o Estado reprimira.

A força é utilizada como sinônimo de violência, um caso de coerção por exemplo: devolução da ordem preestabelecida pelo Estado numa situação caótica. A autoridade pode se ligar as pessoas (autoridade pessoal): relação pai-filho, padre-fieis e coronel-capitão, o aspecto desta é o controle sobre o corpo do outro, portanto, não há desobediência, não há repressão.

A violência é uma ferramenta indispensável para quem quer dominar o outro, o Estado a usa através da repressão institucionalizada (Forças Armadas Terrestres-Aéreas-Marítimas e Polícias). Com base nisso, a autora diz que a violência e o poder são antagônicos, todavia, ao falarmos a respeito de governo-coerção-obediência podemos igualar o poder à violência.

O poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder esteja em perigo, mas se deixar que percorra o seu curso natural, o resultado será o desaparecimento do poder. Tal coisa ‘significa que não é correto pensar na não-violência como o oposto da violência; falar do poder não-violento é realmente uma redundância, a



violência pode destruir o poder, mas é incapaz de criá-lo' (ARENDR, 1969, p. 35).

Desta forma, a autora destaca que a violência caminha ao encontro do poder e não se iguala ao mal, e não é originário desse, diz também que para entender o controle/poder, devemos pesquisar as origens e a essência desses.

#### **4. Esclarecimento em Kant**

O filósofo Immanuel Kant era iluminista, filósofo prussiano e autor de livros como “crítica da razão pura” e “crítica da razão prática”, ele critica o ser humano por sua infantilidade (dependência de outro) e as causas são a preguiça e a covardia. O homem que depende doutro não pensa, critica ou tem autonomia, isto faz com que dependa do “diretor espiritual”, alguém que “pensa” por dois. Isto o torna “gado” ou “massa de manobra” (pessoa acrítica, sem autonomia e reprodutora de ideias).

Esclarecimento [...] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a capacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem (KANT, 2011, p. 63).

Por conseguinte, o homem é apaixonado pela sujeição, ou seja, as regras e os modelos preestabelecidos são grilhões que prendem e impedem à superação da infantilidade. O iluminista afirma que um povo pode se autoesclarecer, as possibilidades aumentam conquistando a liberdade, tanto do lado destes quanto dos tutores. “Seres pensantes” conseguem desatar as amarras e serem “independentes”. Assim, “o interessante nesse caso é que o público, que anteriormente foi conduzido por eles a este jugo, obriga-os daí em diante a permanecer sob ele, quando é levado a se rebelar por alguns de seus tutores que, eles mesmos, são incapazes de qualquer esclarecimento [...]” (KANT, 2011, p. 65).

Um povo pode voltar-se contra os pensadores que estão lendo e as bases destes, o esclarecimento é o caminho para atingir a conscientização, todavia, as pessoas carecem da liberdade ilimitada. O autor cita exemplos da liberdade limitada por um “diretor espiritual”:

Ouçó, agora, porém, exclaimar de todos os lados: *não raciocineis!* O oficial diz: não raciocineis, mas exercitai-vos! O financista exclama: não raciocineis, mas pagai! O sacerdote proclama: não raciocineis, mas crede! (Um único senhor no mundo diz: *raciocinai*, tanto quanto quiserdes, e sobre o que quiserdes, *mas obedeci!*) Eis aqui por toda a parte a limitação da liberdade (KANT, 2011, p. 65).

A razão deve ser livre, o autoesclarecimento é o resultado da pratica dessa em público, ou seja, o uso daquela por uma “pessoa sábia” na frente do *mundo* letrado. A razão dividisse em privada e pública: a primeira é tutelada por alguém por meio de um emprego; a segunda, livre para expor os discursos e opiniões para “pessoas estudadas”.

Aquela é uma prisão, um indivíduo é regrado a acordos preestabelecidos e expressa-se conforme ordenado e sem questionar: um tenente que fala em um quartel em nome de um coronel é um exemplo, ele falará de acordo com o “combinado”; nesta, há liberdade de expressão, o autor utiliza-se do termo “sábio” definindo um indivíduo que se expressa a uma multidão e está despreocupado com normas ou/e obrigações que o acorrentem, ele está “livre” para pensar, discursar e questionar.

O esclarecimento pode ser conquistado de forma autônoma ou tutelada, o homem convivendo coletivamente ainda não compreendeu como não depender de outro para:

[...] fazer uso seguro e bom de seu próprio entendimento sem serem dirigidos por outrem. Somente temos claros indícios de que agora lhe foi aberto o campo no qual podem lançar-se livremente a trabalhar e tornarem progressivamente menores os obstáculos ao esclarecimento geral ou à saída deles, homens, de sua menoridade, da qual são culpados. Considerada sob este aspecto [...] a época do esclarecimento [...] (KANT, 2011, p. 70).

O esclarecimento é a consequência do rompimento dos seres humanos das prisões ideológicas (um “mestre” guiando um “discípulo”) porque estas bloqueiam o caminho até àquele através de obstáculos criados para dificultar a vida dos “guiados”, a superação dessas tem como resultado a liberdade de expressão e a emancipação dos sujeitos. Do contrário, a humanidade será levada à servidão e legitimação da barbaridade.

## 5. A moral, a política e a paz perpétua

Kant define a moral como as normas que definem o comportamento dos povos (o dever), a política é meio pela qual esse é praticado. Teoria e prática, respectivamente. A política para ele é “[...] uma *doutrina* geral da *sabedoria* [...] uma teoria das máximas para escolher os meios mais adequados a trazer vantagem às nossas intenções premeditadas, o que vem a ser negar em suma a existência de uma moral” (KANT, 2011, p. 79).

Ele afirma ser insuficiente que todos os homens, individualmente, queiram viver sob uma constituição legal com base na liberdade porque uma comunidade precisa expor suas vontades para se chegar a essa. A soma das vontades conseqüentemente utiliza a força, a luta pelo direito comum e a vigência desse, não há muita esperança que os direitos do povo sejam inalterados e/ou sancionados sem mudanças, os “homens da lei” têm interesses e não legislarão em prol do povo, não permitirão que as pessoas participem da elaboração das leis quando chegarem ao poder. Conseqüentemente, um Estado impopular usará o seu aparelho repressor para manter a ordem, o direito comum será trocado pelo particular:

Sem dúvida, quando não existe liberdade nem lei moral fundada nela, mas tudo que acontece, ou pode acontecer, é puro mecanismo da natureza, a política (enquanto arte de utilizar este mecanismo para o governo dos homens) equipara-se à sabedoria prática inteira e o conceito de direito é uma ideia desprovida de conteúdo (KANT, 2011, p. 81).

O filósofo diz ser imprescindível unir a moral e a política, a primeira limita a segunda, e existe dois tipos de políticos: o político moralista e o moralista político: o primeiro desenvolve o princípio da sabedoria do Estado que está de acordo com uma moral; o segundo “inventa” uma moral de acordo com interesses privados. Os políticos moralistas erram nas administrações e adquirem experiência com os erros; os moralistas políticos acreditam em uma “natureza humana”, esta não permitirá que se atinja o bem, isto abre espaço para as leis serem violadas segundo Kant.

O autor diz que os falsos representantes são indivíduos que chegam ao poder e iludem outros através da tirania, afirma também que devemos fazer os “falsos representantes” dos países desenvolvidos declararem que se utilizam da força para conseguirem benefícios, isto serve como meio de desiludir e revelar um engano cometido

a si mesmo e aos outros, descobrir o princípio supremo do qual deriva a

intenção da paz perpétua e mostrar que todo o mal que constitui para ele um obstáculo deriva do fato de que o moralista político começa no ponto em que de modo justo termina o político moral, e submetendo assim os princípios ao fim [...] faz malograr suas próprias intenções de conciliar a política com a moral (KANT, 2011, p. 86).

Os “representantes do povo” podem admitir que estão sendo cruéis, para isso a ilusão que os engana e aos outros deve ser trazida à luz, além de buscar a origem da “paz eterna”. Kant defende que os indivíduos são impedidos a partir do nascimento do moralista político e da morte do político moralista, este utiliza da política e da moral; aquele, violência e ordem. Há dois princípios: o material, do político moralista, e o formal, do moralista político, a diferença é o meio pelo qual se atingirá à “paz eterna”, o primeiro adquire conhecimento sobre o que é elementar e o resultado é o fim desejado, o segundo é um fim em si, fracassa, pois o princípio é o fim.

As saídas são o esclarecimento, resultado positivo do rompimento com a “viseira ideológica”, que ofusca o conhecimento e impede a sociedade de adquiri-lo, e uma política moralista, que vão ao encontro da moral e da razão e as leis são aplicadas para o bem da população, o filósofo (2011, p. 88) finaliza expressando: “Procurai primeira o reino da razão pura e prática e sua *justiça*, e então vos será dada por si mesma vossa finalidade (o benefício da paz perpétua)”.

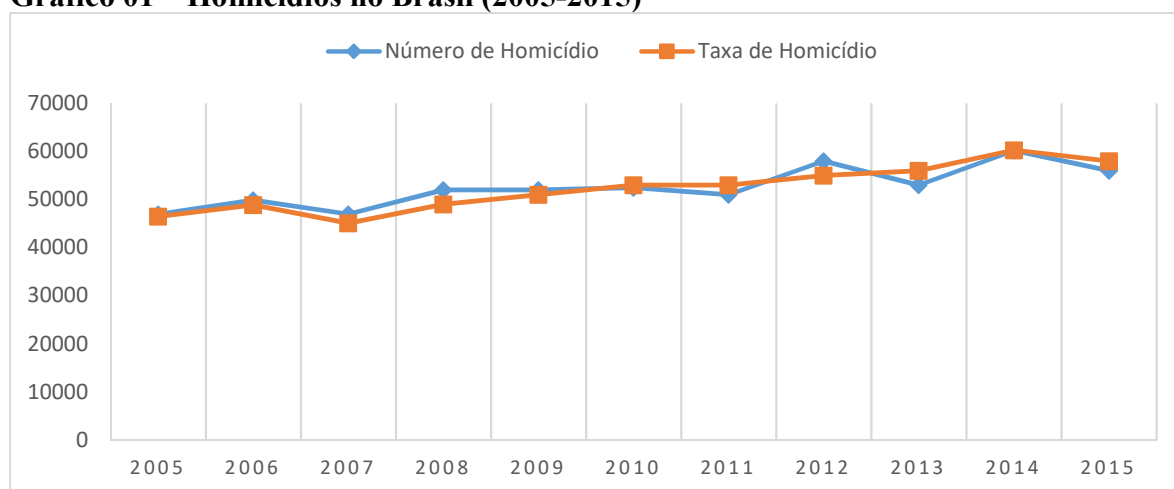
## **6. Análise da violência no contexto brasileiro: o significado da violência dos documentos oficiais**

Em janeiro de 2017, o Brasil passou por uma rebelião em um presídio na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, morreram aproximadamente sessenta presidiários. Algumas semanas após a rebelião na Região Norte do país, outra rebelião foi confirmada no Rio Grande do Norte, na capital Natal, na Penitenciária Estadual de Alcaçuz, deixando quase trinta mortos. Todas essas mortes nas prisões brasileiras evidenciam a crise no sistema carcerário brasileiro.

Em fevereiro do mesmo ano, a Polícia Militar do Estado do Espírito Santo entrou em greve, esta perdurou por quase um mês; o estado do Sudeste entrou em emergência e aproximadamente duzentas pessoas morreram, as Forças Armadas Terrestres e a Nacional foram chamadas para reestabelecer a ordem. Alguns ônibus foram queimados na cidade de Fortaleza por facções criminosas meses depois.

O Estado brasileiro demonstra o seu descaso, ineficiência e precarização com a segurança pública, além da ausência de políticas públicas para essa área. O país passa por uma crise na segurança pública que se agrava há anos devido ao sucateamento da segurança pública e a negligência dos “representantes do povo”. Segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde: “Em 2015 houve 59.080 homicídios no Brasil – o que equivale a uma taxa por 100 mil habitantes de 28,9. Este número de homicídios consolida uma mudança de patamar neste indicador na ordem de 59 a 60 mil casos por ano, e se distânciada das 48 mil a 50 mil mortes ocorridas entre 2005 e 2007, conforme destacado no Gráfico [01]”.

**Gráfico 01 – Homicídios no Brasil (2005-2015)**



Fonte: Mapa da Violência 2017, do Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Os números expressos no Gráfico 01 destacam a violência crescente no Brasil entre os períodos de 2005-2015. As autoridades das esferas federal, estadual e municipal estão negligenciando a situação que só cresce. Esta conjuntura gera problemas socioeconômicos para o país, “lugares violentíssimos” sofrem com a intervenção federal, nestas áreas a educação, a economia, o lazer e o direito de ir e vir são afetados a partir do fechamento das escolas e dos comércios, interrupção de ruas, troca de tiros entre militares e traficantes.

Muitas das comunidades, por exemplo, são dominadas pelos últimos; na segurança, todos os dias somos bombardeados por notícias mostrando as estatísticas de policiais que matam e/ou morrem, existe o caso não resolvido do pedreiro Amarildo morto por policiais das UPPs (Unidade de Polícia Pacificadora), ele desapareceu após uma abordagem policial e depois encontram-no morto. As pessoas são atingidas (in)diretamente pelas violências institucionalizada e não institucionalizada.

A Tabela 01 mostra um dado emblemático, a juventude masculina, 15 a 29 anos, morre mais do que a feminina. No ano de 2015, aquela morreu, 53% do total de óbitos, quase quatro vezes mais que esta, 14,8%. A juventude ocupa o primeiro lugar em morte por homicídio, a faixa etária de 15 a 29 anos é a que mais está em situação de perigo. Outro dado preocupante na ilustração são as idades de 10 a 14 anos porque ultrapassam as idades de 40 a 69 anos (os primeiros, 17,3%, e os últimos, variam entre 12,8% e 0,9%). Logo, ser mais jovem é perigoso principalmente se este for pobre, negro e de comunidade afastada do centro, nesta o Estado é mínimo e há intervenção militar.

**Tabela 01 – Proporção de óbitos causados por homicídios, por faixa etária – Brasil, 2014**

	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 a 64 anos	65 a 69 anos	Total
Masculino	17,3%	53,0 %	49,0%	40,7%	31,7 %	21,0%	12,8%	7,2%	4,4%	2,3%	1,3%	0,9%	7,9%
Feminino	8,6%	14,8 %	14,0%	12,3%	8,1%	4,8%	2,9%	1,7%	0,7%	0,5%	0,2%	0,1%	0,9%
Total	14,0%	46,2 %	43,2%	34,7%	25,7 %	16,1%	9,5%	5,3%	3,1%	1,6%	0,9%	0,6%	4,9%

Fonte: Mapa da Violência 2017, do Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Adorno discute a falta de consciência da sociedade em relação aos homicídios causados pelos alemães e a diminuição da situação através de números e Arendt, a violência institucional como instrumento opressivo e intimidador. As mídias tradicionais conservadoras propagam diariamente diversos casos de assassinatos e roubos em todo o território nacional: “policiais matam X bandidos na comunidade Y”, “bandidos roubam e matam várias pessoas em loja Z”, “ataque terrorista no Oriente Médio deixa W mortos” ... Assim, trazendo para o contexto brasileiro, os números banalizam a violência ao mostrar que esta não para de crescer tornando-a comum, talvez as pessoas “acostumem-se” e “desistam” de procurar e lutar por uma solução, isto oculta os verdadeiros problemas e quem os causa.

## 7. Análise no contexto de Alagoas: as diversas formas de violência

Os Estados do Norte e do Nordeste ocuparam por muito tempo as primeiras posições dos estudos sobre taxas de homicídios. Entre 2005-2011, governo de Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), a violência cresceu no estado nordestino de Alagoas, porém, de 2012 a 2015, último mandato desse e início do governo Renan Vasconcelos Calheiros Filho (MDB-AL), as taxas diminuíram, e continuaram altas.

Alagoas está entre os mais violentos do Brasil, de acordo com a Tabela 02 acima, a violência estava maior nos últimos anos (2013-2015) do governo neoliberal do governador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), as políticas neoliberais e a falta de investimento no público ajudaram a aumentar a violência.

**Tabela 02 – Número de homicídios em Alagoas e no Brasil, 2005 a 2015**

	Número de Homicídios											Variação	
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2005 a 2015	2014 a 2015
Brasil	48136	49704	48219	50659	52043	53016	52807	57045	57396	60474	59080	22,7%	-2,3%
Alagoas	1203	1620	1836	1887	1873	2087	2244	2046	2148	2085	1748	45,3%	-16,2%

Fonte: Mapa da Violência 2017, do Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

**Tabela 03 – Crimes Violentos Letais e Intencionais em Alagoas (2013-2015)**

Anos	Meses												Total	Média/dia
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		
2013	196	171	216	182	185	182	170	150	180	185	214	232	2263	6.20
2014	222	191	191	220	201	168	174	134	159	158	193	188	2199	6.02
2015	208	158	144	142	134	149	145	134	129	139	146	176	1804	4.94

Fonte: Secretária de Estado da Segurança Pública de Alagoas.

**Tabela 04 – Crimes Violentos Letais e Intencionais por Sexo em Alagoas (2015)**

Sexo	Percentual
Masculino	94,7%
Feminino	5,3%
Total	100.00%

Fonte: Secretária de Estado da Segurança Pública de Alagoas.

**Tabela 05 – Crimes Violentos Letais e Intencionais por Idade em Alagoas no período de janeiro a dezembro de 2015**

<b>Idade</b>	<b>Percentual</b>
Igual ou abaixo de 11 anos	0,4%
Entre 12 e 17 anos	12,5%
Entre 18 e 29 anos	47,9%
Entre 30 e 45 anos	25,6%
Entre 46 e 59 anos	8,2%
Igual ou acima dos 60 anos	2,5%
Sem informações	2,8%
Total	100.00%

Fonte: Secretária de Estado da Segurança Pública de Alagoas.

**Tabela 06 – Crimes Violentos Letais e Intencionais por Ambiente em Alagoas no período de janeiro a dezembro de 2015**

<b>Ambiente</b>	<b>Percentual</b>
Vias ou locais públicos	53,2%
Casa ou imediações	40,4%
Locais ermos	4,3%
Outros locais	2.2%
Total Geral	100.00%

Fonte: Secretária de Estado da Segurança Pública de Alagoas.

A Tabela 03 mostra que durante o governo neoliberal, o índice de crimes violentos esteve alto: 2013, 6,2; e 2014, 6,02; em 2015, governo Renan Filho (MDB/AL), caíram para 4,94, queda maior que nos períodos anteriores, entretanto alto; as Tabelas enaltecem as mortes por sexo (Tabela 04): de 100%, os homens ocupam 94,7%; por idade (Tabela 05): os jovens de 18 a 29 anos ocupam quase 47,9%; e por ambiente (Tabela 06): as vias e locais públicos estão



com 53,2%. Assim, a mudança de governo com, provavelmente, estado mais presente e investimento no público reduziram um pouco as ações violentas.

Em 2015, o MEC (Ministério da Educação) divulgou o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de Alagoas: o pior índice no ensino fundamental é de Maragogi (3,2), já no ensino médio: Campo Grande (2,1), Olho D'Água Grande (2,1) e Porto das Pedras (2,1), no mesmo ano, a educação básica pública em Alagoas ultrapassou a média para o Estado, 3,7; e atingiu 4,3. Então, os índices negativos na educação trazem à tona o quanto o governo estadual e os municipais estão ausentes na aplicação da educação pública.

As polícias civil e militar de Alagoas, tanto fora quanto dentro de serviço, ajudam a piorar os atos violentos, aqueles e estes mataram em serviço e fora 97 pessoas em 2015, e 77 em 2014. Não houve diminuição da violência institucionalizada entre a mudança de governo no biênio 2014-2015, mas aumentou 60 mortes (Tabela 07).

**Tabela 07 – Mortes decorrentes de intervenção policial**

Brasil e Unidades da Federação		Mortes Decorrentes de Intervenção Policial					
		Em serviço Número Absoluto		Fora de Serviço Número Absoluto		Total Número Absoluto	
		2014	2015	2014	2015	2014	2015
Ano:							
Brasil		1774	1778	391	455	3146	3320
Alagoas		62	92	7	-	77	97

Fonte: Mapa da Violência 2017, do Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Segundo o historiador Majella (2006, p. 50 *apud* MENEGHETTI, 2011, p. 5), a ligação entre violência policial e repressão política são essenciais para formar instituições repressoras como a polícia:

[...] caracterizando-se, sua atuação, por execuções sumárias, torturas, espancamentos e coações que faziam parte do seu repertório para atender a interesses econômicos e políticos privados encontrando guarida nas instituições do Estado. As organizações dessa natureza de crime ficaram conhecidas por várias denominações, entre elas: “sindicato do crime”, “esquadrão da morte” e “sindicato da morte”, sendo esta última a mais conhecida em Alagoas.

A história de Alagoas é marcada pela violência institucional e muita opressão, a polícia alagoana pode ter sido instrumentalizada historicamente por pessoas motivadas por interesses político-econômicos, alguns exemplos da violência por intervenção policial pós-redemocratização são: na década de 1990, a morte do delegado Ricardo Lessa, irmão do ex-governador Ronaldo Lessa, e da deputada Ceci Cunha; violência mais atual: os cemitérios clandestinos encontrados na capital Maceió, o caso do jovem Davi da Silva que desapareceu após uma abordagem policial defronte à sua casa. Portanto, o estado de Alagoas tem um histórico de violência policial que perdura há décadas, esta é sustentada por causa interesses de pessoas ligadas aos velhos clãs que dominam aquele.

## 8. Considerações finais

A violência é uma ação que a força é empregada contra alguém, Auschwitz é um exemplo para refletirmos sobre a barbárie na história da humanidade, Adorno afirma que o investimento na educação básica, infantil principalmente, é importante porque a criança está se desenvolvendo e aprendendo, ao ensinar e mostrar para a criança que aquilo foi posto em prática graças ao ódio de indivíduos contra outros, isto pode esclarecê-la e impedi-la de compactuar com a brutalidade. O século XX é o século das duas Grandes Guerras Mundiais, a Guerra Civil Espanhola, a Revolução Russa, a Mexicana, a Cubana etc., empresas bélicas lucraram com essas ao vender armas para ambos os lados.

Arendt discute atos violentos no campo político, a política e a ordem são mecanismos opressivos e o poder revela à brutalidade, o Estado aterroriza através desse e impõe a obediência. Todo poder é violento, segundo a filósofa alemã. O Estado preestabelece uma ordem que é afirmada através das leis para que todos (con)vivam de forma “harmoniosa” e “pacífica”, e ao tirá-la, o aparato repressor entra em cena para restabelecê-la.

O Brasil passou pela violenta colonização, milhões morreram nos quase trezentos anos (1532-1815) dessa, índios e africanos foram os que mais morreram, foi também o último país a abolir a escravidão e passou por governos militares e civis no Estado Velho e no Novo, tem uma polícia criada em uma ditadura que mata muito e morre muito também. O país com dimensões continentais tem uma história marcada por diversas violências, principalmente durante as instabilidades políticas-econômicas.

O estado de Alagoas já teve uma das cidades mais violentas do mundo, a capital Maceió, esta é referência no que diz respeito a ações violentas, na sua história existe muita agressividade

de colonizadores, coronéis, usineiros, milicianos, traficantes e descasos do Estado. Os governantes alagoanos tratam o setor público com descaso e a falta de políticas públicas ajudam a tornar Alagoas um dos piores estados para se viver: educação sem qualidade, saúde e transporte público precários, analfabetismo e feminicídio altos, violência policial etc.

A ideia de esclarecimento é importante para pensarmos uma sociedade crítica e entendida da própria realidade, a razão pode libertá-la da caverna, romper com as correntes ilusórias e as viseiras da irrealidade que a impede de pensar, ser autônoma e crítica, muitas vezes com propósitos de beneficiar um grupo ou pessoa. Ele põe a culpa no próprio indivíduo adjetivando-o de preguiçoso e covarde, mas, não menciona que o poder corrompe os seres humanos, os sujeitos lutam entre si e fazem acordos para consegui-lo, este traz privilégios para quem o detém, os detentores desse põem milhões de vidas em jogo por causa de interesses individuais de uma minoria em detrimento dos da maioria; o quarto poder/mídia tem papel elementar dentro da coletividade, informa ou desinforma, ligam-se aos governos para reproduzir interesses de pessoas poderosas com intenção de manipular e privilegiar alguns.

Kant divide os políticos em moralista político e político moralista, este tem uma moral que está ligada à justiça, conseqüentemente ficará mais sábio ao aprender errando e fará o “bem”; aquele, a moral liga-se aos interesses “individuais” e nunca farão o “bem”; o segundo utilizará o “direito”, o primeiro, a violência. Os dois objetivam a “paz eterna” e o modo de se chegar a esta são os princípios materiais (moralista político) e os formais (político moralista), aquele é um meio pelo qual se atinge o “fim desejado”, este, é o começo-fim e a consequência é o “fim indesejado”. O Estado é violento e tem meios repressivos para se manter vivo, qualquer um que adentrar por meio “democrático” ou ditatorial será violento em algum momento.

Então, o investimento social traz benefícios, mas, se negligenciado, pode causar um estrago, talvez, irreparável: crianças em situação de rua podem entrar para o tráfico de drogas de determinada região por não ver um futuro e viver em condições desumanas, a precarização do básico (educação, saúde, saneamento e transporte) por negligência estatal e a outra violência, a polícia, ajuda a piorar a situação das pessoas em condições desumanas pois gera um ódio que pode fazer com que as ideias perigosas (Auschwitz) fortaleçam-se dentro de um espaço não esclarecido.

Uma maneira de combater essas é uma educação crítica que objetive o esclarecimento e a autonomia; hospitais com estrutura para atendê-las decentemente; saneamento básico e transporte público de qualidade; moradias para os que não as têm; desmilitarizar a polícia militar e esclarecer os policiais (civis, militares e federais) a respeito dos direitos humanos e o direito à vida, além de dar condições de trabalho e melhores salários.

A ausência disso gera crueldade, revolta e conflito, essas se manifestarão contra o Estado por causa da ausência e desinteresse desse no que se refere ao povo, a banalização acontece quando a barbaridade repete-se de maneira rotineira e torna-se comum, a não solução e “aceitação” das pessoas faz com que as ideologias preconceituosas e conservadoras ganhem espaço implantando a violência, o caos e impeçam de pensar.

## 9. Referências

ARENDDT, H. **Da violência**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1969.

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro/RJ, Paz e Terra, 1995.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas da Violência*. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf)>. Acesso em: 03/07/2017.

KANT, I. **Textos seletos**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MENEGHETTI, F. K. Origem e fundamentos dos esquadrões da morte no Brasil. In: Encontro da ANPAD - EnANPAD, 35, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** do Encontro da ANPAD 2011. Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.

QEDU. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/estado/102-alagoas/ideb/ideb-por-municipios>> Acesso em: 15/07/2017.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS. **Boletim Anual da Estatística Criminal**. Disponível em: <[http://seguranca.al.gov.br/wp-content/uploads/arquivos/52\\_arquivos.pdf](http://seguranca.al.gov.br/wp-content/uploads/arquivos/52_arquivos.pdf)> Acesso em: 20/06/2017.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Auschwitz**. Disponível em: <<https://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10007961>> Acesso em: 01/06/2017.

**TERRITORIALIZAÇÃO PRECÁRIA E CIDADE INFORMAL: UM  
OLHAR SOBRE A CIDADE DE MOSSORÓ (RN)**

*PRECARIOUS TERRITORIALIZATION AND INFORMAL CITY: THE  
MOSSORÓ(RN) CITY PERSPECTIVE*

*TERRITORIALIZACIÓN PRECARIA Y CIUDAD INFORMAL: UNA MIRADA SOBRE  
LA CIUDAD DE MOSSORÓ (RN)*

**Rodrigo José de Góis Queiroz<sup>1</sup>**  
*Universidade Federal do Ceará – UFC*

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: [joserodrigois@yahoo.com.br](mailto:joserodrigois@yahoo.com.br)

### **Resumo**

Este artigo procura analisar a formação da cidade informal em Mossoró-RN, especificamente as ocupações irregulares e o processo de favelização, compreendendo o processo histórico de produção da cidade através da migração de retirantes sertanejos em períodos de seca. O objetivo principal desta investigação foi compreender o processo de produção dos territórios precários na cidade de Mossoró. Fazemos um levantamento teórico sobre o entendimento da cidade informal bem como do processo de favelização, ao passo que apresentamos dados sobre este processo na cidade de Mossoró. Na sequência, apresentamos uma fundamentação sobre pesquisa qualitativa e trazemos as entrevistas como representação vivida dos sujeitos em suas trajetórias.

**Palavras-chave:** Território; Cidade informal; Favela.

### **Abstract**

This paper focus on formation of informal city in Mossoró -RN, mainly it's irregular occupations and the slums development process. Therefore comprehend the historical process of production of the city through the migration of sertanejo retreatants in periods of drought. This investigation aimed to realize the production process of precarious territories in Mossoró city. We make a theoretical research about the meanig of informal city and the slums development process while we present data on that in the city of Mossoró. Furthermore we present an explanation about qualitative research and expose the interviews as representation of subjects in their trajectories.

**Keywords:** Territory; informal city; Slum.

### **Resumen**

La investigación aborda la formación de la ciudad informal en Mossoró-RN, en especial las ocupaciones irregulares y el proceso de favelización, conociendo la historia de producción de la ciudad a través de la migración de retirantes sertaneros en plazos de sequía. El objetivo principal de este estudio fue comprender el proceso de producción de los territorios precarios en la ciudad de Mossoró. Hacemos una búsqueda teórica sobre la comprensión de la ciudad informal así como del proceso de favelización, mientras que exhibimos datos sobre este desarrollo en la ciudad de Mossoró. Como consecuencia, presentamos una fundamentación acerca de la pesquisa cualitativa y traemos las encuestas como representación vivida de los sujetos en sus trayectorias.

**Palabras claves:** Territorio; Ciudad informal; Favela.

## 1. Introdução

Neste artigo nos propomos a estudar a produção da cidade informal, compreendida aqui como aquela cidade que cresce as margens da legalidade, através de ocupações ou mesmo do próprio processo de favelização. Procuramos um enfoque em pesquisa qualitativa, através das dimensões de apropriação e dominação que o conceito de território nos apresenta, trazendo à tona as representações que os sujeitos envolvidos carregam em suas lutas pelo acesso ao espaço urbano.

Argumentamos que a migração de sertanejos desde o final do século XIX e durante todo o século XX nos períodos de seca foi importante como uma mão de obra barata para as economias de Mossoró, ao mesmo tempo em que estes foram formando as favelas da cidade. Expomos os números do crescimento populacional e relacionamos com os dados do processo de favelização.

Apresentamos algumas noções sobre o que vem a ser a cidade informal bem como o processo de favelização, trazendo novos elementos para compreensão deste processo para além das dimensões físicas do território. O processo de formação da identidade é de fundamental importância para um entendimento mais amplo do território, onde destacamos em nossa pesquisa em particular a existência de uma identidade sertaneja entre aqueles sujeitos pesquisados.

No segundo momento, apresentamos o processo de favelização e de precarização da vida através dos relatos em suas representações. Nesse processo, a pesquisa qualitativa surge como de fundamental importância para aproximação de estudos do cotidiano e do ordinário, trazendo como preocupação dar conta das representações dos agentes envolvidos na produção do território, tendo como estratégia captar o ponto de vista a depender da posição social ocupada no interior da problemática. Após triagem das entrevistas exploratórias, trazemos à tona as representações dos moradores da favela do Santa Helena, onde fica explícito que os moradores são migrantes em busca de melhorias de vida na cidade de Mossoró.

## 2. Elementos para uma análise da territorialização precária em Mossoró/RN

Em uma leitura clássica da geografia política, Raffestin (1993) apresenta sua concepção de produção territorial a partir de relações de poder entre diferentes atores sociais. Em suas

palavras: “O território [...] não poderia ser nada mais que produto de atores sociais. [...] Há, portanto, um processo do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8).

De todo modo, para Haesbaert (2007, p. 20), “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação.”

Enquanto relação social, uma das características mais importantes do território é sua historicidade, “o fato de considerarmos o território num sentido amplo, multidimensional e multiescalar, jamais restringindo-o a um espaço uniescalar como o do Estado nação, não implica menosprezar suas especificidades geo-históricas” (Ibidem, p. 96).

Trazemos a tona o conceito de território em uma dimensão relacional, enquanto espaço de conflitos, no intuito de uma melhor compreensão das lutas sociais na produção do espaço, bem como elemento profícuo para um aprofundamento do entendimento de suas perspectivas espontâneas, até mesmo a constituição de ativismos e movimentos sociais<sup>2</sup>. Nas palavras de Haesbaert (2014, p. 90): “Território, neste debate, não é apenas uma questão de Estado. Na América latina, hoje, podemos afirmar, (re)territorializa-se é uma estratégia política de transformação social de grupos subalternos”.

Contemporaneamente, vem se desenvolvendo a teoria das identidades subalternas, com o intuito de dar voz aos sujeitos invisibilizados pelo processo de modernização, onde “sujeitos subalternizados categorizados como lavrador, ocupante ou simplesmente de comunidades primitivas, dentre outras denominações homogeneizantes, passam a reivindicar a identidade e a diferença em suas lutas” (BARBOSA; PORTO-GONÇALVES; 2014 p. 21).

Em publicação recente, Haesbaert (2014) alerta para o resgate da memória da dinâmica dos sujeitos subalternos na produção e apropriação do território como “arte da resistência”. Esse processo, em uma perspectiva geográfica, pode ser entendido como arte do contornamento, que seriam as dinâmicas de resistência territoriais dos grupos subalternos. Em suas palavras: “no caso do contornamento, em suas iniciativas próprias de superar e/ou subverter, das mais diversas formas, a situação de subordinação e/ou precariedade a que estão condicionados” (Ibidem, p. 297).

A perspectiva do território como uma relação de controle e dominação, que contraditoriamente apresenta uma tensão dos sujeitos sociais como possibilidade de

---

<sup>2</sup>“Assim, podemos afirmar que o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder” (HAESBAERT, 2007, p. 93)



apropriação e construção de um novo território através das lutas sociais, nos possibilita uma ênfase na análise dos sujeitos subalternos.<sup>3</sup>

Em nossa discussão, buscamos o entendimento do sujeito coletivo subalterno que surge nos momentos de conflitos e embate pela cidade, propiciados pelas estiagens periódicas que assolam o semiárido nordestino, somadas à indústria da seca<sup>4</sup>, que tornam o processo eminentemente social. Como se sabe, traçando a geografia das relações políticas no sertão, observamos a manipulação interesseira dos recursos destinados às obras contra as secas.

Na escala do sertão, no âmbito da virada do século XIX para o século XX, incontestavelmente ecoava um burburinho contra a propriedade, com as ações de saque que se espalharam desde a seca de 1877, se fortalecendo com as lutas de Canudos como um projeto de reforma agrária popular<sup>5</sup>. Nas palavras de Davis (2002, p. 92): “Os sertanejos, “os homens mais honrados do mundo,” começaram a roubar gado e a saquear fazendas”.

Nesse sentido, buscando dar visibilidade a estes sujeitos vencidos procuramos trazer à tona seu ponto de vista, pois como alerta Martins (1992, p. 19), “a memória é um meio de afirmação dos que foram excluídos do fazer História. Por meio dela, declaram-se sujeitos”.

De todo modo, o fenômeno das secas durante todo o século XX assolando os pobres retirantes não diz respeito apenas ao fenômeno físico-climático, mas também, em um plano global, a flagrante não socialização dos benefícios da técnica moderna com esses sujeitos, que se apropriam precariamente das cidades e passam a depender das articulações coronelistas em torno da formação de discursos para uma indústria da seca, através da exploração da força de trabalho sertaneja em empreitadas da construção de melhorias públicas para a cidade.

Nesse momento, cabe tomar nota da argumentação de Neves (2000) em sua narrativa sobre a constituição do *sujeito político sertanejo* nas experiências acumuladas com ações de saques nos períodos de seca no sertão semiárido<sup>6</sup>, na qual afirma que os retirantes imprimiram

<sup>3</sup> Tal perspectiva é desenvolvida desde as análises de Thompson (1998) sobre a economia moral e saques na Europa, em suas palavras: “A ética popular sancionava a ação direta coletiva, o que era categoricamente reprovado pelos valores da ordem que sustentavam o modelo paternalista” (p. 167). Em outra passagem ele diz: “vimos examinando um padrão de protesto social que deriva de um consenso a respeito da economia moral do bem-estar público em tempos de escassez” (p. 193).

<sup>4</sup>Do ponto de vista da abordagem política: Espaço dos coronéis, da oligarquia latifundiária, das eleições fraudulentas e das violentas disputas pelo poder político. “[...] A manipulação interesseira dos recursos destinados às obras contra as secas e a obtenção de favores políticos, via clientelismo, eram fatos conhecidos, mas, e esta observação deve ser registrada, não chegavam a afetar a imagem de sofrimento da região. [...]” (CASTRO, 1992, p. 59-60).

<sup>5</sup> Remontando a história colonial, para Carvalho (2013), também se faz necessário rememorar as lutas dos quilombos dos palmares de 1695, pois Zumbi foi assassinado pelas forças escravistas da colônia portuguesa no Brasil. “O luto de Zumbi coloca na mira dos subalternos a opressão da elite brasileira” (CARVALHO, 2003, p. 83).

<sup>6</sup> Nos anos de 1877-80, 1888-89, 1903, 1915, 1932, 1942-3, 1951-3, 1957-9, 1970-1, 1978-83, 1993-94 e 1998 – Ver: NEVES (2000).

novas formas de negociação com as elites locais através da pressão contra a propriedade privada.<sup>7</sup>

Por outro lado, a crítica prática da propriedade privada realizada pelo sertanejo em suas ações de massa em contexto de secas, devem ser compreendidas como “atos de vontade que precisam ser examinados em sua própria especificidade” (NEVES, 2000, p. 14). Para Neves (2000, p. 14), tais ações estão embrenhadas de “forma de negociação política que possui características específicas e não pode ser avaliada a partir dos padrões e códigos da política representativa, dita Moderna” (Ibidem).

O mesmo autor também afirma que, contudo, a tradição de análise dos movimentos sociais brasileiros não dá atenção aos processos de rebeldia espontâneos, como aqueles de saque feito pelos sertanejos, entendendo-os como pré-políticos, ao passo que os movimentos políticos são aqueles determinados por ideias exteriores à classe trabalhadora manifestadas em partidos.

Para o discurso oficial, a seca passou a ser um problema também nas pequenas cidades no final do século XIX, pois os retirantes exigem, com sua presença indesejada, uma solução imediata para suas aflições: trabalho, comida, esmolas. Nas palavras do autor: “O temor da população era de que os retirantes, em desespero, atacassem as propriedades, as casas e estabelecimentos comerciais para satisfazer sua fome animal e, embriagados pela violência, destruíssem o tecido social” (Ibidem, p. 41).

Nesse contexto, tendo em vista à seca de 1877 em Mossoró, Neves, (2000, p. 27), argumenta que a cidade que possuía em torno de 4.000 habitantes no ano de 1878, recebe cerca de 32.000 retirantes que passam a perambular pelas ruas, pedindo esmolas, ocupando as áreas públicas, agredindo a sensibilidade da elite urbana local.

Ao passo que, com a seca de 1877 formam-se os primeiros bairros “subalternos” da cidade, com a formação dos Paredões e Alto do Pão Doce (atual Bom Jardim) ao norte, bem como Alto dos Macacos (atual Alto da Conceição) ao sul<sup>8</sup>. No Alto do Pão Doce, por exemplo, durante as secas de 1877-1879 foi construído um abrigo “para recolhimento dos variolosos, enquanto esperavam a hora final” (SILVA, 1975, p. 34). No âmbito dos códigos de postura de 1881 e 1888, observa-se que os mesmos traziam certo receio com o “crime” por parte dos flagelados da seca que perambulavam pela cidade.

O processo de luta e apropriação do espaço em Mossoró continua no ano de 1881, quando casas feitas de barro e palha foram destruídas ao redor da igreja de Santa Luzia, bem

<sup>7</sup> No que diz respeito à propriedade privada da terra, sua institucionalização no Brasil se dá com a lei de terras de 1850. O impacto da lei de terras no solo urbano “tornou absoluto o domínio dos imóveis de forma geral e o direito à propriedade foi elevado a condição universal.” (MARX, 1991, p. 57).

<sup>8</sup> Ver croqui apresentado por Silva (1975) para os anos de 1870-1883.

como as casas de lata que ficavam ao lado do rio. Nas palavras de Raimundo Nonato da Silva “a partir de 1881, a Câmara Municipal de Mossoró mandou desapropriar e destruir os casebres que enfejavam a cidade” (SILVA, 1975, p. 26).

No âmbito da geografia, a noção de *territorialização precária* é de grande importância para nossa pesquisa, contribuindo na busca do entendimento da dimensão política no/do espaço urbano, pois estes são fruto de uma “condição social extremamente precarizada” (HAESBAERT, 2007, p. 327).

Assim, observamos a migração em massa da população rural para as cidades, conformando o processo de territorialização precária, surgindo aglomerados de exclusão no espaço urbano, as ocupações irregulares, muitas vezes questionadas judicialmente pela lei da propriedade privada, bem como pelos conteúdos normativos dos planos de organização do espaço urbano. Pudemos observar tais fatos, em nossa pesquisa sobre a cidade de Mossoró/RN, onde desde o final do século XIX e por todo o século XX ocorreram conflitos sociais no processo de produção territorial do espaço urbano.

No tocante aos territórios produzidos no âmbito da cidade informal, aqui reconhecidos como aglomerados de exclusão, Haesbaert (2007) afirma que estes dialeticamente apresentam de forma latente as possibilidades de apropriação ou dominação. Por um lado, “sendo a imprevisibilidade um dos traços fundamentais dos aglomerados de exclusão, não há como sustentar teses universalizantes que enaltecem o intrínseco poder revolucionário transformador dessas populações excluídas.” (HAESBAERT, 2007, p. 328).

Para Haesbaert (2007), existem muitos exemplos tanto de movimentos progressistas como de movimentos reacionários brotando das “massas”. Mas por outro lado, é importante não cair no conformismo e tentar refazer algumas utopias, “pois esse caráter disfuncional e essa desordem dos aglomerados trazem sempre, também, potencial e imprevisivelmente, a importância de enfatizar as condições para transformação e o novo” (Idem, p. 329).

Revisitando o processo de urbanização, observamos que na década de 1950 se intensificam os movimentos migratórios do campo para a cidade, motivados principalmente pelas dificuldades com a agricultura de subsistência nos períodos de seca. Mossoró continuava a ser opção para os migrantes, já que existiam postos de trabalho na indústria do sal e na agroindústria, em especial do algodão.

No que diz respeito ao crescimento populacional, de acordo com dados do IBGE, em 1950 a cidade tinha 40.681 habitantes, ao passo que na década de 1960 tinha uma população residente total de 50.690. Em 1970 passa a 97.245 e chegou a 145.981 em 1980. Naquela década

de 1950 observava-se uma tendência na urbanização brasileira na qual as cidades de porte médio com características de centro regional já despontavam.

Identificamos que no âmbito da formação das periferias da cidade de Mossoró, através dos anos de seca, as levas de migrantes, os retirantes, procuravam à cidade em busca da sobrevivência e acabavam realizando saques ao comércio em uma estratégia de sobrevivência e ocupavam as periferias da cidade formando as favelas e os bairros pobres.

Assim, destacamos o traço de identidade sertaneja no processo de *territorialização precária* na cidade de Mossoró. Para Haesbaert (2007), uma das características das favelas se dá na formação de uma identidade “com a população desenvolvendo laços com seu espaço vivido, mesmo em um território funcionalmente muito precário” (HAESBAERT, 2007, p. 335)

Nesse contexto, pensando a produção da cidade informal, bem como o processo de favelização, não podemos identifica-la apenas em sua dimensão física, pois “um aglomerado habitacional transforma-se em “favela” à medida que desenvolve um microsistema sociocultural próprio, organizado a partir de uma identidade territorial, fonte de um complexo de instituições locais” (BURGOS, 2005, p. 190).

Neste trabalho apresentamos uma discussão sobre a cidade informal, correspondente às formas de moradia predominantemente precárias (PEQUENO, 2010). Damos ênfase na pesquisa sobre a cidade de Mossoró/RN, onde procuramos compreender as trajetórias urbanas dos indivíduos, entendidos em seu coletivo como sujeitos sertanejos, na ocupação de espaços periféricos da cidade.

Procuramos compreender a formação das desigualdades na cidade, reconhecida dentre outras formas pela expansão da cidade informal, que tem como características os loteamentos clandestinos e irregulares, cortiços, conjuntos irregulares, áreas de risco. Em nosso trabalho damos ênfase na moradia precária, como aquelas que tomam parte do processo de favelização.

Em termos de conceituação, para instituições oficiais como o IBGE, por exemplo, favelas são áreas de habitação irregularmente construídas, sem arruamento, sem plano urbanístico, sem infraestrutura, que ocupam terrenos de propriedade alheia, dispostos de forma desordenada e carentes de serviços públicos essenciais.

A ONU as caracteriza pelo excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado à água potável e condições sanitárias e insegurança da posse da moradia. De nossa parte, observamos que ambas as instituições se aproximam na conceituação, na medida em que destacam a relação entre os aspectos formais e informais da condição de propriedade, bem como a falta de infraestruturas básicas.

Davis (2006), por sua vez, leva em consideração o conceito da ONU, mas faz inúmeras críticas, afirmando ser o mesmo bastante restrito, pois só leva em consideração as características físicas e legais do assentamento evitando as dimensões sociais<sup>9</sup>.

De acordo com Kehl (2010), em sua breve história das favelas, quando um grupo não se insere no modelo socioeconômico dominante, ele é alijado da estrutura da cidade, procurando criar sua própria cidade, de forma espontânea, “amoldando-a a sua forma de existir e sobreviver” (Ibidem, p. 86). De todo modo, esta cidade não seria uma réplica empobrecida da cidade formal. Nas suas palavras: “na gênese de qualquer favela existe, em primeiro lugar, a expulsão de segmentos da sociedade da estrutura urbana formal, e busca pela construção de [...] uma teia de sobrevivência imediata” (Ibidem).

Rodrigues (1997) alerta para diferenciação entre favela e ocupação. As ocupações urbanas correspondem ao processo de organização dos moradores em conjunto com os movimentos reivindicativos urbanos. Para esta geografa: “Estas ocupações são também, como as favelas, irregulares do ponto de vista jurídico da propriedade da terra” (Ibidem, p. 43).

Por outro lado, as favelas são processos espontâneos de ocupação individual por parte daqueles que não possuem um lugar para morar com suas famílias. De todo modo, sempre é importante destacar a existência de dois tipos de cidade informal, qual seja, o *loteamento irregular*, no qual, mesmo em uma perspectiva irregular, se vendem os imóveis, bem como a *ocupação*, que compreende tanto a ocupação organizada, como a favelização em si.

Compreendemos que não se pode pensar a identidade territorial no processo de favelização da cidade de Mossoró dissociada do processo de migração de sertanejos em busca de postos de trabalho. Estes carregam em sua identidade as marcas do campo. Para Santos (1982, p. 38): “O subproletariado e o proletário são compostos por migrantes saídos do campo. Sem uma formação definida e, muitas vezes, sem trabalho certo no conjunto de população urbana; estes são os menos favorecidos. Muitos não encontram emprego e moram nas favelas.”

Em período mais recente, sobressai-se a precariedade das condições de moradia na cidade, ampliando significativamente o contingente de favelização. Contraditoriamente, a cidade de Mossoró se apresenta no contexto contemporâneo como uma destacada centralidade, reconhecida como uma cidade de porte médio que atende a demanda de outras cidades menores do entorno no que diz respeito a comércio e serviços, principalmente os educacionais e de saúde, também se caracteriza pelo impulso da indústria da construção civil, na construção de

---

<sup>9</sup> Em seu livro *Planeta Favela*, Mike Davis (2006) vai para além desse conceito propondo uma nova classificação das favelas. Consultar, sobretudo capítulo 2 (A generalização das favelas).

inúmeros edifícios, com destaque para o bairro Nova Betânia, bem como pelas históricas economias do sal, petróleo e agronegócio.

Conforme argumentação de Elias e Pequeno (2010), Rocha (2005) e Pinheiro (2006), a cidade de Mossoró na década de 1980 se insere na onda global de reestruturação produtiva, apresentando acentuado processo de modernização associado às economias citadas.

Para termos uma noção do crescimento populacional da cidade, podemos citar que no ano de 1991 a cidade tinha uma população de 192.267, ao passo que no ano 2000 tinha uma população de 213.841 e 259.841 em 2010.

Na década de 1990, esse crescimento populacional, do ponto de vista dos programas habitacionais, não sinalizava soluções, como já alertava o documento preparado pelos movimentos de bairro acerca da alarmante situação da favelização da cidade de Mossoró<sup>10</sup>.

Neste documento se afirmava que com: “a migração em massa, da população pobre da zona rural, os expulsos da terra, sob a condição não desejada de “errantes da terra” para as áreas urbanas, tem sido criada a cada instante, um imenso barril de pólvora na estrutura agrária.” E ainda diz mais: “A falta do incentivo ao homem humilde do campo, vem causando os desalentos e os profundos efeitos negativos, no seio da população mais carente e, que, num desespero desenganador, como um desgarrado, o homem-família, chega à zona urbana.”

O mesmo documento aponta que: “os trabalhadores continuam sendo expulsos do campo e jogados nas periferias das cidades em condições de vida extremamente precárias e sem poderem adquirir um teto, já que os programas habitacionais do governo são inacessíveis.”<sup>11</sup>

Naquele momento, foi apresentado um levantamento do próprio movimento de bairro que indicava a existência de vinte favelas na cidade<sup>12</sup>, um número em crescimento, pensando na década de 1980, como argumentava o próprio movimento. Os recortes jornalísticos seguintes revelam a forma como a expansão do processo de favelização nos primeiros anos da década de 1990 foi apresentada pela imprensa junto à sociedade local.

Na Figura 01, destaca-se que os “terrenos baldios públicos” são propícios para o processo de favelização, pois “as invasões desses terrenos são uma constante” por essas populações de migrantes que vem da zona rural em busca de melhorias na cidade. Já a Figura

<sup>10</sup> Documento preparado pela assembleia final do I Encontro de Lideranças comunitárias da Federação Estadual dos conselhos comunitários – FECEB-RN - Data: 08 de setembro de 1991.

<sup>11</sup> Documento preparado pela assembleia final do I Encontro de Lideranças comunitárias da Federação Estadual dos conselhos comunitários – FECEB-RN - Data: 08 de setembro de 1991.

<sup>12</sup> Relação de favelas município – 1991: 1 – Ouro Negro; 2 – Iraque; 3- Flores do Alto de São Manuel; 4- Batalhão;5- Santo Antonio; 6- Malvinas;7- 30 de Setembro;8-Macarrão;9-Abolição III;10- Estrada da Raiz;11- Independência;12- Redenção I;13-Redenção II;14- Carnaubal;15- Carnaubal;16- Teimosos;17- Abolição IV;18- Belo Horizonte;19- Forno Velho;20- Barrocas. - Fonte: Arquivo Manuel de Souza.

02 alerta que o processo de favelização tem atingido índices alarmantes na cidade, em consonância ao que vimos expondo.

<p><b>Figura 01 - Gazeta do Oeste, 25/07/1992.</b></p> 	<p><b>Figura 2 - Gazeta do Oeste, 22/04/1994</b></p> 
<p>Fonte: Arquivo do Movimento de Bairro.</p>	

De todo modo, avançando em nossa argumentação, de acordo com informações da Prefeitura Municipal de Mossoró<sup>13</sup>, em 1997 havia 32 favelas reconhecidas pela prefeitura local. Eram mais de 4 mil casas e quase 23 mil pessoas vivendo em condições precárias. Posteriormente, uma nova pesquisa de assentamentos precários urbanos realizada pelo Município em 2009 com vistas à formulação do PLHIS apontou que ocorreu uma redução do número de favelas com a intervenção da prefeitura, com 17 favelas em Mossoró, onde um levantamento mais especializado no qual indicou 11 favelas para intervenção prioritárias.

Esses dados aparecem no documento do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, produzido pela consultoria Start, a partir de demanda do Conselho Municipal de Habitação. De acordo com o documento, a pesquisa desenvolvida tem objetivo de apresentar as áreas mais carentes e necessitadas de intervenção pública, conforme a definição da oficina de líderes comunitários, instituições ligadas a moradia e técnicos da prefeitura de Mossoró.

Tendo em vista a oficialidade dos dados do relatório, apresentamos as comunidades visitadas para análise, que foram indicadas pelos representantes durante as oficinas do PLHIS: 1 Belo Horizonte; 2 Fumaça; 3 Tranquilim; 4 Sem Terra; 5 Wilson Rosado; 6 Quixabeirinha; 7 Santa Helena; 8 Fav. Dom Jaime Câmara; 9 Alto da Pelonha; 10 Bom Jesus; 11 Abolição; 12 Santo Antônio; 13 Barrocas; 14 Paredões; 15 Presidente Costa e Silva; 16 Bom Jardim; 17 Alto do Sumaré.

<sup>13</sup> Fonte: Revista da Prefeitura de Mossoró, 2004.

Após estudos nas áreas indicadas, o relatório do PLHIS acabou selecionando algumas áreas de intervenção prioritária: 1 Belo Horizonte; 2 Fumaça; 3 Tranquilim; 4 Sem Terra; 5 Wilson Rosado; 6 Quixabeirinha; 7 Santa Helena; 8 Comunidade Dom Jaime Câmara; 9 Alto da Pelonha; 10 Santo Antônio; 11 Presidente Costa e Silva.

No que se refere às políticas públicas destinadas ao problema das favelas, de acordo com os dados apresentados pela prefeitura, entre 1997 e 2004, através de programas habitacionais da prefeitura foram construídas 4.117 casas de alvenaria, atendendo a 16.068 pessoas e “erradicando” dezenove favelas em dez localidades<sup>14</sup>.

De todo modo, observamos que na análise de Elias e Pequeno (2010) temos uma discordância da perspectiva apresentada pelo relatório. Em sua argumentação, alguns dos projetos habitacionais voltados para o reassentamento de comunidades vivendo em favelas, como aquele citado pela prefeitura, configuraram uma produção irregular de moradia pelo Estado, reunindo cerca de cinquenta assentamentos populares.

Em suas palavras: “Em parte, representam pequenos conjuntos habitacionais voltados para áreas de ocupação (favelas) que teriam sido urbanizadas ou removidas, mas cujas condições de relocação ficaram aquém dos requisitos legais” (Idem, p. 246). Desta feita, pode-se argumentar que esses projetos habitacionais continuavam marcados pela desigualdade extrema, precarização das condições de vida, sem as mínimas condições de infraestrutura básica.

Tal situação foi constatada com o desenvolvimento da pesquisa do Grupo de pesquisa Globalização, Agricultura e Urbanização (GLOBAU). A partir de dados coletados junto à Prefeitura verificou-se a existência de 26 favelas na cidade de Mossoró em 2008, que seriam: 1-Promorar; 2- Redenção; 3- Abolição IV; 4- Sem – Terra; 5- Fio; 6- Rosalandia; 7-Lama; 8- Estrada da Raiz; 9- Wilson Rosado; 10- Santa Helena; 11- Santo Antônio; 12- Bom Pastor; 13- Fumaça; 14-Carnaubal; 15- Rosa; 16-Pantanal; 17-Flores; 18-Pirrichiu; 19- Esam; 20- 30 de setembro; 21- Costa e Silva; 22-Sumaré; 23-Techint; 24-Velho; 25-Iraque; 26-Tranquilim.

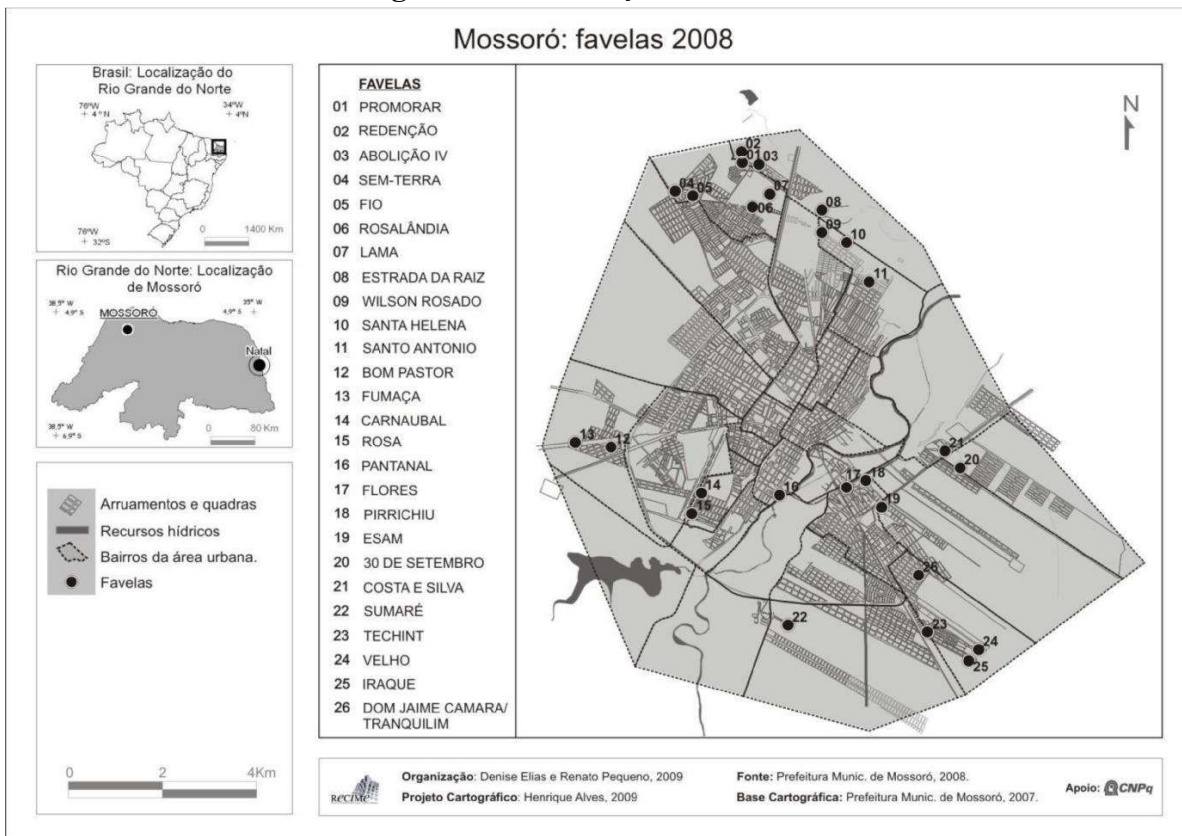
Neste artigo, após análise de conteúdo dos dados qualitativos de nossa pesquisa, procuramos destacar a situação do processo de favelização da área do Santa Helena. Com a expansão econômica da cidade e sua conseqüente expansão da área urbana, nossos informantes destacam que a maioria dos moradores desta localidade vieram de cidades menores do entorno de Mossoró em busca de emprego.

<sup>14</sup> Fonte: Revista da Prefeitura de Mossoró, 2004



Em nossa pesquisa, ao se aproximar da favela do Santa Helena, que está localizada no ponto número 10 no mapa de favelização, tivemos como informante a assistente de saúde responsável pela comunidade, que nos acompanhou durante as entrevistas, com todo apoio necessário para apresentação dos sujeitos sociais da comunidade e suas trajetórias. Pelas informações em geral na cidade, se trata de uma das comunidades com maior índice de criminalidade.

**Figura 3 - Localização Favelas Mossoró**



Também nas áreas de expansão urbana da cidade, a favela do Santa Helena tem seu crescimento como uma expansão do bairro Santo Antônio, a partir dos anos 1980, quando uma leva de migrantes ao procurar emprego na cidade de Mossoró, acabou ocupando os bairros periféricos.

### **3. Trajetórias sociais, territorialização precária e pesquisa qualitativa**

Nessa empreitada, onde procuramos dar visibilidade aos sujeitos invisibilizados pelo processo de favelização, destacamos algumas ferramentas da pesquisa qualitativa, aspectos de

fundamental importância para a coleta e análise de dados de campo. Primeiramente destacamos a pesquisa exploratória como uma forma de captar as representações dos sujeitos pesquisados, para em um segundo momento trabalharmos na construção de narrativas e trajetórias dos sujeitos pesquisados nas entrevistas.

Nesse caso, a importância da pesquisa exploratória através da entrevista não diretiva se faz fundamental, pois quanto mais espontânea e por iniciativa própria o entrevistado mencionar uma informação, mais confiável ela é. Para Becker (2007), às vezes, a melhor evidência pode ter sido coletada de maneira impensada.

Não resta dúvida que tais experiências pesquisadas não estão desconectadas da dimensão da totalidade social, mas de acordo com Lefebvre, podem se apresentar de forma inconsciente, alienada. Em suas palavras: “Segundo uma investigação conduzida pelo método linguístico (entrevistas não diretivas a seguir triagem por uma análise da linguagem) o sentido nasce obscuramente, senão inconscientemente.” (LEFEBVRE, 1969, p. 108).

O autor destaca a importância de que as entrevistas sejam abertas (não diretivas), para chegar à dimensão do vivido, permitindo que o indivíduo tenha liberdade para expor suas representações no âmbito da trajetória urbana. Para este autor, ao seguir um procedimento fechado, segundo um planejamento científico positivista de perguntas pré-formuladas em busca de respostas claras, se corre o perigo de um duplo desconhecimento, em suas palavras: “Se dejará passar las representaciones mas comunes pero tambien las mas ocultas[...] Em segundo lugar, se corre peligro de dejar pasar situaciones, interacciones e interferências” (LEFEBVRE, 1983, p. 167).

Assim, em consonância com o autor supracitado, destacamos a necessidade de entrevistas abertas (não diretivas) como primeiro momento da coleta de dados em uma pesquisa qualitativa, mas deve-se atentar que as representações captadas, através das informações congruentes, são conteúdos de pesquisa que devem ser analisados formando um núcleo de sentido para a construção de narrativas e trajetórias.

Para este autor, a pesquisa qualitativa busca a análise dos processos, a análise da experiência vivida através das representações, sem cair nas análises de sobrevoo, mas por outro lado: “se, no entanto, privilegia o econômico, corre-se o risco de não enfatizar o desenvolvimento e de abandonar o qualitativo em favor da racionalidade economista” (LEFEBVRE, 1991, p. 55) deixando de lado processos vividos. Em outra passagem ele deixa claro: “[...] O qualitativo é acima de tudo o aspecto inquietante dos problemas. Para uma racionalidade técnica certa demais, o qualitativo é o inimigo. Seu espectro assombra os escritórios” (LEFEBVRE, 1969, p. 63).

De todo modo, após a captação de um panorama geral através da pesquisa exploratória, se faz necessário uma estratégia de análise das entrevistas para a construção de narrativas. Em nossa pesquisa chegamos em algumas áreas de extrema desigualdade, onde destacamos nesse artigo uma análise profunda da favela do Santa Helena, através da construção de narrativas e trajetórias, onde identificamos que os moradores das favelas são sertanejos que migraram para a cidade de Mossoró.

A construção de narrativas dos relatos de vidas, de acordo com Bertaux (2005), consiste em considerar que há um relato de vida desde o momento em que o sujeito conta a outra pessoa, investigador ou não, um episódio qualquer de sua experiência vivida. Para o autor: “o verbo contar (narrar) é aqui essencial: significa que a produção discursiva do sujeito foi adotada de uma forma narrativa” (p. 36).

Destaca-se o entendimento do contexto como momento privilegiado de tessituras das narrativas, pois de acordo com Bertaux (2005, p. 42): “não seria possível compreender as ações de um sujeito nem a produção desses sujeitos se se desconhece tudo acerca dos grupos que ela faz parte no momento de sua existência”.

Para Kofes (2001), a narrativa seria o nexó entre experiência social e a trajetória singular. As narrativas têm como caráter geral a busca por constituir a trajetória do sujeito esquecido: levantar elementos marcantes de sua experiência em um contexto que lhe dê sentido. Assim, para os autores destacados, a noção de trajetória permite deslocar-se do sujeito e situar acontecimentos biográficos em relações no âmbito do espaço social.

Nesse sentido, concordamos com o entendimento proposto por Telles (2006, p. 69) para as trajetórias urbanas, em suas palavras: “tempos biográficos organizam trajetórias que individualizam histórias de vida e estão escritos em práticas situadas em espaços e tempos sociais.” Para esta autora, tratam-se de mobilidades urbanas, trajetórias habitacionais, percursos ocupacionais.

Contudo, para esta autora, se faz necessário traçar simultaneidades entre situações e percursos, mostrando a contemporaneidade das experiências mais díspares, fazendo um trabalho de conjugação entre dimensões diferenciadas do mundo urbano, cartografando os fios de descrição da cidade onde “as conexões entre espaços e territórios distintos, arma diagramas diferenciados de relações que definem a particularidade das diferentes situações” (Idem, p. 73).

Devemos atentar que as declarações e descrições de um indivíduo sobre um determinado acontecimento são produzidas a partir de uma perspectiva. O observador pode interpretar tais declarações e descrições como indicações da perspectiva do indivíduo sobre o ponto em questão, ou seja, sua representação.

Desta feita, em nosso trabalho, constatamos que a narrativa se forma no contexto de compreensão de que os moradores das áreas de ocupação precária da cidade de Mossoró são os mesmos sertanejos, os famosos retirantes, que nos períodos de seca procuravam as cidades em busca de sua sobrevivência, tendo em vista a dificuldade de acesso à terra e água, migravam para as cidades em busca de empregos para que pudessem sustentar suas famílias e acabavam ocupando as periferias da cidade constituindo os territórios precariamente incluídos, ou seja, as favelas.

De acordo com Entrevista cedida pelo memorialista e ativista do movimento de bairro de Mossoró – Manuel de Souza, realizada em 01/12/2014:

Hoje em dia se você der uma voltinha em Mossoró pela periferia, aqui mesmo próximo, na distância de 2km, vizinho esse conjunto novo, ali na Favela do Fio, você vê um quadro de miséria. Se você for na zona norte da cidade, ali pelo Santo Antônio, Santa Helena, Bom Jardim, para aquele lado ali você vê um quadro de miséria. Se você for para o alto de São Manuel, naquela região ali na saída para Natal, do lado esquerdo, você vê um quadro de miséria. Se você for aqui no Alto da Conceição, ali acima do Belo Horizonte, por acolá, também você vê um quadro de miséria. Está entendendo? Aqui em Mossoró, uma cidade que cresce muito, mas infelizmente os políticos não tiveram o cuidado de acompanhar com a organização da cidade, e continua aquelas pessoas vindo atrás de um apoio, pois a zona rural está muito castigada, essas pessoas que não tem terra não tem nada... Se ele não tem terra, não tem casa, coloca ali quatro pau a pique, viu , bota umas vara, bota o barro, se não tem madeira cobre com plástico, papelão, o que tiver... quer dizer, se você andar em Mossoró é um quadro de Miséria... aí vem a história das favelas...

Nesse contexto, no âmbito desse artigo, vamos apresentar o processo de favelização de uma extensão do bairro Santo Antônio, conhecido como favela do Santa Helena. De acordo com informações obtidas na Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo no dia 25/06/2015, entre os anos de 1992-1998, que foram anos de forte seca, a favela do Santa Helena teve grande crescimento com ocupação de terrenos e levantamento de casas de taipa.

**Foto 01 – Favela do Santa Helena**



Fonte: Trabalho de Campo – 08/12/2014

**Foto 02 – Favela do Santa Helena**



Fonte: Trabalho de Campo – 08/12/2014

**Foto 03 – Favela do Santa Helena**



Fonte: Trabalho de Campo – 15/12/2014

**Foto 04 – Favela do Santa Helena**



Fonte: Trabalho de Campo – 15/12/2014

De acordo com as entrevistas, constatamos que a maior fonte de renda dos moradores é o trabalho na reciclagem do lixo, sendo muitos migrantes que vieram para a cidade desde os anos 1980 e acabaram ocupando os terrenos e vacarias. Como pudemos observar nesta entrevista que conseguimos com a Agente de Saúde<sup>15</sup>:

No ano de 83 – 85 aqui era uma fazenda, povoadozinho, era uma fazenda. E era uma fazenda grande e o dono vendeu um pedaço. Essa pessoa que comprou começou a vender as terras e começou a surgir o conjunto Santa Helena. Não é conjunto, é favela Santa Helena como eles chamam. Mas de primeira era conhecida como a fazenda Santa Júlia. Ficou até diferente o nome dos santo, que de Santa Julia pra Santa Helena. Só que Santa Julia ela tá mais pra la, que é o conjunto novo que ainda vão fazer. Dos pedacinho de terra vendido é que foi fazendo o Santa Helena. Sem dizer a invasões de terrenos, que quando a comunidade vê que era terreno do Estado, eles começaram a invadir. Onde

<sup>15</sup> Entrevista cedida pela agente de saúde, também atuante no movimento de caridade da Igreja católica do Santa Helena, realizada em 29/11/2014

eles apossaram não tem casa assim, é uma casinha de taipa ou casinha de papelão que ainda tem muito aqui, Ai lá pra dentro é que você vê isso, a casa de taipa, a casa de papelão, a casa coberta de plástico. Ele é muito grande o Santa Helena, ele ficou imenso. Uns trabalham na empresa, na cobal com verdura, na reciclagem. A maioria aqui trabalha na reciclagem, no lixão, tem até associação de reciclagem.

Então desde o início dos anos 80 teve esse movimento de ocupação, Planalto começou assim, Malvina começou assim, Vight Rosado começou assim com áreas ocupadas que futuramente viraram conjunto habitacional. Agora só quem ficou na marca do fim da linha foi Santa Helena, Malvina, favela do fio, tranquilim. Não tem movimento organizado, é cada um por si e deus por todos. Eu acho que era a necessidade porque não tinha outra opção. Tinha os sabido que se aproveitava da situação, mas a maior parte era pela precisão mesmo. Moravam com a mãe, é que aqui eles se juntam cedo sabe. Eu chamo mínino e mínina, porque tem menina lá no posto com 12 anos, com 10. Eles se juntam logo, sai logo da casa da mãe, sem saber aonde vão morar, faz a taperazinha deles. vão lá, mas não dá certo porque não é realmente o que eles querem, a maioria são crianças.

Como foi relatado, a trajetória dos moradores da favela do Santa Helena se dá como uma inserção precária na cidade, como uma precariedade da vida como um todo, onde muitos moradores que ocuparam nos anos 1980 estão lá até hoje. Não é relatado casos de movimentos organizados nas ocupações, mas ações espontâneas através da necessidade de moradia na cidade, daqueles migrantes que procuram emprego na cidade, ou mesmo de famílias que crescem com cerca de 10 filhos e não existe espaço para morar, então eles vão ocupando as terras no intuito de sair da casa das suas famílias. Através das fotos abaixo, pudemos observar as condições precárias da moradia no Santa Helena.

Em outra entrevista<sup>16</sup>, o morador ressalta que migrou da Paraíba:

Eu nasci em Pombal-PB mas me criei aqui. E vou morrer no Rio Grande do Norte.

Dificuldade aqui tem muita. Até hoje ainda tá pior de quando eu cheguei, 10 vezes. Porque quando eu cheguei aqui nós durmia de porta aberta, era só os terreno, tinha dificuldade de acesso, mas hoje é pior.

por causa da violência né.

Eu passei mermo ai 45 dias debaixo de uma lona, tinha a mulher e um cachorro. Eu ia pro mato buscar uma carrada de lenha e a mulher inventava e ia mais eu.

No início era uma casa véa de taipa mesmo. Foi depois que eu cheguei aqui que fizeram esse horror de casa que você tá vendo ai. So pra tá aqui nos criava bem umas 20-30 galinha que tinha ali. Hoje em dia arrombam as porta e roubam dentro de casa. Cresceu muito mas também não tem polícia. A polícia quando passa aqui vai naquela rua ali, enrola e vai simhora . Nesse tempo eu dormia aqui de porta aberta, agora hoje o caba tem medo de arrombar a porta e matarem o caba dentro de casa. Um dia desse aqui me roubaram aqui. Toraram

<sup>16</sup> Entrevista cedida por morador favela do Santa Helena em 08/12/2014

o cadeado dessa porta aí, entraram aqui e roubaram. Levaram um ventilador, um bujão cheinho e um bucado de coisa de miudeza.

Meus vizim é esse, bom dia e boa tarde.

Quem primeiro se alistou pra casa aqui foi eu e nunca saiu nenhuma. Aqui teve gente de possuir quatro ou cinco.

Esse meu barraquim aqui quem levantou foi Deus e eu, todo dia trazia uns tijolos de um muro que desmancharam perto da fábrica de castanhas para construir essa casa.

Em uma seguinte entrevista<sup>17</sup>, os moradores alegam que vieram do Ceará para o Rio Grande do Norte em busca de emprego, onde ocuparam um terreno no Santa Helena para sua moradia e estão até hoje. Ressaltam que quando ocuparam o terreno não existia infraestrutura alguma, problemas que são existentes até hoje. A problemática do esgoto é ressaltada, bem como da violência, exemplificando a precarização da vida dos moradores da favela. Em suas palavras:

Eu cheguei aqui em 93, quando eu cheguei aqui eram só 3 casa. Não tinha passagem aqui, não existia. Não tinha água, não tinha energia, não tinha calçamento. Foi muito difícil.

Eu não sou natural daqui não, mas desde pequena eu moro aqui, a gente veio do Castanhão no Ceará. viemos porque procurar uma melhora né.

na realidade mesmo a gente vivia com as mesmas coisa. Em comparação, agente passava um ano no Castanhão, aí passava outro ano em Tabuleiro, em Limoeiro. Era assim, se a gente desse com um patrão que dava condição pra gente, agente tava trabalhando, então foi nessa época que nós vinhamo aqui pra Mossoró, nessa caminhada.

Encontremo lá no Senegal, Bom Destino, lagoinha, Maisa.

Na Maisa eu trabalhei la 18 anos, mas antes disso os trabalho aqui era posto de gasolina, agricultura. Na Maisa eu trabalhei de lavadeiro de carro e no plantio e na castanha.

Meu pai plantava em pau branco, Senegal, mas não era só dele né, era de meia. Depois disso ele foi trabalhar na fábrica de óleo, lá no Alto da conceição.

Aqui, do tempo mesmo que eu cheguei só tem o seu Aderbal, Genival e o resto não tem mais ninguém.

Aqui alagou quando choveu muito, e falam que no terreno quando ainda era uma fazenda tinha uma lagoa, mas que foi passado o cimento e aí a água não vai mais pra lagoa e inunda.

Aqui pra nós é difícil tudo, posto de saúde, marcar consulta, exame, transporte. O estado ele não entra aqui, só até aquele mercado. Farmacia, bujao de gás so desce aqui até quatro horas, depois não desce mais.

Aqui a fossa são os aviãozinho. Você sabe o que é os aviãozim? Eles usam o saco plástico, faz as necessidade aí jogam. Aqui agora não, mas da primeira vez que eu cheguei aqui as criança adoeciam com diarreia, devido as moscas, as fezes, e a maior parte das casas são assim. Ainda hoje ainda tem os aviazim nas casas aqui...

Santa Helena não tem estrutura. Tem muita gente boa, mas não tem estrutura não.

<sup>17</sup> Entrevista cedida por moradora favela do Santa Helena em 29/11/2014

As entrevistas, associadas ao contexto exposto do processo de favelização, salientam o processo de territorialização precária e produção da cidade informal que procuramos destacar. Se por um lado, a partir da década de 1970, se apresenta um acentuado processo de modernização da economia na cidade de Mossoró, por outro, não observamos uma distribuição social no plano da cidade, configurando uma inclusão precária.

As entrevistas aprofundam o entendimento das desigualdades no tocante a produção da cidade informal, onde temos a pesquisa qualitativa como uma forma de aproximação da problemática. As informações obtidas através das representações dos sujeitos da pesquisa nos ajudam na compreensão para além dos números do processo de favelização.

Através das aproximações com os sujeitos propiciadas pela pesquisa qualitativa, identificamos que o processo de favelização, a problemática dos lixões, proletariado expandido em empregos precários na cidade de Mossoró, apresentam elementos do caos das grandes cidades em uma cidade de porte médio.

A favela do Santa Helena se apresenta como um território precário, onde as entrevistas destacam que os moradores são migrantes que vieram de outras cidades em busca de melhorias e acabam enfrentando condições de extrema desigualdade no tocante a moradia.

Como elemento de construção da identidade territorial, observamos que o fato de os mesmos serem migrantes que vieram de outras cidades deixa explícito que carregam marcas culturais de uma identidade sertaneja. Como foi abordado nas entrevistas, bem como no contexto exposto ao longo do artigo, os sujeitos construtores da cidade informal são os sertanejos que migraram nos anos de seca para a cidade em busca de melhorias de vida.

#### **4. Considerações finais**

O processo de produção da cidade informal e da favelização na cidade de Mossoró foi abordado aqui compreendendo sua formação a partir da migração de sertanejos. Nesse contexto, apresentamos uma revisão bibliográfica sobre o que vem a ser estes espaços, relacionando com o entendimento geográfico de territorialização precária.

Destacamos as conceituações formais do IBGE e da ONU, mas procuramos ir além, expondo elementos para o entendimento da cidade informal e do processo de favelização como território. No caso da cidade de Mossoró, o crescimento populacional na década de 1990 se refletiu na ampliação da territorialização precária. Sabe-se que o processo de urbanização, como



um desenvolvimento capitalista da cidade, necessita da força de trabalho, bem como de um exército de reserva de trabalhadores que se sujeitem a exploração e precarização.

Trazemos a tona os números do processo de favelização através de documentos oficiais, ao passo que aprofundamos na pesquisa qualitativa sobre a favela do Santa Helena. Acreditamos que a pesquisa qualitativa é de fundamental importância na aproximação da problemática, bem como da dinâmica dos sujeitos. Utilizamos de pesquisa exploratória como estratégia inicial, onde encontramos um núcleo de sentido no fato dos moradores serem migrantes que procuram a cidade de Mossoró na perspectiva de melhorias de vida e acabam construindo a favela.

Assim, a desigualdade socioespacial ganha novo enfoque quando expomos as trajetórias sociais e os relatos biográficos, dando enfoque nos sujeitos da produção dos territórios precariamente incluídos. Ao primeiro momento trazemos o contexto para o entendimento da cidade informal em Mossoró, para arrematarmos com as entrevistas que deixam claro a problemática da territorialização precária.

## 5. Referencias

BARBOSA, Aline Miranda; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Reflexões sobre a atual questão agrária brasileira: descolonizando o pensamento. In: *Desafios aos Estudos Pós-Coloniais. As Epistemologias Sul-Sul.* (Org.) MENESES, Maria Paula; VASILE, Iolanda. **Cescontexto**, debates, n. 5, Maio 2014.

BECKER, Howard. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2007.

BERTEAUX, Daniel. **Los relatos de vida: perspectiva entosociológica**. Barcelona: Bellaterra, 2005.

BURGOS, Marcelo Baumann. Cidade, Territórios e cidadania. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, n1, 2005, pp. 189 a 222.

CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna: por uma teoria da subalternidade e do luto cultural. In: **Crítica pós-colonial: panorama de leituras contemporâneas**. 1ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

CASTRO, Iná Elias de. **O Mito da necessidade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Holocaustos Coloniais**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

DESLAURIÉS, Jean Pierre; KERISIT, Michele. **O delineamento da pesquisa qualitativa**. Editora Vozes, Petropolis- RJ, 2008.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: (Org.) SPOSITO, Maria Encarnação, ELIAS, Denise, SOARES, Beatriz Ribeiro. **Agentes Econômicos e reestruturação urbana e regional**: Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade; 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **Viver no limite**: território e multi.transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. 1ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

MARTINS, José de Souza. **Suburbio**: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República velha. São Paulo: Hucitec, 1992.

MARX, Murillo. Cidade no Brasil, terra de quem? SP. EDUSP, 1991

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, secretaria de cultura e desporto, 2000.

KEHL, Luís. **Breve História das favelas**. São Paulo: claridade, 2010.

KOFES, Suely. **Uma trajetória em narrativas**. Campinas, SP: Mercado das letras, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **Posição**: contra os tecnocratas. São Paulo: Editora Documentos LTDA, 1969.

\_\_\_\_\_. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo, Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **La presencia y la ausencia**: contribucion a la teoria de las representaciones. Fondo de cultura econômica, México, 1983

PEQUENO, Renato. Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências. ScriptaNova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1º de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (35).

PINHEIRO, Karisa Lorena Carmo Barbosa. **O processo de urbanização de Mossoró**: dos processos históricos a estrutura urbana atual. Dissertação (mestrado). Natal: Programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo, UFRN, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ed. Ática, 1993.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **A expansão urbana de Mossoró**. Natal, RN: EDUFRN, 2005.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 7 ed. São Paulo: contexto, 1997.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. São Paulo, HUCITEC, 1982.

SILVA, Raimundo Nonato. **Evolução urbanística de Mossoró**. Coleção O mossoroense 248, Ed. Duque, 1975.

TELLES, Vera da Silva. **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: associação editorial humanitas, 2006.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum**. Tradução: Rosara Eichenberg, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

**ELUCUBRAÇÕES LUNARES SOBRE MEIOS DE COMUNICAÇÃO  
— AS EXTENSÕES E A QUESTÃO DA VONTADE INERENTE**

*MOONY LUCUBRATIONS ABOUT THE MEDIA — THE EXTENSIONS AND THE  
QUESTION OF THE INHERENT WILL*

*ELUCCIONES LUNARES SOBRE MEDIOS DE COMUNICACIÓN — LAS  
EXTENSIONES Y LA CUESTIÓN DE LA VOLUNTAD INHERENTE*

**Cícero Mayk Oliveira<sup>1</sup>**

*Universidade Federal de Alagoas —UFAL*

**Wellington Amancio da Silva<sup>2</sup>**

*Universidade Federal de Alagoas —UFAL*

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Federal de Alagoas —UFAL-Campus Sertão. Especialista em Ensino de História (UCAM). [mikeoliveira05@hotmail.com](mailto:mikeoliveira05@hotmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em Ecologia Humana (UNEB); Professor auxiliar na Universidade Federal de Alagoas —UFAL-Campus Sertão. [wellington.silva@cedu.ufal.br](mailto:wellington.silva@cedu.ufal.br)

### **Resumo**

Este texto livre, esboçado à duas mãos é o resultado de uma mesa redonda, no âmbito da reunião do GT Nietzsche e Indigênciação. É fruto de leituras e discussões livres, acerca de alguns pontos de Marshall McLuhan e de Michel Foucault, sem utilizá-los sempre como esteio da discussão, no objetivo de compreender um pouco do contexto do ser social, no tempo presente e relativamente às interações midiáticas cotidianas. O presente texto fora desenvolvido utilizando-se da investigação bibliográfica e em discussão em grupo. Para o jogo livre da presente narrativa-análise, utilizamos da metodologia desenvolvida por Feliciano de Mira, a Epistemologia Metafórica.

**Palavras-chave:** Meio de Comunicação de Massa; Marshall McLuhan; Inerência da Vontade.

### **Abstract**

This free text, sketched for two hands is the result of a roundtable, within the framework of the Nietzsche and Indigentation Reseach Group meeting. It is the result of readings and informative discussions about any points of Marshall McLuhan and Michel Foucault, without always using them as the mainstay of the discussion, in order to understand a little of the social context, with no rhythm present and particularly in everyday media interactions. The present text was developed using the bibliography and in-group discussion. For the free play narrative-analysis, we used the methodology developed by Feliciano de Mira, called Metaphorical Epistemology.

**Keywords:** Mass Communication Medium; Marshall McLuhan; Inertia of the Will.

### **Resumen**

Este texto libre, esbozado a las dos manos es el resultado de una mesa redonda, en el marco de la reunión del GT Nietzsche e Indigencia. Es fruto de lecturas y discusiones libres, acerca de algunos puntos de Marshall McLuhan y de Michel Foucault, sin utilizarlos siempre como esteio de la discusión, en el objetivo de comprender un poco del contexto del ser social, en el tiempo presente y en relación a las interacciones mediáticas todos los días. El presente texto fue desarrollado utilizando la investigación bibliográfica y en discusión en grupo.. Para el juego libre de la presente narrativa-análisis, utilizamos la metodología desarrollada por Feliciano de Mira, la Epistemología Metafórica.

**Palabras claves:** Medio de comunicación de masa; Marshall McLuhan; Inherencia de la Voluntad.

## 1. Introdução

*“As transformações da tecnologia têm o caráter da evolução orgânica porque todas as tecnologias são extensões do nosso ser físico” McLuhan, 1979.*

Nossa pergunta de partida questiona se de fato os meios de comunicação modulam certos tipos de funcionamento no cerne do ser social. Uma hipótese plausível é aquela baseada na forma-sujeito foucaultiana, isto é, que num tempo histórico, em seu modo de produção econômica e científica (epistemológica), o *ser* torna-se o que é, passiva ou ativamente, de modo a operar-se dentro deste ou daquele sistema de mundo funcional. Antes, é preciso expressar aqui que se pode haver alguma diferença em “forma-sujeito” e “ser” é que este último é a essencialização sobretudo ontológica da forma-sujeito, seu “conteúdo” determinante. O ser da forma-sujeito é o que ele é na condição de sujeito histórico, porque os conceitos históricos de ente (os quais constituem a forma-sujeito) determinam o sentido de ser para os sujeitos históricos. O modo histórico de produção econômica e científica demanda adequações do espírito, isto é da forma de consciência operalizante e operalizada — e há níveis de demandas (no horizonte das formas de consciência), mais ao nível do sendo comum, também determinante do ser social, enquanto forma, e são justamente estes níveis que trataremos aqui. A “virada midiática” trouxe-nos o pós-humanismo, em que os dispositivos clássicos de *formação* dos sujeitos (o livro, a leitura e a escrita convencional, a escola, o discurso douto, as disciplinas, a Imprensa de Gutenberg, a Epistemologia majoritária e a formalidade do saber) vão dando lugar aos dispositivos modernos e contemporâneos de *formação* do sujeito (o rádio, a televisão, a Internet, as redes sociais, as plataformas virtuais de toda sorte, as epistemologias multifacetadas, de narrativas metafóricas). Esta mudança radical de dispositivos de *formação* dos sujeitos de deu sobretudo por causa de escolhas tácitas (talvez arbitrárias) por dimensões menos densas de conteúdo e finalidades e mais densas na qualidade de meio (método) e aparato. Em vista destas coisas, que sujeito temos, pois? Na tentativa de esboçar algumas respostas, buscamos nos inspirar no método de investigação bibliográfica, num primeiro momento, de discussão em grupo, num segundo momento e por fim num diálogo entre autores. Logo, este texto possui mais um caráter de ensaio do que de artigo. Por fim, cabe ressaltar que a gênese deste texto adveio da união de diversas anotações de trabalhos acadêmicos, nas condições de docentes e de discentes.

## 2. Os meios

Em grande medida, os meios organizam e depois exercem controle sobre a intensidade e a amplitude das ações e associações humanas, no âmbito de um público devidamente tratado para tal, em suas subjetividades. Ações estas que se originam no cerne da *vontade inerente* de cada ente social em vista de suas expectativas existenciais e sociais — tornam-se extensões do seu interior (lugar possivelmente habitado por toda sorte de coisas “não-autorais”, exteriores e intrusivas). Estas ações e associações humanas tornam-se cada vez mais, por assim dizer, subordinadas, e por causa disso, “abertas” (na condição de características intrínsecas estrategicamente desenvolvidas) às investidas, à vontade estratégica e ao modo de operar daqueles meios — em grande medida os meios criam e possibilitam certos modos ações, associações, vontades, bem como modos de pensar, visto que estes meios são constituídos de plataformas temáticas e conceituais a partir das quais seu público disponibiliza condições e possibilidades mais ou menos precisas de pensamento. Por causa disso, a *vontade inerente* é um horizonte em aberto, susceptível aos trânsitos e estadias de informações, conhecimentos e saberes, e perfeitamente apta à produção e reprodução destes, mas que muitas vezes não dispense a devida atenção aos sentidos e fins mais profundos relativamente a estas informações, conhecimentos e saberes — nas condições atualmente postas, no âmbito deste horizonte midiático, a *vontade inerente* não se volta satisfatoriamente para si reflexivamente, se não transcender da dimensão temática e tematizante destes meios de comunicação. O ente social segue, e cada vez tendo mais contato com essas extensões, as incorporamos novamente e profundamente, as transformamos numa nova sugestão, devolvendo as mesmas ao meio, sob a cifra de algum pequeno gesto autoral e acrescentando-lhes assim alguma subjetividade — todos esses gestos são decodificados na esfera das estatísticas; o ser social aperfeiçoa-se enquanto modelo ideal e atual na relação com esses meios e segundo certas diretrizes de ser e de estar socialmente investidas (DA SILVA, 2014, p. 74). Em outras palavras, observa-se a racionalização do ser social, segundo certos modos de funcionamento evidenciáveis. Mas, a característica principal da *vontade inerente*, deste ente social — que tem como coluna a ideia de subjetividade na qualidade de possibilidade e condição de protagonismo sobre o mundo social — é redefinida *Ad eternum* por essa mesma condição de “estar certo” da própria subjetividade como instância autoral e inerente a si. Tal subjetividade é sempre reconhecida como o ponto anterior à qualquer outra instância de relação com o outro e com o mundo exterior — outrora pensa-se que a subjetividade era a instância primeira do ser social para si, antes deste contato com o outro coletivo. Ainda sobre as “ações e associações humanas”, temos, portanto,

um “*ciclo*”<sup>3</sup> que nunca cessa (porque mesmo sendo outro, tem ainda os aspectos transmutados para o “familiar”) e está intimamente ligado, pelo fio da contemporaneidade, do seu *zeitgeist*, ao ser humano, enquanto conceito pós-humanista<sup>4</sup> vigente, enquanto forma-sujeito vigente, e isto enquanto não advier a *próxima estrutura*. E esta ligação “cíclica” confunde “a ideia essencial de ordem”, qual seja: num “ciclo” é impossível ao senso comum advir uma ordem: *início, sequência, disposição e fins*. Todavia, neste ciclo é antes de tudo reconhecida a subjetividade tal e qual o “ponto inicial” e “motor da relações”, e ainda, a “ordem primeira” de um movimento que se realiza na comunicação e no entendimento do comunicado, muito mais como *efeito* — neste “ciclo” simula-se a autonomia do subjetivo sobre as exterioridades e intrusividade dos meios, isto porque o “ciclo” tem uma *função veladora*. A subjetividade é cíclica, todavia, nunca fechada. Subjetividade é a dimensão do humano estruturada pela linguagem (a exemplo do *lógos* aristotélico) e decorre — comunicada ou intersubjetivada —, nas instâncias cognitivas dos entes a partir de conteúdos gerais que por familiaridade e interesse adotam para si na condição de sentido para si e para o mundo ao seu redor, bem como de dispositivo de significação de si, do outro e do mundo (DA SILVA, 2014, 2017, 2018). Assim, pensamos que a subjetividade é a matriz do sujeito em relação ao mundo da vida e dos outros, como *vontade inerente*. Aquele “ciclo” é o que a tangencia e a atravessa, e se estrutura em seu arcabouço; o “ciclo” é hoje a *conditio sine qua non* das possibilidades de trânsito de sentidos, significações, ações e associações possíveis, porque o ser social *opera em e é investido de tais possibilidades*. O “ciclo” é o aporte. A subjetividade está sempre desarmada.

Essa quantidade de informação se revela em outros aspectos do cotidiano, forjando nossa forma de vida, desejo e comportamento, dando norte para novas normas e formas de ser e de estar. Assim, a *mudança de ritmo* ou de padrão vai se tornando a mensagem do nosso meio, e a adequação é permanente e geralmente não percebida, mas a *mudança de ritmo* é, em grande medida, a *mudança de ritmo dos meios*. Muito embora, às vezes seguido da devida precaução de entender que nem tudo está ao nosso contento — já que o nosso ambiente existencial sofre alteração de muitas extensões — somos movidos por essa *vontade inerente* que nos leva geralmente e no final das contas a lugares antes conhecidos. Como transcender ao óbvio da existência em meio à a força normativa e padronizadora dos meios? Como sair do modo de vida “*Paranoid Android*” como o narrado pelo Radiohead? O *caráter essencial da vontade* do sujeito

<sup>3</sup> “Ciclo” entre aspas para aludir ao seu caráter mais de simulacro do que de relação circular, de princípio meio e fim e do seu antigo caráter metafísico, outrora presente na Modernidade.

<sup>4</sup> Isto é, posterior à hegemonia do livro enquanto mídia absoluta e fundadora do humanismo anterior a 1918 (primeira radiodifusão mundial) e 1954 (primeira teledifusão mundial).



contemporâneo se estabelece no caráter essencial dos meios, em sua provisoriedade e adequabilidade, segundo certas demandas (geralmente econômicas).

A *economia do ser* social é antes a matriz de todo o plano ideológico executável da *economia do ter*. É impossível querer ter sem antes saber-se como ente social interessado nestes elementos de desejo em suas condições de disponibilidade e aquisição. Isto quer dizer que a *economia do ser* — está “ordenação da casa subjetiva do humano” — precisam ser habitadas por vontades racionalizadas e direcionadas de ter isto ou aquilo, conforme demandas políticas e precisas de mercado. Atualmente, conferimos um ar de semelhança aos filmes, novelas, músicas e roupas (entre outras formas-objetos desta ou de outra cultura de massa), constituindo um sistema pré-estabelecido que pontua o nosso ser de identidades e vontades características. Numa plataforma política, para o sucesso de uma “*economia do ter*”, onde os interesses são sugeridos como verdade absoluta, é preciso apresentá-los como interesses para todos e de todos, isto é, como um bem em si, que, segundo a compreensão convencionalizada dos entes sociais, reconhece na qualidade de “interessante”, isto é, do “interesse para si”. O interesse de um grupo majoritário é rapidamente consolidado, por convenções midiáticas, como interesse de todos, quase que naturalmente — e os meios têm o poder de fazer naturalizar-se aquilo que era exterior no cerne dos sujeitos, isto é, fazer naturalizar-se à essência temporal, espacial e volitiva dos entes sociais; os meios são dispositivos de naturalização de elementos “externos” à subjetividade, isto é de elementos “novos” à subjetividade sempre atravessada por elementos, porque esta subjetividade é em si receptiva e essencializa-se pela própria vontade de receber o que é-lhe exterior (DA SILVA, 2018, p. 86-89). Entregando essa máxima de volta à sociedade, tornando-a homogeneizada e padronizada, os meios e as subjetividades se completam em seus *modus operandi*, fins e desejos — Não é arriscado afirmar que nesse jogo entre meios e subjetividades, relativamente aos seus *modus operandi*, fins e desejos, há uma investida pensada e arquitetada para que pensemos serem a mesma coisa, visto que, por meio desta investida, a subjetividade torna-se um dispositivo preciso de funcionamento dos meios.

. Um outro exemplo importante ao que dissemos: o clichê é realizado como necessidade da sociedade — e o clichê é o ponto mais alto na “planície argêntea” das interações sociais, é a consolidação deste encontro entre meios e subjetividade nos termos de representações sociais de sentido denso rarefeito e simplificador, o cinza frio tão distante do cinza vivo de Tatiana Blass. Num tipo de sistema em que mais claramente os produtores de conhecimento são desaforados ao ponto de chamar a verdade de negócio ou de indústria, a verdade tornou-se o mais raso clichê. Fazendo com o que era necessário, extensão e impressão, se justificam pela quantidade de verba empregada. Logo, a potência do alcance determina a profundidade e o tipo

de verdade. E é esta mesma verdade como clichê, isto é, que nos desobriga de pensa-la, que esteia certa convicção de harmoniosa naturalidade entre meios e subjetividades (DA SILVA, 2014, 2017).

É preciso reiterar que os meios de comunicação de massa são uma hipérbole do discurso coletivo e daquilo que se convencionou denominar de *o cerne temático da opinião pública*. Meios de comunicação não são apenas vias, esteios de ligação; possuem metodologias e conglomerações epistêmicas (porque não há um sem o outro). Estes meios, além de exercer poder de esteio sobre as relações sociais, ainda exercem um poder ideologizante de sentido e volição no âmbito do intersubjetivo, socialmente partilhado, isto é, das trocas de sentidos e representações no âmbito de uma subjetividade coletiva reestruturada pelos meios de comunicação de massa.

Uma ausência de valor atribuído à coisa e não ao conteúdo e a sua finalidade é uma *forma determinada alienação cultural*, no sentido de ausência de razão de ser da coisa, em função da sua presença como objeto de consumo. No sentido de justificação do modo histórico de produção econômica e científica, seu conteúdo “leve” e “abstraido”, é por isso susceptível a certas flutuações e, portanto, condicionado como um *valor intangível* num âmbito cultural. Seu conteúdo seu conteúdo “leve” e “abstraido” pode ser subestimado no horizonte de um consumo não reflexivo, isto é, *que pensa a si mesmo e ao que consome* determina em grande medida a forma de consciência e a forma-sujeito aplicadas a este modo histórico de produção e consumo (eis aqui já aquela forma determinada alienação cultural acima citada). O valor atribuído à coisa na condição de materialidade deste objeto ainda é necessário; já o seu conteúdo não implica determinante valor concreto, por assim dizer, mas, é justamente nesse jogo de não-valorização objetiva da concretude do objeto em face da sua “leveza e abstração”, e da conseqüente ausência de “padrão matemático” à valoração do conteúdo abstraido desse objeto que se tece um vão onde a subjetividade da potência do lucro e do logro como vontade particular de certos mercados abre um horizonte de novos modos de aplicação sobre as pessoas de mais-valor, reificação, pirataria, plágio, expropriação consciente de direitos autorais, resgate-subreptício de direitos.

### **3. A vontade inerente — “Interlúdio crítico”**

Na verdade, naturalmente a *vontade inerente* está corrompida, isto, é, não é translúcida como antigamente, nem tem relação com a “ideia” de subjetividade, não faz mais parte da metáfora do “*My Cosmic Autumn Rebellion* (“The Flaming Lips” — “*They tell us autumn's a-*

*comin'/ Soon everything around us will die/ Only a fool believes that he is/ Different from the birds in the sky*"). Ninguém no mundo tem uma vontade pura, destilada, desconectada. A vontade é o que é pela necessidade de desconexão às outras vontades, às vontades coletivas, ou ainda, da reconexão a uma Vontade que endosse, avolume, constitua de sentidos esta vontade do sujeito. As circunstancialidades operam sobre e dentro da vontade. A *vontade inerente* não independe de tempo e espaço. Nenhuma vontade escapa da história:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. (MARX, 2011, p. 25).

Entre tantos outros, o ledo-engano é o ímpeto alvoroçado da *vontade inerente*. Quando se pensa a liberdade da vontade, falta-nos antes de tudo um rol completo de possibilidades de vontades. Na ausência dura de possibilidades — quando a criatividade e a experimentação “dadaísta” do ser estar falham — resta-nos o acervo frio do passado, a reprodução dos feitos exitosos dos mortos (e se são exitosos assim o são porque consolidou-se a firmar que são pela via discursiva dos vencedores da história):

A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado (MARX, 2011, p. 25).

Todavia o limite da vontade reside no sujeito: se o significado latino de sujeito (*subjectum*, “sujeito de”, sujeito à”) quer dizer “aquele que se assujeita a um regime aceitado direitos e deveres”. Em toda vontade reside um ímpeto cego de assujeição. A vontade de alguma coisa se dá apenas dentro desta orla crítica que constitui o *mundo* (no sentido de ordem). Se é vontade inerente, assim é por adoção consciente ou enceguedida, mas sempre por adoção, porque não se poderá nunca afirmar que a vontade nega-se a si mesma, se deseja o seu quinhão de inerência no espírito dos sujeitos. Mas, é o “objeto”, o *objectum* que objeta e incomoda sempre que exerce uma espécie de “sintonia fina” sobre a vontade. A inerência da vontade tem sua razão de ser na periferia dirá do objeto do desejo. A vontade inerente está acomodada na alma do sujeito devido a sua função desejante. Somos pessimistas? Não! Todo mundo sabe que uma vida como nunca outra dada só é possível fora da linguagem (DA SILVA, 2014, 2017). E que vida seria está? Se é possível dizê-la como palavras já estará em ao final corrompida pelos excessos de sentidos.

#### **4. O pensamento crítico no discurso da mídia — Vlad Dracul comunicatio**

Lógico que existe um pensamento crítico no discurso da mídia. É um pensamento intrínseco, de tal modo que por vezes advém já em pacotes prontos para o consumo. Até a crítica pode ser patenteada e vendidas em pacotes, cujo conteúdo em “pó instantâneo”, tem uma serventia cujo preparo interessa-se por direcionamentos — instituir uma dicção narrativa de mundo; tecer uma hermenêutica em que se possa racionalizar seu funcionamento; separar sujeito, tendências, discursos, representações e narrativas de mundo nos polos muito dicotômicos do conveniente e inconveniente (e isto, segundo forças sazonais de querer, atreladas no bojo da conjuntura do poder-de-enunciar e do poder de interditar o poder-de-enunciar). A “miojização” do “pensamento-do-contrário”, ou cristalização retumbante do pensamento-em-favor são questões que devem ser consideradas no âmbito daquela velha perspectiva de pender para um lado ou outro segundo a força das ondas. Um profetismo mundano que arremeda a cifra de um desejo interessado em devorar tudo, na verdade, à cata de algum logro, que com o tempo torne-se microscópico, migalhado, farofa. A crítica reside em todo lugar, porém assaz fracionada, e em qual direcionamento estará indo? Tal como num filme, há pacotes envolventes que têm a “nossa cara” e são da cor que você gosta, mas que talvez não tenha uma “cara marrom” ou uma miscigenação cabocla. Sem falar que vai passar no canal de TV que tem as músicas que gostamos e que todos gostam. “Há, vale dizer que no filme eu vi do *mesminho*” — disse um contemporâneo de todo mundo ainda vivo e “como os nossos pais”. Sim o filme que tem muitas mulheres quase nuas, quase! pois se não mostrarem não há um ímpeto telespectante e se mostrar demais, não tem a graça da Caixa de Pandora. Isso é um genuíno exercício crítico. Da crítica presa, nunca para além da orla da dicotomia — a crítica que pensa, respira e subsiste dentro da orla da dialética. O ator representa bem os meus interesses. Pula, corre feito louco, diz palavrão “pra caralho”. Pega a mocinha. Salta de aviões em fúria. Se ele ficar muito imprensado basta ter chiclete, cadarços e um boné! Pronto, mais uma bomba de “volta para o futuro”. A crítica que reivindica a crie para si, sem mais saber que esta havia adormecido no século 19, ou talvez antes apenas da Grande Guerra.

— Isso é uma representação de cenas que podem ser encontradas em praticamente qualquer filme. Representa pontos-chaves e clichês como recursos de comunicação — disse um estudante universitário e mui certo acerca do que disse.

— Forma de garantir sucesso?

— Não sei definir “sucesso...”, ainda bem”.

Não queira saber onde ouvir falar dessa aventura. Tenho até vergonha. Sim! Vergonha. Não é mais usual nesse meio. Vida afirmativa num ponto amortecido de microduratividades, tal qual nos falou Georges Sebbag. *Ora, estava escutando meus vinis, e sem querer liguei o rádio. Que doidera! Ele deixou algumas informações, mas a melhor foi sobre o programa de reality show. Ah! Esse sim tem o que dizer. E não aquela múmia da MPB que cantava coisas sobre “até quando esperar, sem me ajoelhar.” ou eu “não tenho medo do escuro, mas deixe as luzes acessas”. Quem vai se ajoelhar!? Só se for ao paredão. E ninguém vai ficar no escuro. Meu celular tem lanterna. Agora, tem um que diz que tudo era divino, tudo era maravilhoso. É bom ter, pois, com tanta água de represa e mato de espinho, posso me perder. Se vacilar já deve ter por aí uma ideia de interligar notebooks numa linha improvisada nos pregos do cansação. Ai então, rápido assim, calado assim, terei um mundo novo bem na palma da minha mão. Seria uma interface completa se eu não tivesse defeito de fabricação. Infelizmente eu penso.*

Há muito tempo vem se estabelecendo uma certeza acerca da liberdade do homem, que está representada com a chegada da modernidade. Essa condição tem definido como o ser humano é concebido, para onde vai, qual sua fonte, seus atos e fundamentos, seus limites. São denotações obtendo conotações difusas, uma vez que o sujeito já possui identidade definida, segundo os iluministas, projetada em relações sociais, que dizem: “sim, tu tens identidade! Creias! Já que esse eu individualista não era completo ou autossuficiente para viver nesse mundo ao qual “conhecemos”, de organização de leis e normas. Construímos uma ponte freudiana entre o interior e o exterior do eu. Somamos essas impressões e projetamos com verdade absoluta aos demais sujeitos da sociedade. Estabiliza o sujeito e o mundo cultural mutuamente. Eis que temos a impressão de chão duro e estático, mas abaixo deste há a Natureza sísmica, assim como a nossa *phýsis*.

Hoje, com tantas representações se constata uma quebra dessa linearidade. Uma fragmentação dessa estabilidade. A mesma estrutura que ajudou nesse processo de apaziguamento ou normalidade se tornou a principal a ponte do fluxo de uma reflexão, sim, de uma reflexão que pulula no corpo periférico do sujeito plástico. O poder adquirido se instaurou como pólvora dentro de uma fogueira eterna, esse der que é mais discurso, que é mais cênico e simbólico do que fogo. Mantém-se certa distância dessa chama, pois a mesma é recebida como néctar ou uma doce fera, porque o fogo das multidões do século passado foi-se transmutando na crise egocêntrica e romântica, tais quais “Os sofrimentos do jovem Werther”. Sujeitos se igualam a formas, coisas, nunca ao fogo, ou a fumaça amorfa, porque o sujeito é um “cubo” oco. As brechas são preenchidas. Então, mesmo após, continuamos nos sentindo fragmentados.

Nosso único meio de consulta está em quarentena. Existe somente um remédio capaz de amenizar os meus esfacelamentos. A crítica! Sim, a crítica, loquaz tal qual Antígone em busca de enterrar seus irmãos. O raciocínio é que nos previne dessa atual epidemia de interiorização do nosso “eu-padrão” que adquirimos por chancela e em prestações. Apesar dos pesares, a partir dela conseguimos nos manter vivo dentro do ringue, nos esgueirando, usando as cordas e quem sabe golpeando já que também somos filho da lógica e da razão, e isso porque todo ringue é “quadrado”, quase “cúbico”. *Quem bate esquece, quem apanha chora. Descubro qual sujeito eu sou dos dois. Ou se mais um deles. Eu, não-sou.*

## 5. O Homem ausente de si

O homem sem poder de escolha não pode ser considerado realmente homem, se é que ainda se valida a palavra “escolha”, mesmo a partir de qualquer menor parâmetro de análise de sentidos. O poder da decisão protegia nossos valores individuais nos quais reside toda lógica e estrutura social. No entanto, o homem ausente de si não é outra coisa senão autossugestão decisória. No homem, isto é, no horizonte da sua vontade inerente transita uma isomorfia debochada e de humor sardônico. As atuais mudanças tecnológicas sugerem que tenhamos uma rápida readaptação na organização cultural interna. Induzindo de tal maneira, que ficamos imbuídos, imersos dessa nova ordem. A responsabilidade é nossa, no entanto, apenas até onde esta responsabilidade pouco implicaria no jogo duro de interdição dos sentidos de responsabilidade. O homem é um ser para a responsabilidade, muito embora não se saiba estritamente que responsabilidade é essa. Todavia, essa imprecisão assegura a margem de sentido em que os sujeitos despejam em crise suas compressões de vontade. E a vontade é sempre a do *próprio*, ao modo mesmo de como se deu o *vae victis* do implacável Breno. E o homem ausente de si não é outra coisa senão ideia de vontade exercida e assumida.

O processo é instantâneo, complexo e deverá durar por bastante tempo, se espalhando velozmente através dos meios, originando uma nova mensagem e contornos. E a mensagem deve ser em si um dispositivo de efeito de excitação. Porém percebemos que a conjuntura tem suas exceções deixando uma única brecha para a real forma de sublimação social. Se por um lado temos com o meio a mensagem, hoje somente interessando seu efeito e não seu significado, até porque não procede estudar o todo pela ideia metafísica de totalidade. Por outro a insatisfação pessoal continua insaciada. Tanta Informação cooptante desemboca num desconforto. O espaço vazio requer preenchimentos, o que quer dizer: insaciedade exorbitante.

E o homem ausente de si não é outra coisa senão vão, recipiência (DA SILVA, 2018, p. 95-97). Ausente de si não é outra coisa senão *contêiner*.

A medida dessa necessidade pode ser calculada quando se percebe que aquilo que é ofertado insistentemente não é o que completa, porque o seu excesso não é apenas uma dimensão da falta, embora sua “excedência” não possibilite significação. Por exemplo, o rádio e a TV transmitem apresentações de artistas musicais de estilos específicos, sublinhando que a estes é que se devem atentar, e são os melhores, ou que estão em maior evidência por serem de qualidade elevada, segundo um parâmetro que é anterior a qualquer coisa susceptível de compreensão razoável. Mas essa sugestão sempre causa estranheza pelo fato do não preenchimento ideal por parte do receptor. E aqui não se fala de “saciedade de espírito”, de “provimento razoável do ser”, mas de aglomeramento caótico do *mais-do-mesmo*. Ele não depositou sua impressão básica, e nesse ponto quebra a mensagem. A mensagem caminha mais rápida, porém incompleta. Para se torna absoluta seria necessário que todas as impressões fossem atendidas. Obrigatoriamente teriam que transformar os entes sociais em *homo-antenna*, homem-parabólicos, se assim eles quiserem decidir.

Sem contar que o próprio padrão se contradiz ou se utiliza dele mesmo (no sentido de autocombustão) para se manter. À medida que um meio quente se impõe ao extremo, o efeito é a saturação, e a saturação não poderia ser outra coisa senão a superaclomeração do mesmo, com efeito, a mesmidade elevada a quinta potência do fartum, “atuhlado” e “estufado”. Ao passo que a música toca exaustivamente, a análise de seu conteúdo é rapidamente iniciada e repudiada.

Neste passo, o que realmente pode se fazer em relação ao que nos é sugerido, ofertado, imposto ou sublinhado é a crítica, e é o que temos, mesmo que a crítica atualmente tenha adquirido aquele aspecto salvacionista. Somente ela pode garantir que escolhas e sugestões sejam efetivamente necessárias as minhas necessidades. Mas somente é possível fazer crítica dentro de casa, e não nas esquinas das ausências hermenêuticas. Afinal quem melhor que eu para saber o que é essencial a minha vida? Tem: o meu eu que nunca fora! Mas o vigiar dessa nova sociedade não se baseia na espera das sugestões, mas sim na busca pessoal de cada sujeito antes de qualquer meio de influência. Não deixar que me mudem sem meu consentimento, ou que me usem como bem entender para suas experiências econômicas, sociais, políticas é nosso dever. E o *homem ausente de si* não é outra coisa senão uma cifra, tal qual em “*Dry The Rain*”<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> The Beta Band: “*This is the definition of my life/Lying in bed in the sunlight/Choking on the vitamin tablet/The doctor gave in the hope of saving me In the hope of saving me*”.

O método para solução da equação está na reforma íntima de cada pessoa, na formulação de normas e necessidades. No rumo dos meus objetivos distribuir equilibradamente desejos e respeito. Não achar que uma música ou filme resolverá meus problemas, ou que um representante político ou espiritual, se transforme em solução. Decerto que todos os exemplos nos ensinam, bons ou ruins. Mas eficiente mesmo é o método de reação da crítica. Reação sim, pois só teoria nada vale sem complemento. E sem padrão para escolher nos tornaríamos zumbis. Assista e escute, porém, perceba se querem plantar a casca ou a semente na sua cabeça. Uma dessas atividades podem significar lavagem cerebral, a suas ordens para subordinação, ou entendimento e percepção da mensagem. O homem ausente de si não é outra coisa senão uma supercapacidade de sorver todas as informações e ao mesmo tempo, sem jamais retirar delas alguma coisa. Fazendo uma avaliação periódica você corre risco de se enquadrar noutro processo desse meio, o louco, insensato ou pandego. Mais um instrumento para te capturar, encaixando sua lucidez na nomenclatura do anticonvencional. A força do *quê* é poderosa! Quem escapa de quê? E o homem ausente de si não passa de um tropo tautológico. Há de se cuidar para não soar eternamente em baixo contínuo rococó.

## 6. Considerações improváveis

Estamos indo rumo ao um novo e uniforme aspecto de sociedade. Indo, mas sem nos distanciarmos muito das antigas regras. Com certeza mais energizada pelo entendimento de tantas outras culturas. Finalmente compreendemos a base e aos poucos retornamos a ela para garantir as próximas estruturas.

O *sistema de mundo e seu fundo funcional* são especulares — quando um olha nos olhos o outro o encara como quem flerta, e a mirada nos olhos é de tamanha força e grandeza de familiaridade que faz precipita-se ao rés do chão qualquer estranhamento. E é justamente fazer calar o estranhamento a razão de ser deste *sistema de mundo*. E, se há um *onde*, logo em que lugar o estranhamento é silenciado? No *fundo* “onde” sua funcionalidade é anulada — a funcionalidade deste fundo tem o aspecto negativo de uma sombra, logo, o estranhamento, (cuja função é o Alerta cuja linguagem não racionalizou, ainda) sufoca-se no Opaco deste *no sense*. Seu *fundo* funcional nada mais é do que o horizonte onde caminham plácidas as subjetividades ocidentais. A permanência do *sistema de mundo e seu fundo funcional* é tão-somente sustentada pela simulação da sua permanência. E aí, o falso é o familiar, porque num contingente homogêneo de almas igualificadas, o estranhamento nasce do Original, do Diferente (ambos dois rompantes metafísicos almejados até meados do século vinte, sobretudo até antes de 1950).



O fundo funcional perdura pela força de atração do efêmero sobre os sujeitos, e esta força é reconhecida como força pela urgência neurótica da vontade de permanência sobre o que naturalmente passa sem deixar todo o gozo necessário e estampado no vão sensorial desta alma aflita de aflições imprecisão e maiormente inexistentes, o sujeito contemporâneo —o jogo aflitivo do passageiro como o desejante decorre pela supervalorização discursiva (por vezes midiática) de um objeto essencialmente nulo, porém superssignificado. Se a forma-sujeito foucaultiana é a tipificação do *ser e estar do sujeito* em espaço e tempo determinados, as subjetividades fornecem os trânsitos de atualização desta ontologia ancorada em tempo e espaço, apesar de toda a sua fluidez e volatilidade. No arcabouço dos sujeitos, as possibilidades de subjetividade são o simulacro de uma inerência e de uma apropriação tácita e lúcida de sentidos de si e de mundo, todavia, a função onto-significante da linguagem é por demais anterior a toda potência autoconsciente de senso de apropriação acreditada pelos sujeitos (DA SILVA, 2017, p. 505-512). E é aí em que reside o perigo: a linguagem diz às multidões antes que seja refletiva, todavia, quem sabe se as multidões ainda mobilizam suas forças vitais à reflexão?

Operalizar-se dentro do sistema é antes reconhecer sua falta. Reconhecer sua limitação. O caos é pouco sintomático e vem da forma que vem, *hic et nunc*. Se por exemplo a palavra “vida” no dicionário Houaiss significa precisamente: “modo de viver”, “existência”, “conjunto de hábitos”, e mais extensivamente “propriedade que caracteriza os organismos cuja existência evolui do nascimento até a morte”, “período de um ser vivo compreendido entre o nascimento e a morte”, no “entendimento” das massas pode significar qualquer outra coisa, inclusive o seu contrário (sic) — e dizemos isso pensando o contemporâneo. Esta confusão de sentidos diz respeito à crise do humanismo, hoje indiferenciado, por assim dizer. Mas, não um humanismo como uma *questão* heideggeriana (2002) ou humanismo na condição de *falência*, segundo Fukuyama (1992), mas de *desimportância*. Mesmo que segundo Lévy (2014, p 82) a diversificação das vias midiáticas e o fim da hegemonia do livro como mídia humanista, (como transporte e trânsito da verdade e do saber), há de reconhecer a atual confusão hermenêutica de mundo, mesmo que hoje as massas descartem as interpretações em troca dos efeitos de hiperbolização dos sentidos em “excitação pinacular”, em detrimento dos conceitos de mundo.

Quais as próximas estruturas? A “precisão nostradâmica” diz que o *vacuum* será o modelo de mundo para o *homo-digitalis*. Assim como a partir do Big Bang o universo se afasta de si ao infinito, pensamos que os sujeitos da aglomeração de mundo (e a aglomeração é um sinal dos final dos tempos cronológicos) tenderão a se afastarem essencialmente uns dos outros estruturando hiatos, ínterins e imensidões lacunares em que as pontes, como liames do ser, serão

conexões muito provisórias de sentidos, porque neste estágio de afastamento ontológico, o senso estará à disposição das irracionalidades do Volátil. Estas irracionalidades demarcarão o ponto em que às cegas, a linguagem aforar-se-á num jogo infinito e caótico e indexial de polissemias. As estruturas poderão se tornar desenhos sob a força da aguarrás do gozo surdo e sego, porque sempre será o que sempre fora: o ponto tosco da besta que apenas sente a carne, e não sabe ler — e lhe faltará textos para destruir, assim como as grandes fogueiras do fascismo.

Neste passo, o que nos resta fazer diante de um sistema que configura ciências, que distorcem os meios para seu benefício, é encetar uma batalha crítica. Aprender a classificar e separar o que é produto do que é necessidade. O fundamental do efêmero. O sincero da ilusão. Sabidamente é a única ferramenta capaz de desmascarar todos os sofismas e invalidades e floreios ilusórios. A crítica arranca essas ilusões fazendo se avivar a verdade de alguma coisa, mas a beleza de seus aglomerados de trações é a virtude do nosso tempo: a vontade de encarar a tessitura caótica das vontades. A crítica nos emaranhados autoconscientes como se uma lousa negra caísse nas mãos de Cy Twombly.

## 7. Referências

DA SILVA, Wellington Amancio. Hans Ulrich Gumbrecht Reader of Martin Heidegger: conception of presence production. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 7, n. 3, p. 505-522, Sept./Dec. 2017.

\_\_\_\_\_. Aspectos da existência situada em Heidegger. **Revista Logos & Existência** (Revista da Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial), v. 3, n. 1, p. 73-78, 2014.

\_\_\_\_\_. A transição da coisa ao objeto denominado. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, v. 1, n. 17, p. 84-98. dez. 2017.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Editora Imago, 1997.

FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HEIDEGGER, Martin, “Lettre sur l’humanisme (Lettre à Jean Beaufret)”, in **Questions III et IV**, Paris, Gallimard, 2002.

LEVY, Pierre. **As tecnologias da Inteligência- O futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: Editora 34, 2004.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Editora Cultrix, 1979.

MIRA, Feliciano de. **Ao Correr do Olhar — Contributos para uma epistemologia metafórica.** Edições Subjectivas, Oficina do Espírito, Arraiolos: Portugal, 2013.